



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**Igreja Católica e jovens trabalhadores: a formação, os modos de atuação e
a crise da JOC no Amapá (1957-1968)**

Jackeline Duarte de Freitas Oliveira

MACAPÁ-AP

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**Igreja Católica e jovens trabalhadores: a formação, os modos de atuação e
a crise da JOC no Amapá (1957-1968)**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado por Jackeline Duarte de
Freitas Oliveira ao colegiado do curso de
Licenciatura em História, para obtenção
do grau de Licenciada em História pela
Universidade Federal do Amapá.

Orientador: Prof. Dr. Sidney da Silva
Lobato

MACAPÁ-AP

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

O48i Oliveira, Jackeline Duarte de Freitas.

Igreja Católica e jovens trabalhadores: a formação, os modos de atuação e a crise da JOC no Amapá (1957-1968) / Jackeline Duarte de Freitas Oliveira. - Macapá, 2024.

1 recurso eletrônico. 103 folhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá ,
undefined, Macapá, 2024.

Orientador: Sidney da Silva Lobato.

Coorientador:

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Igreja católica. 2. Mundo do trabalho . 3. Amapá . I. Lobato,Sidney da Silva, orientador. II. Universidade Federal do Amapá . III. Título.

CDD 23. ed. – 344.8101

OLIVEIRA, Jackeline Duarte de Freitas. Igreja Católica e jovens trabalhadores: a formação, os modos de atuação e a crise da JOC no Amapá (1957-1968). Orientador: Sidney da Silva Lobato. 2024. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Licenciatura em História. Universidade Federal do Amapá , Macapá, 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UNIFAP

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

INFORMAÇÕES SOBRE A OBRA

Autor(a) ¹ : Jackeline Duarte de Freitas Oliveira
Afiliação ² do(a) autor(a):
Curso/Departamento/Campus: Licenciatura em História / DFCH / Campus Marco Zero
Programa de Pós-Graduação, se for Tese ou Dissertação:
Orientador(a): Sidney da Silva Lobato
Coorientador(a), se houver:
Título e subtítulo, se houver: Igreja Católica e jovens trabalhadores: a formação, os modos de atuação e a crise da JOC no Amapá (1957-1968)
Data da Defesa: 24/04/2024

TIPO DO DOCUMENTO

<input checked="" type="checkbox"/> TCC ³	<input type="checkbox"/> TCCE ⁴	<input type="checkbox"/> Dissertação
<input type="checkbox"/> Tese	<input type="checkbox"/> Artigo Científico	<input type="checkbox"/> Livro
<input type="checkbox"/> Capítulo de livro	<input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento	<input type="checkbox"/> Outro:

Ao assinar, concordo, para os devidos fins, com a distribuição não exclusiva para publicação no repositório institucional da UNIFAP e que o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:

- Dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
- Da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os Direitos Autorais;
- Do Regimento Interno da Universidade Federal do Amapá;
- Da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação;
- Da utilização da licença pública internacional *Creative Commons* 4.0;
- Que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de ideias, textos, tabelas ou ilustrações transcritas de obras de terceiros sem a devida e correta citação referencial.

INFORMAÇÃO RESTRIÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DA OBRA

Restrição para publicação:	<input checked="" type="checkbox"/> Sem restrição	<input type="checkbox"/> Parcial ⁵	<input type="checkbox"/> Total ⁶
----------------------------	---	---	---

O DOCUMENTO ESTÁ SUJEITO A PATENTES?

<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim, com embargo	<input type="checkbox"/> Sim, sem embargo
---	---	---

Macapá, Amapá, 15 de dezembro de 2025.

Local e data

Jackeline Duarte de Freitas Oliveira
Assinatura do(a) autor(a)

¹ Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

² Instituição de vínculo empregatício do(a) autor(a).

³ Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação.

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização.

⁵ Em caso de restrição de um ano, poderá ser mantida mediante justificativa do autor(a), orientador(a) ou banca de avaliação.

⁶ Será disponibilizado após a data informada neste termo.

AGRADECIMENTOS

Nas linhas seguintes, gostaria de realizar uma singela homenagem aos que foram fundamentais para o cumprimento desta etapa acadêmica. Primeiramente, voltarei meus agradecimentos aos primeiros professores da minha vida: mãe e pai (*in memoriam*). Eliana Duarte e Benedito Viana, dizer obrigada é o mínimo diante de todo apoio, cuidado e proteção dedicados a mim e minha irmã, Rafa, no decurso dos anos. Em especial, agradeço ao meu pai por ter sido meu maior entusiasta e por seguir me iluminando e guiando de onde estiver. Nossa ligação é para além da vida. Obrigada, minha irmã, por acompanhar de perto os desafios do desenvolvimento desta pesquisa e por me auxiliar na escrita do resumo em inglês.

Uma outra inspiração afetiva para esta pesquisa, que não poderia deixar de mencionar, trata-se de minha querida avó paterna. Embora tenhamos convivido por pouco mais de dez anos, lembro-me sempre das tardes que passei em sua casa na infância. De meu olhar curioso para o altar repleto de santos, imagens e velas que mantinha. Mas, não foi só o lado da devoção que inscreveu a católica que vovó foi em minha memória. Migrante paraense, no bairro onde vivia no interior do Amapá, Reinalda Viana (*in memoriam*) ficou conhecida por acolher, de maneira muito fraternal, quem mais precisava. Doava o melhor de si para o próximo, praticando uma fé que se traduzia na solidariedade de vizinhança, na prática da medicina popular e no trabalho como parteira. Comecei a entender ali, sem saber muito bem, um pouco da essência do objeto ora estudado. Obrigada, vovó, por todas as vezes que me embalou em seu colo e me ensinou valores tão importantes. Peço sua bênção!

No âmbito acadêmico, o objeto desta pesquisa me foi apresentado pelo Dr. Sidney da Silva Lobato (Unifap), professor e pesquisador de demasiado brilho e competência, que me ensinou a dar os primeiros passos pelo mundo da pesquisa e da docência. Agradeço, mestre, pela oportunidade de ingressar no Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia (Lehstam-Unifap), onde comecei a pesquisar em meu primeiro ciclo de Iniciação Científica (Provic-Unifap), sob sua orientação, a atuação da Juventude Operária Católica (JOC) no Amapá. Entre os anos de 2018 e 2019, novamente contando com sua orientação, cumpri um segundo ciclo, desta vez enquanto Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Pibic-Unifap e CNPq). Também agradeço pela paciência e pelas correções do texto deste estudo.

Direciono os meus agradecimentos também ao Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (Cepres-Unifap), coordenado pelo professor Marcos Vinícius de Freitas Reis, pela

oportunidade de participar do projeto de extensão “500 anos da Reforma Protestante: os batistas no contexto da Amazônia amapaense”.

Agradeço ainda às professoras e pesquisadoras do projeto Memória institucional do Ministério Público do Amapá e a Prática de Pesquisa Histórica (MP-AP e Unifap), no qual trabalhei entre os anos de 2018 e 2020. Em especial, à Dra. Cecília Maria Chaves Brito Bastos, pela profissional atenciosa e humana que sempre foi conosco da equipe, e às minhas amigas Elen e Laís, pela companhia nos momentos de alegria e pelo acolhimento nas horas mais difíceis. À Elen, por ter me ajudado a conseguir o contato da antiga jocista Raquel Capiberibe.

Agradeço ao meu amigo Antonio Neto por também ter me ajudado a construir minha rede de entrevistados, a partir do contato que possui com antigos jocistas no Movimento Familiar Cristão (MFC). Um agradecimento ao meu amigo Danilo Pacheco, pesquisador da Ditadura militar, por ter me recebido em sua casa e me disponibilizado as transcrições das oitivas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade “Chaguinha” (CEV-AP), instituída pelo governo do Amapá no dia 24 de junho de 2013, pela lei nº 1756/2013.

Minha gratidão aos docentes do colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap), pelas aulas, estágios supervisionados de observação e de regência e pelas vivências transformadoras dentro e fora de sala. Quero aqui destacar meu obrigada às professoras Mariana, por me apresentar por meio de uma aprendizagem significativa a riqueza da história africana e afro-brasileira, Cecília, mais uma vez, por seu compromisso com o ensino sobre a história do Amapá e dos povos indígenas, que é inspirador, e Júlia, por ter me apresentado e ensinado a valorizar a história das mulheres, indo além da história tradicional. Gratidão pelas trocas, pelos acertos e também pelos erros (fundamentais em nosso crescimento) e pela obtenção de qualificação profissional por meio do tripé que a educação pública, gratuita e de qualidade oferece: ensino, pesquisa e extensão.

Agradeço, de maneira muito especial, aos antigos jocistas Adamor Oliveira (*in memoriam*), Bernardo Souza (*in memoriam*), Manoel Santos, José Oliveira, Edite Guedes, Raquel Capiberibe e Nazaré Pacheco, pela receptividade e amizade e por terem me permitido acessar suas reminiscências e cedido os relatos de suas experiências no movimento jocista para a execução desta monografia.

Concluo agradecendo ao Feminismo (que é movimento social e política!), por não esmorecer em suas lutas históricas e diárias e me permitir, no século XXI, almejar a construção de uma carreira e a emancipação. Com a colaboração dos citados e de tantos outros ao longo de minha formação (da pré-escola à universidade), termino a graduação ávida e, acredito, apta para o próximo capítulo desta jornada. A todas e todos, meu sincero obrigada!

O homem [e a mulher] é práxis, e porque assim o é, não pode se reduzir a um mero espectador da realidade, nem tampouco a uma mera incidência da ação condutora de outros homens que o transformarão em “coisa”. Sua vocação ontológica, que ele deve tornar existência, é a do sujeito que opera e transforma o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

A monografia tem por tema a relação entre Igreja Católica e mundos do trabalho, partindo da constatação que a religião ainda é predominantemente interpretada pela historiografia como elemento que arrefeceu as lutas dos trabalhadores católicos. Tendo como objeto de estudo a Juventude Operária Católica (JOC) amapaense, no período de 1957 a 1968, objetivamos elucidar a formação, os modos de atuação e a crise da JOC local, evidenciando que a Igreja se aproxima dos movimentos sociais antes do Concílio Vaticano II. A metodologia utilizada se baseia na reunião e confrontação de informações coletadas em: bibliografia especializada, artigos do jornal *A Voz Católica*, livros de tombo e entrevistas com antigos jocistas, ancoradas na História oral temática. Como resultado, constatamos que a JOC foi oficialmente fundada no Amapá pelo bispo Dom Aristides Piróvano (em 1957), com o intuito de formar – na confluência com os grupos hegemônicos locais – jovens trabalhadores para atuarem contra o Comunismo em associações e sindicatos; cada vez mais numerosos nos anos finais da década de 1950 e início de 1960. Contudo, sob a relativa autonomia dos trabalhadores, conquistada no bojo da “esquerdização” de setores católicos, o movimento foi ganhando contornos combativos segundo os princípios da doutrina social eclesiástica, assumindo um caráter reformista, compatível com os movimentos sociais em ascensão no governo de João Goulart (1961-1964). Com o auxílio de assistentes eclesiásticos e tendo como método reflexivo/humanizador o Ver-Julgar-Agir, os jocistas realizavam reuniões de bairro, congressos, assembleias, retiros, manhãs de formação e atividades de lazer. Espaços de debate e socialização nos quais os membros, inseridos em um cotidiano de inseguranças estruturais, elaboraram uma consciência crítica de sua realidade social e, a partir dela, passaram a agir em defesa dos trabalhadores por meio de manifestos da JOC e de entidades como sindicatos e partidos. Sobretudo a partir de 1968, com a implementação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a JOC brasileira passou a enfrentar uma virulenta repressão por parte da Ditadura empresarial-militar (1964-1985), o que levou a sua desarticulação.

Palavras-chave: Igreja Católica. Mundos do trabalho. JOC. Amapá.

ABSTRACT

This monograph has as its primary theme the relationship between the Catholic Church worlds of labour, starting from the realisation that religion is still predominantly interpreted by historiography as the element that weakened the battles of the catholic workers. Having as object of study the Catholic Young Workers (JOC) of the state of Amapá, within 1957 and 1968, aiming at elucidating the formation, the ways of action and the crisis of the local JOC, highlighting that the church becomes closer to social movements before the Second Vatican Council. The utilised methodology bases itself upon the reunion and confrontation of collected information from: specialised bibliography, articles of A Voz Católica newspaper, inventory books, and interviews with people who were members of JOC, anchored in the thematic oral History. As a result, we verified that the JOC was officially founded in the state of Amapá by the Bishop Dom Aristides Piróvano (in 1957), with the intention of forming – in a confluence with local hegemonic groups – young workers to act against the Communism in associations and syndicates. Increasingly numerous in the final years of the decades of 1950 and the beginning of 1960. However, under a relative autonomy of workers, obtained in the middle of “leftisation” of catholic sectors, the movement continued gaining combative outlines according to the principles of the ecclesiastical social doctrine, assuming a reformist character, compatible with the ascending social movements in the time when João Goulart was governor (1961-1964). With the help of ecclesiastical assistants and having as a reflective and humanising method the See-Judge-Act, the members of JOC organised neighbourhood meetings, congresses, assemblages, retreats, formation mornings and leisure activities. Spaces of debate and socialisation in which the members, being part of an everyday life of structural insecurities, developed a critical consciousness upon their own social reality and, based on this critical consciousness, they started acting in favour of workers through documentary manifestos the JOC and of entities such as syndicates and political parties. Above all, beginning in 1968, with the implantation of the Institutional Act nº 5 (AI-5), the Brazilian JOC started facing a virulent repression from the business-military dictatorship (1964-1985), which culminated in its disarticulation.

Key-words: Catholic Church. Worlds of labour. JOC. Amapá.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ACB – Ação Católica Brasileira

ACO – Ação Católica Operária

AP – Ação Popular

CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá

CCE – Centro Cultural Estudantil ou Centro Católico Estudantil

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Dops – Departamento de ordem política e social

Icomi – Indústria e Comércio de Minérios S. A.

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

JOCF – Juventude Operária Católica Feminina

MEB – Movimento de Educação de Base

MDB – Movimento democrático Brasileiro

MFC – Movimento Familiar Cristão

Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização

Pime – Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

Sian – Sistema de informações do Arquivo Nacional

TFA – Território Federal do Amapá

Uecsa – União dos Estudantes Secundaristas do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
SEÇÃO I – ANTECEDENTES HISTÓRICOS: UMA IGREJA QUE DIALOGA COM OS NOVOS TEMPOS.....	25
1.1 O projeto social católico e as transformações na relação Igreja e mundos do trabalho.....	27
1.2 Opção pelos jovens e pobres: a Ação Católica e a emergência de novos movimentos sociais (Brasil e América Latina).....	33
SEÇÃO II – OUTRA MANEIRA DE SER CATÓLICO: A EXPERIÊNCIA DA JOC NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1957-1964).....	42
2.1 Origem e composição social do movimento.....	45
2.2 Educação libertadora <i>versus</i> Educação bancária: a formação reflexiva/humanizadora da JOC na prática do método Ver-Julgar-Agir.....	57
2.3 A JOC na luta por direitos.....	67
SEÇÃO III – A CRISE DA JOC NOS ANOS INICIAIS DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1968).....	73
3.1 A ditadura e a desarticulação da JOC amapaense: um olhar sobre os assistentes eclesiais e os militantes.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
FONTES.....	94
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no tema da relação entre Igreja Católica e mundos do trabalho, tendo como objeto a Juventude Operária Católica (JOC), focalizando sua formação, seus modos de atuação e sua crise no ex-Território Federal do Amapá (TFA), entre 1957 e 1968. Tal movimento dedicava-se a arregimentar trabalhadores e trabalhadoras para atividades de promoção humana, à luz da doutrina social eclesial e tendo como pedagogia o Ver-Julgar-Agir. Logo, nossa discussão se situa no cruzamento de três linhas: História Social do Trabalho, História da Igreja Católica e História das juventudes.

Na segunda metade do século XX, a escola historiográfica britânica marxista – formada por intelectuais como: Edward Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill – contribuiu para a renovação das concepções teóricas e metodológicas da historiografia, reivindicando a inclusão das classes populares e trabalhadoras como sujeitos que fazem história. Com o movimento da “história vista de baixo” (*history from below*) e o surgimento de novos problemas, abordagens e objetos, os historiadores (incluindo os da Igreja) passaram a investigar a perspectiva dos esquecidos/subalternos/pessoas comuns, criticando os caminhos trilhados segundo a visão “de cima” (*history from above*), ou seja, da minoria dominadora. Frequentemente ocuparam-se do estudo de movimentos coletivos e de ações individuais.¹

No Brasil, o debate sobre os movimentos sociais foi impulsionado por uma nova cultura historiográfica, elaborada nos cursos de pós-graduação cada vez mais numerosos nas décadas de 1970 e 1980. Neste contexto, as produções acadêmicas se atualizavam atentando-se à produção internacional, sobretudo, francesa, italiana e norte-americana. Dialogavam ainda com o processo da (re)democratização, marcado pelo advento de novos movimentos sociais no país, com destaque para o movimento negro e os movimentos feministas, que impuseram novas questões à historiografia no mundo todo. Concomitantemente, se desenvolvia a linha de História Social do Trabalho², com o surgimento de pesquisas sobre temas ligados às identidades

¹ Conforme Jim Sharpe, foram os historiadores ingleses que essencialmente desenvolveram o conceito de história vista de baixo. Sobre isto, ver: SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

² A respeito do surgimento e do desenvolvimento do campo da História Social e de suas grandes áreas dentro e fora do Brasil, ver: CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 45-59.

de classe, à agência política e ao cotidiano dos trabalhadores, que adotaram referências sobre o movimento operário no continente europeu.³

Desde os fins dos anos de 1990, a historiografia do trabalho vem ampliando seu foco de análise, englobando outros setores do mundo do trabalho para além do trabalho operário fabril. Ao lado de abordagens centradas na classe social, foram valorizados recortes outros, como os de gênero, raça e etnia, assim como buscou-se possíveis articulações entre tais marcadores sociais. Desse modo, ganhou força a tendência de se atentar mais à complexidade da realidade social em vez de privilegiar este ou aquele aspecto.⁴ Também nessa década houve um salto nas pesquisas sobre a militância católica brasileira, chegando hoje a uma quantidade expressiva que tem esta por foco.⁵

A religião entrou para a agenda das humanidades. No entanto, tanto na academia quanto no debate público e político, a visão preponderante é a de seu aspecto conservador, tido como o responsável pelo arrefecimento das mobilizações populares e pelo favorecimento dos interesses econômicos da extrema direita. Estudos recentes no âmbito da historiografia do trabalho, no entanto, apontam para a necessidade da construção e visibilização de uma outra narrativa, a qual lança um olhar mais cuidadoso para o importante papel que setores clericais e laicais tiveram na formação e no fortalecimento de diferentes frentes e movimentos sociais, que atuaram ativamente na luta pela democracia e por uma existência humana digna para as camadas mais pobres, exploradas e marginalizadas da sociedade – sobretudo, as que enfrentam a dura realidade nas periferias e nas áreas rurais do país, como: mulheres, pretos e pardos, operários, camponeses, indígenas etc.

Os grupos desassistidos tornam-se ainda mais vulneráveis em contextos de crise, como na pandemia de Covid-19 (2020-2023), que deixou profundas marcas. No caso do jovem estado do Amapá (elevado à categoria em 1988), estas foram agravadas por um apagão que evidenciou crises no interior de outras, contendo caráter muito mais humanitário do que energético. Ressaltamos que parte importante deste estudo foi desenvolvida durante o isolamento social e a quarentena, em meio a um cenário de calamidade pública atado à condução de um governo negacionista e com claros contornos autoritários.

³ MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 95-111.

⁴ BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, Vol. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006. p. 88-89

⁵ SOUSA, Jessie Jane Vieira. O discurso centrado na harmonia como estratégia política de negociação. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 10, n. 19, Edição Especial 2018, p. 103-106.

No rol de leituras clássicas de historiadores sociais sobre movimentos de cunho religioso, já é possível encontrarmos perspectivas que rumam em uma outra via. É o caso de E. P. Thompson e Christopher Hill, expoentes da “história vista de baixo” que divergem entre si. Christopher Hill, ao analisar ideias menos convencionais manifestadas durante a Revolução Inglesa, reconheceu que o papel da religião (seja o catolicismo ou o protestantismo puritano) nas Revoluções de 1640 não podia ser desconsiderado, uma vez que por ele passavam as mais diversas questões da vida social – o que é percebido e disputado pelo Estado. O autor infere que a onda de indignação popular contra a Igreja oficial ou estatal não aconteceu para expurgar a religião, mas para democratizá-la; afinal, esta também pertencia aos sujeitos comuns e deveria representá-los.⁶

Enquanto Hill percebe a importância da religião como força propulsora das correntes radicais da Revolução puritana, o estudo de E. P. Thompson, amparado em maciça coleta e confrontação empírica e teórica, aponta que a relevância do metodismo (movimento de seu interesse) reside no seu encontro com a vida social concreta, sob a condição de Igreja não oficial. Nela, a religiosidade foi humanizada e modificada de modo a atender às necessidades, valores e padrões de relacionamento social das comunidades (povoados mineiros, pescadores ou têxteis) no processo de formação da classe operária inglesa. Apesar de Thompson focar um recorte espacial e temporal distante, sua sensibilidade analítica instiga esta pesquisa, ao cunhar a perspectiva da experiência, valorizando as aprendizagens que orientam a ação humana. Incluindo elementos como cotidiano, religião e lazer, o autor aponta que a consciência de classe não parte somente do âmbito do sistema produtivo. Apesar dos contornos que serviam à disciplina industrial, a religião era importante para os trabalhadores e seu fazer-se classe. Os dissidentes metodistas estavam nos grupos de costura, nas reuniões de classe, nas missões dos pregadores locais etc. É reconhecendo a religião dos trabalhadores que Thompson afirma em obra clássica que “a Igreja era algo mais do que um simples edifício ou os sermões e as ordens de seus ministros”.⁷

No campo da historiografia da Igreja Católica, o contexto de abertura política e transição à democracia no Brasil dos anos finais da década de 1970, impeliu o surgimento de estudos que privilegiam sua dimensão social e política. Isto pode ser observado nas pesquisas de Paulo José

⁶ HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, 2: a maldição de Adão*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 327-328.

Krischke⁸, Márcio Moreira Alves⁹ e Thomas Bruneau¹⁰, que se preocupam em analisar e compreender a participação política da Igreja Católica no período ditatorial brasileiro (1964-1985). Entre as contribuições teórico-metodológicas pioneiras sobre o tema, a de maior envergadura veio do estudo de Roberto Romano, em 1979. Ao analisar o que nomeia de projeto teológico-político da Igreja Católica, sobrepondo o aspecto doutrinário ao prático, o autor considera a instituição como um bloco monolítico, inclinado à manutenção de hierarquias passadas.¹¹

Scott Mainwaring, na década seguinte, reconhecendo a pluralidade e autonomia relativa da Igreja Católica e avançando em confrontação com Romano, optou por analisar a atuação política de setores da instituição no Brasil (entre 1916 e 1985) a partir da díade conservadores versus progressistas. Este autor dedica especial atenção à *Igreja Popular* ou progressista, auxiliando na compreensão da JOC como um dos movimentos precursores da Esquerda Católica.¹² A interpretação da ação da Igreja que parte de uma visão dicotômica é problematizada tanto por Michael Löwy, em 1991, quanto por Keneth Serbin, no ano de 2001. Para o primeiro, sua divisão entre frações revolucionárias e contrarrevolucionárias resulta em uma imagem distorcida, pois clérigos e leigos não reagem somente com base na politização; igualmente influem critérios religiosos reverberados da periferia para o centro. Löwy é ainda uma das poucas referências que discutem a gênese do Cristianismo da Libertação, que se encontra de acordo com o autor na Esquerda Católica dos anos de 1960. Este novo movimento social era composto por organizações que partilhavam uma forma de fé comprometida com a transformação e a melhoria das condições de educação, de trabalho e de vida. Dentre as principais, estiveram a JOC, a Juventude Universitária Católica (JUC) e o Movimento de Educação de Base (MEB).¹³ Serbin, por outro lado, por meio de amplo arsenal de fontes documentais do Brasil, dos Estados Unidos e da Itália (entre as quais: jornais, periódicos e entrevistas), aponta que o pressuposto progressista/conservador pode terminar simplificando a ação de uma Igreja com tendências muito mais diversas. É o que aponta o caso da Comissão Bipartite, objeto de investigação do autor. Nesta instância, por intermédio de diálogos sigilosos,

⁸ KRISCHKE, Paulo José. *A igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁹ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

¹⁰ BRUNEAU, Thomas C.. *Religião e politização no Brasil: a Igreja e o Regime autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

¹¹ ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

¹² MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916/1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹³ LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Tradução de Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1991.

membros da alta hierarquia católica e da alta hierarquia militar – sobretudo por iniciativa da primeira, que à segunda adere como estratégia de contenção da repressão que já atingia vários quadros da Igreja, não apenas os mais próximos ao povo – ensaiaram tentativas de reconciliação nos bastidores do recrudescimento do regime ditatorial instaurado em 1964.¹⁴

Parte desses estudos, especialmente os que priorizam a atuação de líderes eclesiásticos (bispos, padres e outros), deixa a relativa autonomia dos leigos ou sujeitos comuns em segundo plano, mas também contribui para a formulação de narrativas que corroboram o argumento de que o papel precípua do catolicismo foi de arrefecer o movimento operário, como chamam atenção Deivison Amaral¹⁵ e Jessie Jane Vieira de Sousa¹⁶. Em recente balanço historiográfico, aquele autor e Isabel Bilhão ponderam que ainda são poucos os estudos que avançam em relação à linha argumentativa que recai sobre a preocupação de explicar o conservadorismo e o atraso da sociedade brasileira. É necessário, portanto, enfrentar a questão da relação entre Igreja Católica e Mundos do trabalho, considerando sua heterogeneidade. Não obstante, já existe uma quantidade razoável de estudos que concebem a atuação dos militantes católicos como agentes essenciais na formação de classe e na articulação de ações individuais e coletivas em prol de uma distribuição de renda e de direitos mais justa e igualitária aos trabalhadores e demais pessoas pobres. Tal postura investigativa possibilita o conhecimento de variadas formas de resistência.¹⁷

Incorporando pressupostos thompsonianos, os estudos de Zilda Iokoi¹⁸, Sidney Lobato¹⁹ e Deivison Amaral²⁰ convergem ao indicar que a religião dos trabalhadores e trabalhadoras ajudou na constituição de laços de solidariedade entre eles. Iokoi, por meio de extenso conjunto de fontes (como: artigos de jornais da grande imprensa, registros dos arquivos da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Central Campesina del Perú), realizou estudo comparativo entre a *Igreja da Libertação* e o campesinato no Brasil e no Peru, no período de 1964 a 1986. O objetivo da autora é descortinar os modos de atuação

¹⁴ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁵ AMARAL, Deivison. *Catolicismo e Trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

¹⁶ SOUSA, Jessie Jane Vieira. *Op. Cit.*, p. 104.

¹⁷ AMARAL, Deivison; BILHÃO, Isabel. Igreja católica e Mundos do Trabalho no Brasil: breve análise historiográfica. In: SPERANZA, Clarice Gontarski (org.). *História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas*. 1. ed. Jundiaí [SP]: Paco editorial, 2019.

¹⁸ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec-Fapesp, 1996.

¹⁹ LOBATO, Sidney. Santos e sacramentos no cotidiano dos trabalhadores de Macapá. *Revista Tempo*. Vol. 21, n. 38, 2014.

²⁰ AMARAL, Deivison. *Catolicismo e Trabalho... Ibidem*.

dessa Igreja nas lutas de resistência camponesa, acompanhando o processo de desenvolvimento da Teologia da Libertação. Ao privilegiar a problemática das múltiplas experiências das classes populares e camponesas ligadas à ação da Igreja renovadora e desenvolver com base nela a perspectiva de resistência transformadora, Iokoi nos aponta um caminho profícuo para evidenciar a importância histórica dos militantes católicos nos processos de transformação social.

Com um recorte mais recuado, o estudo de Sidney Lobato aponta que o catolicismo popular era profundamente enraizado no Território Federal do Amapá quando da chegada dos padres do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (Pime) em 1948. Ainda sob os efeitos da romanização preconizada pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), os missionários desembarcaram no extremo Norte do Brasil para substituir o baixo número de sacerdotes da Congregação da Sagrada Família e conduzir um projeto de sacramentalização. Sobretudo nos primeiros anos, realizaram esforços para sobrepujar interpretações heterodoxas em relação ao catolicismo oficial. A festa do Marabaixo (atualmente patrimônio imaterial do Brasil), expressão religiosa/festiva de luta e resistência afro-amapaense, esteve entre os exemplos que instigaram embates. Comunidades negras somaram-se às vozes leigas que se levantaram contra os ataques à religiosidade dos trabalhadores e trabalhadoras. Resultaram das tensões, voluntária ou involuntariamente, a incorporação de novas concepções e práticas por ambas as partes, não deixando de ocorrer investidas estatais ou clericais a fim de homogeneizar a vida religiosa da força de trabalho que passou a movimentar o mercado local.

É na análise da experiência dos atores históricos que Deivison Amaral busca características menos pejorativas da relação entre catolicismo e mundos do trabalho no Brasil e, mais precisamente, Belo Horizonte, com um recorte que se estende de 1909 a 1941. Utilizando como principais séries documentais jornais produzidos pela Confederação Católica do Trabalho (CCT) e documentos do legislativo municipal de Belo Horizonte, o autor identifica e examina desde as principais ideias que sustentam a ação católica no mundo do trabalho (com ênfase no pensamento social na Igreja) até como estas foram interpretadas e aplicadas de forma combinada às demandas cotidianas dos trabalhadores do meio estudado. Conquistando adeptos das classes políticas, a CCT e a rede de organizações sindicais a ela congregadas ajudaram a incorporar demandas e campanhas sociais em leis municipais. Por essa rota, Amaral consegue elucidar que de forma combativa e coerente com parte dos ensinamentos da doutrina católica, o catolicismo militante e sua opção reformista também apresentaram alternativas de reação ao sistema, em um contexto predecessor aos movimentos de renovação eclesial das décadas de 1950 e 1960.

O dossiê *Cristianismos de Esquerda na América Latina*²¹, organizado por Fábio Py e Diego Omar Silveira e publicado no final de 2018, é mais uma mostra da atualidade do tema na agenda de pesquisadores e pesquisadoras que reconhecem nos “outros jeitos de ser cristãos” uma força capaz de modificar os rumos sociais e políticos do sistema econômico vigente. Na compreensão sinalizada pelo atual representante máximo da Igreja Católica, Papa Francisco, o Capitalismo segue sendo responsável pelo crescimento da pobreza e pela degradação ambiental no mundo e, com profundos agravantes, na Amazônia²². De forma geral, os estudos reunidos no dossiê elucidam que as aproximações de cristãos com socialistas, marxistas e anarquistas, atores reconhecidos teórica e politicamente como posicionados às esquerdas, não apenas são possíveis como factíveis. Assim, os autores dedicam-se a desnudar as repercussões destas relações nas práticas e representações de movimentos religiosos e de contestação ao *status quo*.

No que tange à historiografia que tem como enfoque mais específico o Amapá, os estudos sobre a temática ainda são incipientes. Contudo, nos últimos anos, constatamos o surgimento de contribuições de qualidade no esforço de captar e entender a relevância social da atuação e da militância de clérigos e leigos católicos. Walbi Pimentel, em estudo publicado em 2016, nos apresenta uma Igreja aberta a viver e enfrentar as experiências de luta e resistência presentes no cotidiano dos mais empobrecidos no Território Federal do Amapá, ao longo do episcopado de Dom José Maritano (1966-1983). *A Igreja dos pobres*, como diz o título, respondia por um ângulo mais amplo ao chamado da Igreja latino-americana para uma leitura crítica e que visasse a modificação das estruturas de exploração e violência sobre as quais se mantinha o Capitalismo predatório de regimes autoritários multiplicados no continente nas décadas de 1960 e 1970. Em plano local, segundo Pimentel, as resistências eclesiais que se desdobraram das CEBs foram impulsionadas devido à região ser uma recente frente de expansão, a qual não demorou a atrair um novo número de habitantes e a passar por problemas advindos da disparidade entre o planejamento urbano e a prática política, inculcando uma maior presença da Igreja.²³

²¹ Py, Fábio; SILVEIRA, Diego Omar da. Cristianismos de esquerda na América Latina. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Anpuh, ano XI, n. 32, Set./Dez. 2018.

²² Sobre os impactos nocivos resultantes das sucessivas tentativas de implantação do modelo de desenvolvimento capitalista que desconsidera bases socioambientais e inclusivas na Amazônia, consultar: ACKER, Antoine. “O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em arena política global. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n. 68, p. 13-33, 2014.

²³ PIMENTEL, Walbi Silva. *A igreja dos pobres: resistências eclesiais no norte do Brasil (1966-1983)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

Avançando sobre os mundos do trabalho, os seis capítulos da coletânea que tem Sidney Lobato como organizador e também autor, com publicação datada de 2018, abordam de forma geral as imbricações entre Igreja Católica e trabalhadores e trabalhadoras no seio de pastorais e movimentos renovadores e engajados em diferentes segmentos sociais na Amazônia setentrional, principalmente mas não só no pós-Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). A partir do desenvolvimento e da inserção das CEBs nas lutas locais, focalizadas por Pimentel; dos debates e tensões em torno dessa Igreja-comunidade, menos hierarquizada e mais horizontal, discutida por Lobato; da participação do Cimi na educação escolar para indígenas, foco de Cecília Bastos; da atuação da CPT nas lutas dos trabalhadores do campo, analisadas por Higor Pereira; das atividades da JOC voltadas para a opção pelos jovens e pobres a partir dos anos finais de 1950, enfocadas por Jackeline Duarte; podemos perceber jeitos de ser Igreja que acentuam o potencial mobilizador/libertador do encontro entre fé e lutas sociais dos excluídos e oprimidos em solo amapaense. Sem deixar de levar em conta práticas mais tradicionalistas, como a divisão sexual do trabalho coadjuvada pelas escolas católicas, temática de Tatiana Oliveira, a obra aponta para o perfil multifacetado tanto da Igreja quanto da classe trabalhadora.²⁴

Entendemos que muitas dessas experiências, com ressonâncias no século XXI, como pode-se observar nos movimentos populares articulados no Grito dos Excluídos, os quais utilizam em larga medida o método Ver-Julgar-Agir²⁵, essencialmente jocista, foram frutos de reformas realizadas pelo Vaticano II e pela Conferência do Celam em Medellín (1968), mas também de práticas anteriores acatadas e oficializadas nesses eventos.²⁶ Conforme explicitado, ao tratar da Igreja na Amazônia, a historiografia especializada tem apontado uma “esquerdização” de setores católicos laicos e clericais a partir dos anos finais de 1960. Para lançar luz ao debate historiográfico nacional, buscamos a partir das especificidades da experiência da JOC amapaense contribuir para a compreensão de que este processo precede ao que vem sendo debatido no campo temático, iniciando-se nos anos finais de 1950 e início de

²⁴ LOBATO, Sidney (org.). *Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional*. 1. ed. Rio Branco: Nepan Editora, 2018.

²⁵ Os usos da revisão de vida continuam instigando entre os populares o estudo e o enfrentamento de temas como: violência estrutural, trabalho, educação popular, direitos humanos, democracia participativa etc.

²⁶ LOBATO, Sidney. Apresentação à 2ª edição. In: LOBATO, Sidney (org.). *Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional*. 2. ed. Rio Branco: Nepan Editora, 2021. E-book. Disponível em: https://www.academia.edu/37361423/Igreja_e_trabalhadores_na_Amaz%C3%B4nia_setentrional. Acesso em: 26 ago. 2022.

1960, período em que já é possível identificarmos uma guinada para uma versão inovadora e crítica da Igreja em relação ao Capitalismo e ao mundo do trabalho.

Desse modo, ajudamos a refletir sobre a relevância das lutas sociais baseadas no apoio de setores da Igreja ao povo pobre e militante, o qual colaborou na conquista de direitos fundamentais e no cumprimento dos deveres individuais e coletivos, posteriormente incluídos e oficializados na “Constituição Cidadã” de 1988²⁷ – fruto de intensos esforços das juventudes e das classes populares para que as condições necessárias ao viver bem não ficassem restritas ao terreno da utopia (em seu sentido trivial), tornando-se lei e realidade possível. A luta continua, demonstrando que é preciso um comprometimento efetivo daqueles que ocupam os espaços de poder e decisão com a Educação básica, a ciência, o trabalho e a qualidade de vida; o que em nada exime a sociedade em geral de cumprir seu papel.

Diante do exposto, este estudo propõe-se a investigar a Juventude Operária Católica (JOC) amapaense, objetivando elucidar a formação, os modos de atuação e a crise da JOC local, evidenciando que a Igreja se aproxima dos movimentos sociais antes do Concílio Vaticano II. A opção pelo recorte espacial acima justifica-se pela importância das especificidades sociais e eclesiais do Amapá para o constante aprofundamento crítico da história nacional. Observamos que embora nas últimas décadas tenham surgido pesquisas acerca da atuação das JOCs de diferentes regiões do país, das quais acessamos algumas desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação e concentradas principalmente no eixo Centro-Sul, o movimento contou com particularidades próprias no Norte brasileiro, ainda pouco ou nada discutidas pela historiografia de nosso tema e objeto. Ainda que tenha sido um movimento de dimensão internacional, possuindo estruturas e programas comuns, a JOC amapaense teve sua trajetória marcada pelas especificidades do meio em que estava imersa: por um lado, um território recém-criado, diretamente controlado pelo Governo Federal, sob a égide da política centralizadora e desenvolvimentista de Getúlio Vargas; por outro, uma região carente de ação missionária, segundo a ótica da Igreja Católica.

²⁷ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2022.

Autores como Maria Blassioli Moraes²⁸, Paulo Sérgio de Jesus²⁹, Alejandra Estevez³⁰ e, mais recentemente, Márcio Goulart Coutinho³¹ destacam a radicalização de movimentos que contaram com a participação de membros da JOC no ABC Paulista e em Volta Redonda, regiões já demasiadamente operárias nos anos de 1940 e 1950. Por outro ângulo, ao procurar entender por que a JOC de Valença (interior do Rio de Janeiro) não adotou posições mais ostensivas antes ou depois do Golpe de 1964, como as de movimentos grevistas, Raimundo Mattos aponta para nuances que ainda precisam ser elucidadas sobre as realidades locais.³² Em contraponto aos autores, nossa preocupação prioritária não se trata de explicar as razões da JOC ter ou não se radicalizado nas terras banhadas pelas águas da foz do Rio Amazonas, mas trazer para o centro da discussão de que maneira a entidade somou nas justas reivindicações da juventude trabalhadora amapaense, objetivando reforçar a linha argumentativa de que a militância católica que ajudou a fomentar e não esvaziar a luta dos trabalhadores e estudantes carece de mais atenção. Isto não envolve somente aquela luta que se enquadra em um padrão revolucionário clássico.

O recorte temporal da pesquisa se inicia em 1957 – quando um grupo de jovens foi enviado pelo bispo da Prelazia de Macapá, Dom Aristides Piróvano, para conhecerem o movimento jocista e sua finalidade no Congresso Mundial da JOC em Roma, com o encargo de no retorno iniciar as atividades da JOC amapaense – e se estende até 1968, quando o movimento teve sua total desarticulação no Amapá, principalmente devido à suspensão dos direitos políticos e à repressão intensificada pela ditadura empresarial-militar contra a federação local e os membros da equipe regional do Norte (localizada em Belém-PA) somada às ofensivas contra sua equipe nacional. Ano de fechamento ainda maior do regime com o Ato Institucional número 5 (AI-5) no Brasil, mas também de uma onda de movimentos de protesto, luta e mobilização social pelo mundo, sendo o maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses frequentemente tomado como referência. Analisar as ações da Igreja Católica é essencial para

²⁸ MORAES, Maria Blassioli. *A Ação Social Católica e a luta operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP, 2003. 207f.

²⁹ JESUS, Paulo Sérgio de. *Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 2007. 121f.

³⁰ ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. *A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e Ação Católica Operária (1940-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 160f.

³¹ GOULART, Márcio Coutinho. *A Juventude Operária Católica e os Grupos Revolucionários de Volta Redonda (1962-1971)*. Dissertação (Mestrado em História). Volta Redonda: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

³² MATTOS, Raimundo César de Oliveira. *A Juventude Operária Católica em Valença: uma utopia desconstruída*. *Revista de História Regional*. 13 (2): 283-298, Inverno, 2008.

compreender como os eventos de 1968 sucedem na América Latina, grande palco do nascedouro da Teologia da Libertação. Como afirma o sociólogo Marcelo Ridenti, os acontecimentos condensados neste ano foram gestados em condições históricas anteriores.³³ No mesmo ano do ápice da Revolução Cubana (1959), o Concílio Vaticano II é anunciado e o semanário *A Voz Católica* passa a circular no Amapá. Isto eleva a relevância histórica e social desta pesquisa, pois no interior da JOC e da imprensa católica amapaense encontravam-se trabalhadores e estudantes cujas experiências estão ligadas a processos históricos que repercutiram em escala global.

No que toca aos percursos deste estudo, após o levantamento, leitura e revisão prévia da bibliografia, passamos para a etapa de levantamento, coleta e análise de nossas principais fontes documentais. Segundo o exame de Carlos Bacellar, os arquivos da Igreja Católica, com seus acervos reunidos mormente nas cúrias diocesanas, são detentores dos mais notórios conjuntos documentais de natureza religiosa no Brasil. No geral, são compostos por registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, processos diversos, livros-tombo das paróquias e correspondências. Acessá-los depende quase que exclusivamente do bispado, ocorrendo mudanças com as trocas no cargo.³⁴ Para os fins da pesquisa, o foco foi mantido principalmente em artigos do jornal *A Voz Católica* (dos anos de 1959 a 1968) e registros de livros de tomo (de 1957 a 1968) da antiga Prelazia de Macapá, localizados no acervo da Cúria Diocesana de Macapá (capital amapaense). De acordo com Cecília Bastos e Telma Marino, este abarca memórias geradas pelos padres do Pime, na medida em que acessaram as comunidades amapaenses, guardando fontes inéditas ou pouco exploradas – algumas organizadas em forma de livro, manuscritas ou datilografadas, outras impressas, avulsas e iconográficas – que possibilitam a escrita de uma história social.³⁵

Na utilização de fontes da imprensa católica, nos atentamos para os seguintes aspectos teórico-metodológicos apontados por Tania Regina de Luca: o contexto de sua produção, o grupo responsável por sua edição e o público alvo, tendo em vista que estas características possibilitam a compreensão das ideias e interesses do projeto editorial por trás das

³³ RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX (Vol. 3) – O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

³⁴ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

³⁵ BASTOS, C. M. C. B.; MARINO, T. M. F. B. Patrimônio eclesiástico: memórias do acervo da Cúria Diocesana de Macapá. *Revista Tempo Amazônico*. Vol. 3, n. 1, 2015. p. 106-127.

publicações.³⁶ Levamos em conta também a historicidade da imprensa, articulando-a ao campo de lutas em que se formou e atuou, para então entendê-la enquanto prática que para além de assimilar ideias, ajudou a constituir a realidade social. Portanto, mediações de análise se fizeram necessárias, observando a relação texto-contexto e evitando o deslocamento imediato de artigos e seções do contexto macro da pesquisa, como recomendam Heloisa Cruz e Maria Peixoto.³⁷

No *A Voz Católica*, encontramos mais de cem artigos relacionados ao tema e ao objeto da pesquisa, dos quais utilizamos aqueles que melhor contemplam o debate proposto. O semanário foi o principal veículo de interlocução entre Igreja e sociedade no Amapá, durante quase todo período de atuação da JOC. De cunho formativo e informativo, circulou entre 1959 e 1974, disseminando diretrizes para a vida nos mais variados setores, seja religioso ou social. Segundo o próprio título, pretendia ser porta-voz dos católicos sobre temas de interesse público. A consulta do jornal, que chegou a ser editado por dois dos assistentes eclesiais da JOC – Jorge Basile e Caetano Maiello – tornou possível a identificação de jovens membros e outros padres que assistiram a entidade, bem como a análise de seus modos de atuação e de suas sociabilidades. Além disso, permitiu a verificação de aspectos que marcaram os contextos de formação, ação e desarticulação do movimento, segundo a perspectiva de seus assistentes e de jovens colaboradores sobre temas que estavam em voga dentro e fora da Igreja. Por exemplo, os debates em torno da doutrina social eclesial. As informações sobre a JOC foram localizadas principalmente em artigos esporádicos referentes às atividades do movimento e em seções fixas como as intituladas “Prelazia em foco” e “JOC em marcha”. A última ganhou lugar durante a ditadura, indicando uma possível relação de seu título com o período. Há de se

³⁶ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 111-153. Exemplo de estudo que demonstra algumas potencialidades da análise do projeto editorial é o da jornalista Karina Woitowicz. Por meio da investigação editorial e discursiva do jornal paranaense *Diário da Tarde*, a autora aborda os conflitos entre diferentes campos de saberes e de poderes que se utilizaram das estratégias do jornalismo para “orientar” simbolicamente os acontecimentos no decorrer da Guerra do Contestado (1912-1916). Ao longo de sua pesquisa, Woitowicz argumenta que as formas como os fatos foram apresentados e marcaram o pensamento social neste período podem contribuir para a compreensão da inter-relação do contexto com a imprensa, da atuação de cada grupo social e do modo como a imprensa tematizou e veiculou representações estabelecidas em função de interesses diversos (Ver também: WOITOWICZ, Karina Janz. *Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015).

³⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história*, n. 35. p. 259.

considerar o acesso e as possíveis influências da classe dirigente do TFA sobre o conteúdo veiculado pelo órgão de imprensa da Prelazia.³⁸

As informações levantadas nas fontes jornalísticas foram confrontadas com registros de livros de tombo. Conforme Maria Bassanezi, tratando-se de uma fonte nominativa, os registros paroquiais permitem desvelar múltiplos aspectos que marcaram a trajetória de pessoas e grupos, como aqueles relacionados às relações sociais.³⁹ Especificamente a respeito dos registros paroquiais da Igreja local, Bastos e Marino apontam que estes comportam desde práticas cotidianas até o formalismo das práticas católicas.⁴⁰ Logo, esses escritos apresentam uma série de subsídios para a análise e caracterização das atividades e do papel da JOC sob o olhar de bispos, visitantes e párocos. Por serem fontes eclesiais, os artigos do semanário católico e os registros paroquiais são repletos de conjunções de ordem moral e comportamental. Como qualquer outra fonte, possuem uma carga de subjetividade, cabendo ao historiador(a) tratá-la por meio da crítica documental.⁴¹ Fernando Londoño destaca a relevância de um olhar que pergunta, duvida e relaciona, com o intuito de reconhecer o “rosto da vida cotidiana dos cristãos no passado no âmbito da paróquia”.⁴²

Com o intuito de acessar outras versões (dissonantes ou não) das narrativas oficiais encontradas nos registros paroquiais e nos artigos do jornal, produzimos e analisamos entrevistas de História oral temática com antigos membros da JOC.⁴³ Segundo Verena Alberti, esta metodologia consiste na realização de entrevistas gravadas com atores ou testemunhas de acontecimentos e conjunturas do passado e do presente, sendo as do tipo temático aquelas que focalizam prioritariamente a participação do entrevistado no tema escolhido, seguindo um roteiro com questões adequadas à problemática, sem deixar de respeitar o desenvolvimento de

³⁸ Eis dois artigos que apontam essa questão: NÓS somos amigos do estudante amapaense. *A Voz católica*, n. 191, ano IV, de 23 de junho de 1963, p. 1. AMAPÁ, terra dos jovens. *A Voz Católica*, n. 358, ano VII, de 3 de setembro de 1966, p. 1.

³⁹ BASSANEZI, Maria Silvia. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

⁴⁰ BASTOS, C. M. C. B.; MARINO, T. M. F. B. *Op. Cit.* p. 118.

⁴¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 109-124.

⁴² LONDOÑO, Fernando Torres. Cotidiano paroquial e Livros de tombo. *Revista de Cultura Teológica*, Vol. 7, p. 95-103, 1994.

⁴³ A partir da leitura das fontes, reunimos alguns nomes de antigos jocistas, entre os quais, Manoel Ferreira dos Santos. Ao tomarmos conhecimento de que Santos e outros ex-jocistas pertencem hoje ao Movimento Familiar Cristão (MFC) do Amapá, entramos em contato e, assim, começamos a construir nossa colônia de entrevistados. O fato de alguns jocistas ainda manterem contato uns com os outros demonstra que seus laços de amizade e solidariedade não foram facilmente rompidos.

sua narrativa e de seus pontos de vista.⁴⁴ Paul Thompson versa sobre as contribuições e potencialidades das fontes orais, com destaque para as finalidades sociais que permeiam seus usos. É na História Social, segundo o autor, que esse tipo de fonte ganha maior relevância, visto que por meio dela as historiadoras e historiadores podem dar visibilidade aos sujeitos comuns, que em muitos casos não se expressam nos registros documentais.⁴⁵ A ausência de fontes diretas sobre os movimentos sociais é recorrente. Sobre a produção e tratamento das entrevistas, Antônio Torres Montenegro chama atenção para a dimensão da memória dos entrevistados, que não deve ser entendida como total e conclusiva, mas como resultante da vivência individual ou coletiva, ou seja, da forma como se processa a interiorização dos significados que integram a rede de significações sociais.⁴⁶

O texto resultante da pesquisa foi estruturado em três seções. Na primeira, intitulada “Antecedentes históricos: uma Igreja que dialoga com os novos tempos”, apresentamos as escolhas teórico-metodológicas adotadas, algumas diretrizes da doutrina social eclesial que sustentam a via de atuação católica nos mundos do trabalho e os principais eventos sociais e eclesiais que marcaram a abertura para a ação dos leigos no seio da Igreja. Ressaltamos que o pensamento social da Igreja se faz e se refaz na reflexão e na experiência de clérigos e leigos comprometidos no campo social, não podendo ser considerado como expressão totalizante dos rumos por eles tomados. Compreendemos que a Ação Católica Brasileira (ACB) e as ramificações de sua vertente especializada, como o movimento jocista, constituíram a primeira grande instância da efetivação do projeto social católico no século XX. A JOC foi um dos ramos de maior repercussão social, demonstrando que as movimentações ligadas à religião (neste caso, a católica) tiveram claros momentos de enfrentamento. Do interior do movimento, despontou a Esquerda católica, tendo se dado também pela aplicação de seu método o ponto de largada para o Cristianismo da Libertação.

Com o entendimento da conformação do espaço de atuação para os jocistas na Igreja, a segunda seção denominada “Outra maneira de ser católico: a experiência da JOC no Amapá (1957-1964)” é dedicada à análise da formação e da atuação da federação amapaense do movimento. Buscamos identificar a origem e a composição social da entidade, bem como examinar suas táticas, estratégias e alianças estabelecidas na luta contra a insegurança estrutural

⁴⁴ ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 155-202.

⁴⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 104-137.

⁴⁶ MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*, vol. 13, n. 25/26, 1992.

existente no território governado pelo tenente-coronel Janary Gentil Nunes (nomeado de Vargas). A JOC do Amapá teve seu início em um momento no qual se tornava cada vez mais nítida a grave situação de exploração vivida pelos trabalhadores em geral, colocando em relevo os insucessos da política dos grandes projetos. Com a ascensão dos movimentos sociais, a Igreja buscava se adaptar e apresentar alternativas. A atuação dos jocistas amapaenses estava imbricada em um conjunto de circunstâncias sociais e eclesiais, voltando-se para a melhoria da vida laical, familiar, pessoal e social de trabalhadores de diferentes áreas do mercado local, divergindo do foco predominante nas grandes capitais: operários da indústria. Mesmo em um cenário que dificultava um grande levante de resistência, tal jocismo conquistou frutos na militância sindical, estudantil e partidária, evidenciando o perfil heterogêneo da Igreja e da classe trabalhadora.

A terceira e última seção, intitulada “A crise da JOC nos anos iniciais da ditadura empresarial-militar (1964-1968)”, tem o propósito de desvelar e analisar as perseguições sistemáticas sofridas pelas equipes nacional, regional e local do movimento, as quais se iniciaram logo após o Golpe de 1964, mas só culminaram na sua total desarticulação no Amapá em 1968. A autonomia relativa conquistada pelo envolvimento direto dos jovens trabalhadores, com os sindicatos e com as associações trabalhistas, no bojo da “esquerdização” de setores católicos (expressa pela defesa da justiça social), fez do movimento jocista um dos principais alvos de repressão da ditadura. Constatamos que o regime aprofundou algumas formas de repressão que já existiam anteriormente no território, como no caso da política desenvolvimentista autoritária. Membros e assistentes da JOC local foram vítimas de: ordens e prisões arbitrárias, vigilância por olheiros, monitoramento pela rede de espionagem do Serviço Nacional de Informações (SNI), supressão da liberdade de imprensa (já limitada), expulsões do assistente regional da equipe do Norte no Pará e do principal assistente das juventudes no Amapá etc. Sob alguma tolerância, o movimento sobreviveu aos primeiros anos do governo golpista, apontando que a aliança com a Igreja ajudou a evitar a asfixia completa das possibilidades de ação coletiva da juventude trabalhadora. Com a escalada das pressões e da violência, vários membros tiveram que deixar a entidade e alguns bispos retirar dela seu apoio. Por conta disso, seus mecanismos de divulgação, implantação e atuação foram sendo enfraquecidos, o que resultou no fechamento de diversos núcleos. Na contramão de estudos que pressupõem uma ditadura mais branda no Norte amazônico, nossa pesquisa auxilia na compreensão de como os sujeitos comuns lidaram com a acelerada expansão do Capital nesse espaço, que esteve em conexão direta com as políticas agroindustriais da aliança empresarial-militar.

SEÇÃO I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS: UMA IGREJA QUE DIALOGA COM OS NOVOS TEMPOS

A historiografia da Igreja Católica e das movimentações juvenis em seu interior aponta para uma miríade de possibilidades de pesquisa, assim como a historiografia do trabalho. Por focalizar um movimento de jovens trabalhadoras e trabalhadores católicos, este estudo⁴⁷ está situado no encontro de três eixos: juventudes, catolicismo e trabalho. Antes de adentrarmos nas especificidades da fundação e da atuação da JOC no antigo Território Federal do Amapá, apresentamos e discutimos nesta seção algumas diretrizes e acontecimentos que avaliamos serem relevantes para a reflexão historiográfica acerca das mudanças ocorridas na relação entre Igreja e mundos do trabalho no século XX.

As rápidas e intensas transformações econômicas e sociais com o desfecho da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que aprofundaram os contrastes sociais; os acontecimentos da Guerra Fria (1945-1989) e da Revolução Cubana (1959), que situaram a América Latina na ordem do dia do conflito entre as duas grandes potências (Estados Unidos e União Soviética), considerando que a política socialista poderia conquistar força na região; as preocupações com os desdobramentos da política desenvolvimentista, o pluralismo religioso e a secularização estão entre os fatores que contribuíram para que o papa João XXIII⁴⁸ anunciasse o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) ainda em 1959. Uma vez que a instituição se sentia deslocada em relação ao chamado mundo moderno, ela repensou neste evento os seus modos de ser e de fazer, oficializando práticas inovadoras anteriores e impulsionando renovações posteriores.

⁴⁷ Este trata-se de uma versão estendida das pesquisas de Iniciação Científica realizadas durante dois ciclos, sob a orientação do Dr. Sidney Lobato (Unifap). O primeiro, como voluntária Provic/Unifap (entre 2017 e 2018), enfocando a atuação de jovens trabalhadores católicos. O segundo, como Bolsista Pibic/Unifap e CNPq, de 2018 a 2019, focalizando a ação de jovens padres.

⁴⁸ Angelo Giuseppe Roncalli, posteriormente Papa João XXIII, nasceu em 25 de novembro de 1881 em Sotto il Monte, pequeno povoado da Província de Bérgamo, na Itália do norte. Filho de Giovanni Batista Roncalli e Marianna Giulia Mazzela, humildes camponeses e cristãos praticantes. Em 1893, aos 12 anos, ingressou no Seminário. Completou sua formação espiritual e intelectual nas universidades de Roma, onde foi ordenado sacerdote no ano de 1904. Com o falecimento de Pio XII, foi eleito Sumo Pontífice em 28 de outubro de 1958. Uma das obras mais importantes e colossais de seu pontificado foi a preparação e execução do Concílio Vaticano II, cujo anúncio surpreendeu os próprios homens e mulheres da Igreja. O “Papa do Concílio” ganhou a simpatia de indivíduos de diferentes classes e credos, e até mesmo de ateus. Neste atinente, destacou o articulista do *A Voz Católica*: “O segredo de tamanha simpatia foi a sua grande bondade, sua simplicidade, sua cristalinidade em tratar com os outros, às vezes, pulando por cima dos protocolos. Visitava os doentes, os operários, sentia em seu coração as aflições da humanidade inteira” (DEIXOU A TERRA João XXIII, o Papa da União e da Paz. *A Voz Católica*, n. 189, ano IV, de 9 de junho de 1963, p. 1).

A doutrina social eclesiástica, sistema de representações com que a Igreja apreende e ajuda a constituir realidades, precede tais acontecimentos. Esta foi iniciada com a publicação da encíclica *Rerum Novarum* por Leão XIII, em 1891. Posteriormente foram redigidas outras encíclicas sociais, dando prosseguimento aos seus temas. De acordo com Pierre Bigo, “o Concílio pretendeu se manter na linha dos ensinamentos dos papas, partindo de Leão XIII, excetuando alguns pontos secundários. Sua obra própria e a do início do pontificado de Paulo VI foi a de sintonizar a doutrina junto às questões mais urgentes do atual tempo”.⁴⁹

No pós-Guerra, uma das importantes mudanças ocorridas no seio da Igreja Católica no Brasil foi a transição do modelo italiano de Ação Católica Geral⁵⁰ (oficializada em 1935) para o modelo belga-francês-canadense, caracterizado pela divisão por classes e categorias sociais, bem como por uma maior preocupação com a situação social e política dos trabalhadores no contexto da ditadura estadonovista.⁵¹ Práticas inovadoras se originaram dos quadros de formação laica da Ação Católica Especializada, tendo o cristianismo social francês dentre suas bases. Para Deivison Amaral, a ACB marcou o auge da continuidade no século XX das medidas iniciadas pela *Rerum Novarum*, sendo um meio da Igreja assumir a condução da atuação social católica e efetivar seu projeto social. Ainda que inicialmente estivessem por trás preocupações de frações da instituição com o desenvolvimentismo e os supostos riscos do Comunismo e do avanço do protestantismo, os ramos da Ação Católica – voltados para a ação formativa da juventude agrária, operária e estudantil – deram início à trajetória de incontáveis lideranças, as quais lograram renome no campo religioso e político nacional.⁵²

A Juventude Operária Católica (JOC) surgiu de forma autônoma na Bélgica, país europeu, criada pelo Padre Joseph Cardjin (proveniente de família operária e futuramente

⁴⁹ BIGO, Pierre. *A doutrina social da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1969.

⁵⁰ Nas palavras de José Oscar Beozzo, “A expressão ação católica nasce de toda uma corrente crítica dentro do catolicismo que, mais e mais ao longo do século XIX, havia se refugiado na piedade particular, estabelecendo radical separação entre a esfera pública e a esfera privada da vida. A religião passou a pertencer aos assuntos da esfera privada. Entre a crença pessoal e manifestação pública abriu-se um fosso, sobretudo entre os homens. A prática pública da fé ficou apenas para as mulheres e crianças” (BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano: economia e cultura 1930-1964), vol. 4, 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 323).

⁵¹ BARBOSA, Imerson Alves. *A esquerda católica na formação do PT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Marília-AP: Universidade Estadual Paulista, 2007. p. 102.

⁵² FIGUEIREDO, João Marcus. Formação de lideranças leigas na Igreja Católica e constituição de quadros de inserção social e política no Brasil. In: Américo Freire; Deivison Amaral e Evanize Sydow (orgs.). *Religião e democracia: desafios contemporâneos*. 1. ed. São Paulo: Alameda: FAPERJ, 2022. p. 204.

nomeado cardeal)⁵³ durante a década de 1920. O jocismo e seu método de revisão de vida, desenvolvido por meio do estudo de Cardijn sobre as inquietações e necessidades de operários em condições de exploração e que os afastava da vida espiritual (extensas jornadas de trabalho, baixos salários, insalubridade etc.), obteve notável êxito no país. Isto possibilitou que a entidade assumisse dimensão internacional, com o Vaticano apoiando sua implantação em países onde a industrialização estava em curso. Em meados de 1930, à luz do catolicismo social, surgem os primeiros núcleos jocistas brasileiros. Com a reorganização da Ação Católica em 1948, a entidade foi oficializada e incluída como ramo especializado, chegando às diferentes regiões do Brasil.⁵⁴ Jovens rapazes e moças, especialmente aqueles à margem do sistema e com alguma representatividade em seu meio, seriam chamados a ser protagonistas da descoberta de seu valor como “irmãos operários” e “filhos do Cristo operário”.⁵⁵ A pedagogia popular de origem jocista (baseada na tríade Ver-Julgar-Agir) inspiraria os rumos tomados pela ACB.

Nossa pesquisa trilha um caminho de reconhecimento das lutas sociais alicerçadas pelo compromisso social de clérigos e leigos, principalmente os que realizaram a opção pelos jovens e pobres, em favor de uma escrita da História sensível à complexidade da experiência humana. Na busca por ressaltar aspectos menos apologéticos do envolvimento entre os polos religião e lutas sociais, realizamos uma análise cruzada entre doutrina e prática católica. Na intersecção de mudanças internas e externas, o movimento social da JOC foi peça fundamental para a abertura a uma atuação mais crítica e renovadora da Igreja a partir do final da década de 1950, oferecendo subsídios para novos avanços nos anos seguintes.

1.1 O projeto social católico e as transformações na relação Igreja e mundos do trabalho

Na década de 1960, foram instituídas importantes reformas nas bases da Igreja Católica, tendo como maior e mais significativa inflexão histórica o Concílio Ecumênico Vaticano II

⁵³ Em janeiro de 1965, Paulo VI nomeou 27 novos cardeais, elevando a 103 o número de membros do Sacro Colégio. Com isso, a Igreja Católica buscava atender à exigência dos tempos atuais e de diferentes condições históricas e ambientais. Mons. Joseph Cardijn, fundador da JOC, teve aí sua elevação cardinalícia. Sob a direção do presidente internacional da JOC, Bartolo Perez (Brasil), foram participantes da cerimônia jocistas delegados de várias partes do mundo: França, Holanda, Alemanha, Áustria, Espanha, Inglaterra, Portugal, Coreia, Ruanda, Congo, Índia, Ceilão, Itália e países da América do Norte e do Sul. Para a juventude trabalhadora, Paulo VI ofereceu votos de que o recebimento do título por Cardijn fosse tomado como um estímulo para que dessem “um testemunho do Cristo no meio de seus irmãos” e que tornasse “a Igreja presente e ativa em todos os ambientes de trabalho” (PAPA Paulo VI recebe solenemente delegação jocista. *A Voz Católica*, n. 281, ano VI, de 14 de março de 1965, p. 2).

⁵⁴ MATTOS, Raimundo César de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 284.

⁵⁵ Por meio do acervo pessoal do antigo jocista Hernani Vitor Guedes, tivemos acesso à seguinte publicação da JOC: COMITÊ NACIONAL DA JOC E DA JOCF. *Como iniciar a JOC*. Manual de orientação aos jocistas pioneiros, [1957].

(1962-1965)⁵⁶, convocado pelo papa João XXIII e concluído por Paulo VI. Em 1959, a comissão de organização do evento (nomeada pelo papa) decidiu encaminhar cartas solicitando aos bispos de países do mundo inteiro – dentre os quais, o Brasil – sugestões de temas a serem debatidos, considerando que suas próprias experiências em dioceses de realidades e culturas distintas melhor identificariam as possibilidades, demandas e problemas nelas existentes. Pode-se entrever a partir disso a amplitude deste evento e de seus desdobramentos na ação da Igreja. Por sua realização, o pontificado de João XXIII caracterizou-se pelo trabalho de transição, tendo sua linha sido continuada por Paulo VI, seu sucessor.⁵⁷ As necessidades de adequação que motivaram o anúncio do II Concílio se originaram na “percepção de que o rigorismo, o clericalismo e o fechamento de visão doutrinal, pastoral e litúrgica da Igreja Católica mais afastava que aproximava do mundo moderno”. Se fazia necessária uma crescente abertura ao diálogo com suas múltiplas e complexas estruturas e instituições sociais.⁵⁸

Nas quatro sessões do Vaticano II, reuniram-se bispos, arcebispos, cardeais, padres, superiores gerais de ordens religiosas, leigos e representantes de toda a hierarquia católica, fazendo deste o evento mais importante na história do catolicismo no século XX. Entre as presenças inéditas, estiveram mulheres religiosas e leigas, que participaram como auditoras.⁵⁹ As colaborações dos participantes da América Latina foram fundamentais para que as discussões e deliberações conciliares incorporassem questões urgentes na região, inclusive no Brasil:

O Vaticano II foi, sem dúvida, a mais ampla reforma da história da Igreja. Aprovou novidades como a missa nas línguas nacionais (em vez do tradicional latim) e uma ênfase maior nos leigos como o “povo de Deus”, uma tendência compartilhada pela Ação Católica Brasileira.

⁵⁶ O Vaticano II oficializaria um novo jeito da Igreja católica se relacionar com os leigos, especialmente com os mundos do trabalho. Dada a sua relevância, o evento começou a ganhar destaque na imprensa católica amapaense ainda no início da década de 1960. Nesse período, um articulista do semanário *A Voz Católica* trouxe a seguinte descrição do evento: “Concílio é a mesma coisa que assembleia. Ecumênico quer dizer ‘geral universal, da terra toda’. Concílio Ecumênico é o mesmo que ‘assembleia geral universal’ de todos os Prelados da Igreja católica, sob a presidência do Sumo Pontífice. O primeiro Concílio Ecumênico foi o de Nicéia, no ano 325, convocado pelo imperador Constantino Magno, ‘com o parecer dos sacerdotes’. O último foi o Concílio Vaticano, convocado por Pio IX em 1869 e interrompido em 1870, devido aos movimentos políticos da Itália. Foram 20 os concílios ecumênicos, sendo o 21º o que João XXIII convocará. O lugar da celebração do novo concílio, tendo em vista o enorme trabalho de preparação, é previsto para o ano 1962. A língua usada será o latim que é a língua da Igreja” (CONCÍLIO Ecumênico. *A Voz Católica*, n. 13, ano I, de 24 de janeiro de 1960, p. 1).

⁵⁷ JOÃO XXIII e Paulo VI: um coração e uma inteligência para a realização de um só programa. *A Voz Católica*, n. 197, ano VI, de 4 de agosto de 1963, p. 3.

⁵⁸ FIGUEIREDO, J. M. *Op. Cit.*, p. 203.

⁵⁹ MULHERES na III Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II. *A Voz Católica*, n. 257, ano V, de 27 de setembro de 1964, p. 1.

Embora dominado por europeus, o Vaticano II assimilou muitas ideias da América Latina graças à pressão dos bastidores de Dom Hélder Câmara e Dom Manuel Larraín, do Chile. Por sua vez, a ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos, o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida. Significativamente, o Vaticano II enfatizou o diálogo dentro da instituição e com outros fiéis e filosofias.⁶⁰

Desse modo, os documentos finais do Vaticano II reformularam a doutrina social eclesial, levando a inovadoras práticas no seio da Igreja, das quais destacamos: a intensificação de compromissos entre bispos e padres, o estabelecimento de uma maior aproximação entre clérigos e leigos, a opção preferencial pelos pobres, a valorização do diálogo ecumênico e a modificação da liturgia de modo a torná-la mais acessível ao laicado.

Antes mesmo do Concílio Vaticano II e do papado de João XXIII, teólogos, bispos, padres e organizações já atuavam na direção de incorporar novas tendências no catolicismo. Alex Villas Boas e Ernesto Lazaro Sienna realizam uma contextualização histórica dos movimentos de cunho social no interior do Catolicismo no século XIX, a fim de entender a gênese do chamado catolicismo de esquerda e a construção de um terreno fértil para o desenvolvimento das Teologias da Libertação no século XX. Na esteira das Revoluções Francesa e Industrial, com a ascensão do Capitalismo industrial, o êxodo rural, o inchaço das cidades, a fome e a miséria de grande parte da população, surgiram movimentos que reivindicavam melhoria nos salários e das condições de trabalho. Ademais, duas grandes vertentes de pensadores se destacaram nas discussões a respeito do legado social da Revolução, influenciando o mundo inteiro: de um lado, Adam Smith (1723-1790) e John Stuart Mill (1806-1873), com os postulados do liberalismo econômico; do outro, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), confrontando o pensamento anterior por meio do Manifesto Comunista (1848). É no contexto da efervescência de tais movimentos sociais e intelectuais que se dá o surgimento do catolicismo social, defendendo uma reforma do sistema capitalista, a qual tornasse possível a humanização da sociedade de modo a impedir a exploração dos trabalhadores.⁶¹

Mais tarde, as diretrizes da Igreja sobre a condição social dos operários ganharam legitimidade na encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo papa Leão XIII e publicada em 1891. Recuar em nosso recorte até a publicação de tal documento é necessário na medida em que

⁶⁰ SERBIN, K. P. *Op. cit.*, p. 99.

⁶¹ BOAS, Alex Villas; SIENNA, Ernesto Lazaro. Catolicismo social europeu, *Rerum Novarum* e primazia do reino de Deus nas origens do catolicismo de esquerda na América Latina. *Revista Brasileira de Histórias das Religiões*. Anpuh, ano XI, n. 32, Set./Dez. de 2018. p. 22.

nenhum outro documento de Leão XIII conquistou tanta repercussão junto à sociedade, ultrapassando os limites da instituição e do contexto de sua divulgação. Neste atinente, a articulista Ana Celia Bezerra recomendou em artigo publicado no jornal amapaense *A Voz Católica* que os católicos e não católicos se inteirassem e procurassem colocar em prática os preceitos da doutrina “na maneira de pensar e agir no plano familiar, político, econômico, social, nacional e internacional”.⁶² Na *Rerum Novarum*, a Igreja institucional começou a formular sua doutrina social, assumindo a “questão social” e apontando saídas para os problemas dos trabalhadores, agora reconhecidos como decorrentes do Capitalismo. Defende-se na carta que o conflito entre Capital e trabalho só poderia ser reduzido com uma colaboração entre classes pautada na justiça social, apontando condutas patronais a serem combatidas, bem como os deveres entre patrões e empregados. A intenção era oferecer alternativas à solução socialista, assentadas na religião, sem a qual para a Igreja seria impossível encontrar respostas efetivas. Com base nesse modelo normativo, a instituição começou a formar ativistas. Estes, por sua vez, nem sempre acompanharam as posições da oficialidade católica.

Estudos como os de Roberto Romano, que baseiam sua análise mais profunda na doutrina em detrimento das práticas do catolicismo (especialmente da ação social do laicado), acabam auxiliando na construção de narrativas que restringem a religião ao elemento que arrefeceu as lutas sociais nos mundos do trabalho.⁶³ Compreendemos que a abordagem do agir social dos católicos focada na inquietação com o viés conservador pode levar a generalizações apressadas, como as de que a Igreja (na sua totalidade) não enfrentou a luta de classes.

Em publicação recente, fruto de sua tese de doutorado, Deivison Amaral problematiza a visão tradicional de militância associada ao anarquismo e comunismo como legítimas e exclusivas formas de enfrentamento dos problemas sociais do Capitalismo. O autor assevera a imprescindibilidade de considerar outras experiências, desenvolvendo a noção de cultura militante católica. Apesar da linha conservadora, fruto de sua origem histórica ligada a pensadores europeus contrarrevolucionários do século XIX, vinculados à Igreja, o catolicismo militante também apresentou alternativas de reação às estruturas injustas do sistema. Na história social, a religião tornou-se foco de análise, principalmente para a investigação dos movimentos sociais.⁶⁴ Múltiplos são os aspectos que unificam ou diferenciam as identidades de classe (origem étnica, classe social, categoria profissional, religião etc), como mostram os estudos

⁶² A IGREJA e a evolução social. *A Voz Católica*, n. 360, ano VII, de 17 de setembro de 1966, p. 2.

⁶³ ROMANO, Roberto. *Op. Cit.*

⁶⁴ AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho... Op. Cit.* p. 19-21.

reunidos na coletânea organizada por Claudio Batalha, Fernando Teixeira e Alexandre Fortes.⁶⁵ É preciso, portanto, reconhecer a variedade e a heterogeneidade da classe operária. Emília Viotti da Costa destaca que a nova historiografia do trabalho na América Latina reforça o caráter espontâneo do movimento operário e rejeita o conceito de falsa consciência.⁶⁶

A concepção materialista histórica sobre a religião e sua relação com as lutas de classes tem passado por modificações, e a visão de convivência com as injustiças sociais vem sendo desmistificada. As formas de intervenção dos católicos nos desafios da seara social, que se multiplicaram nas décadas de 1950 e 1960, produziram processos de renovação que ajudaram a colocar em relevo uma diversidade de posturas e inclinações. A pluralidade da Igreja, assim como da classe trabalhadora, também deve ser considerada. Ambas se transformaram em uma relação dialética, que se fez evidente na conjuntura vivenciada pelos países do território latino-americano.

Scott Mainwaring, embora tenha como norte a díade conservadores/progressistas, chega a apontar pelo menos quatro modelos de Igreja no contexto do poder político na América Latina (entre 1916 e 1985), quais sejam: a Igreja da neocristandade; o modelo modernizador e posteriormente conservador; a Igreja reformista; e a Igreja Popular ou progressista, que teve como pontapé a experiência do movimento jocista.⁶⁷ De outro lado, Michael Löwy identifica entre as tendências mais extremas um pequeno grupo de integristas, a corrente tradicionalista e conservadora e a influente minoria de radicais, que teve como setor mais avançado o movimento Cristãos pelo Socialismo.⁶⁸ Recentemente, a historiadora Caroline Jaques Cubas, uma das vencedoras do Prêmio Memórias Reveladas, criado pelo Arquivo Nacional e pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, realizou um avanço inédito na compreensão dessas heterogeneidades. Tendo como principais fontes jornais de grande circulação e como amparo teórico a noção de resistência de Jacques Semelin e a categoria de gênero cunhada por Joan Scott, a autora focaliza a participação ativa de freiras em diferentes momentos e movimentos de contestação pública à ditadura no Brasil. Cubas elucida que as investigações históricas acerca das transformações na Igreja abordam majoritariamente as ações de bispos e

⁶⁵ BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

⁶⁶ COSTA, Emília Viotti da. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, 1990. p. 5.

⁶⁷ MAINWARING, S. *Op. Cit.*

⁶⁸ LÖWY, M. *Op. Cit.*, p. 29-30.

padres, o que não faz justiça à presença das mulheres católicas no terreno social e político, pois estas estiveram ocupando ou subvertendo os limites impostos a elas.⁶⁹

Concepções de esquerda e socialistas se manifestaram na trajetória de outras movimentações, como as da JOC, da JEC e da JUC, onde mulheres encontraram espaços de escuta e de debate frente às suas lides. Os ventos de mudança que encontraram solo fértil na América Latina também se fizeram sentir em outros continentes, como no de origem da JOC. Por meio da análise de boletins e da documentação interna do movimento jocista na Espanha, Eider Fernández e Raúl Blasco argumentam que a partir dos anos de 1960 – período em que a tomada de identidade política de muitas mulheres esteve unida ao descobrimento de suas necessidades específicas enquanto mulheres –, os membros passaram do discurso da complementaridade entre os sexos (difundido por Pio XII) à defesa de bandeiras abertamente feministas, o que ganhou força com o Maio de 1968. Os autores citam as reivindicações pela divisão das tarefas domésticas e pela liberdade feminina sobre seus próprios corpos como exemplos de contestação aos padrões de feminilidade e masculinidade impostos pela ditadura franquista, que se sustentava sobre a exploração de mulheres pobres.⁷⁰

O tipo de organização que viria a se tornar o movimento Cristãos pelo Socialismo, que apoiou o curto governo da Unidade Popular no Chile, liderada por Salvador Allende, instigou um intenso debate político-intelectual analisado por Marcos Fernández Labbé. Este caso exemplifica como o compromisso social com o povo operário, camponês e pobre, em um país marcado pelo subdesenvolvimento ligado ao Capitalismo, sensibilizou clérigos e leigos para a opção socialista como uma entre outras formas de luta admissíveis e, em certos casos, como a via mais efetiva para a superação da opressão. As aproximações entre as proposições do marxismo e do cristianismo levantadas no interior dessa articulação foram as seguintes: “el compromiso con las clases populares, la crítica al capitalismo, la inclinación hacia la acción política eficaz y el diagnóstico de afinidades estructurales entre el mensaje evangélico y las proposiciones espistémicas y políticas del marxismo”. A principal diferença, que se dava entre a crença religiosa e o materialismo marxista, não poderia negligenciar um objetivo maior e mais urgente: o fim das graves condições de exploração das classes trabalhadoras chilenas. A opção pela causa do povo trabalhador e injustiçado foi um ponto-chave de confluência entre os dois polos e suas bases de leitura sobre a realidade social. “La verdadera religión no es el opio del

⁶⁹ CUBAS, Caroline Jaques. Hábitos de luta: freiras, contestação e ditadura no Brasil. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 435-453, mai./ago. 2020.

⁷⁰ FERNÁNDEZ, Eider de Dios; BLASCO, Raul Mínguez. Del obrerismo naíf al Cristo revolucionario. Género y clase en el discurso de la JOC (1955-1975). *Historia, trabajo y sociedad*, nº 11, 2020, p. 121-140.

pueblo”, mas “un estímulo liberador para la renovación constante del mundo”, proclamava uma carta assinada por oitenta sacerdotes católicos no início da década de 1970.⁷¹

Nesse sentido, não se pode afirmar que a Igreja Católica de forma uníssona não assumiu o compromisso com a mudança social integral. Este engajamento foi predominantemente construído na experiência concreta e multifacetada. Inúmeros foram os momentos de reflexão sobre sua doutrina e prática, não sendo recomendada a absolutização de posições. A própria religião no cotidiano da inserção social dos movimentos laicos desembocou em interpretações e reinterpretações da doutrina por padres, freiras, leigos e leigas e demais sujeitos envolvidos em suas dinâmicas. Assim, o pensamento social cristão não se reduz ao ensinamento autorizado da hierarquia eclesiástica.⁷² O projeto de transformação social da instituição (criado pela doutrina social eclesiástica) incentivou, no encontro com as práticas de membros e agentes sensibilizados com os problemas sociais e espirituais, a organização de classe, o surgimento de novas associações e o crescimento do ativismo e da militância nos mundos do trabalho.⁷³

1.2 Opção pelos jovens e pobres: a Ação católica e a emergência de novos movimentos sociais (Brasil e América Latina)

No século XX, tal foi o caminho aberto pela encíclica social de Leão XIII para o catolicismo social que sua doutrina foi reafirmada na encíclica *Quadragesimo Anno* (publicada por Pio XI, em 1931) e teve seu projeto continuado pela Ação Católica Brasileira (ACB). A carta redigida por Pio XI seguiu a linha de crítica ao Capitalismo, que atravessava profunda crise no período entre guerras. Além disso, propôs a cristianização das relações econômicas.⁷⁴ Um ponto a se destacar é o incentivo dado por este papa para que organizações católicas preparassem jovens operários para atuarem em entidades sindicais.⁷⁵ Partindo de uma visão mais aberta e atenta aos rumos das questões sociais, as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) de João XXIII, bem como os documentos finais das sessões do Concílio Vaticano II, principalmente as constituições *Lumen Gentium* (dogmática) e *Gaudium et spes* (pastoral), trouxeram orientações que não foram importantes apenas em termos de renovação teológica e pastoral. Em conformidade com María Bidegain Greising, estas legitimaram as experiências pastorais que clérigos e leigos já vinham desenvolvendo.⁷⁶ Seguiram-se outros

⁷¹ LABBÉ, Marcos Fernández. Sacerdocio y política: fragmentos del debate político-intelectual en torno a Cristianos por el Socialismo. *Rev. Hist.*, n. 23, vol. 2, julio-diciembre 2016. p. 213-215.

⁷² BIGO, Pierre. *Op. Cit.*, p. 63-64.

⁷³ AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho... Op. Cit.*

⁷⁴ *Ibidem*, p. 59-60.

⁷⁵ MORAES, Maria Blassioli. *Op. Cit.*, p. 21.

⁷⁶ GREISING, María Bidegain. Nuevos movimientos sociales, Iglesia y participación política en Brasil. Las Comunidades Eclesiales de Base (CEBs) en la formación del Partido dos trabalhadores (P. T.).

atos e pronunciamentos papais abordando problemas sociais, mas foi com a experiência jocista que a Igreja obteve uma ação social mais promissora e relações mais estreitas entre clero e laicado.⁷⁷

Incluída no rol das encíclicas sociais, a *Populorum Progressio* (escrita por Paulo VI e publicada em 1967) ofereceu diretrizes para que as reformas realizadas pelo Vaticano II fossem incorporadas à realidade da América Latina. Pierre Bigo afirma que a carta se equipara às grandes encíclicas sociais de Leão XIII, Pio XI e João XXIII, por tratar sobre o problema do desenvolvimento em todos os seus aspectos, apresentando pela primeira vez uma doutrina completa a respeito do desenvolvimento integral da pessoa humana.⁷⁸ Mas, as reformas conciliares só foram amplamente ajustadas para o continente pela Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) no ano de 1968, em Medellín, Colômbia, *locus* de nascimento da teologia da libertação da maioria excluída e oprimida. Neste evento, os bispos aprovaram um documento final enfático em torno da necessidade de entender a salvação como processo originado na modificação das estruturas sociais injustas da América Latina, na ligação entre fé e justiça, na participação dos pobres na Igreja e na observação dos pontos positivos da secularização.⁷⁹ Em mensagem ao Celam, o articulista do *A Voz Católica* destacou que os povos da América Latina aspiravam por uma “liberdade personificante”, pois seus países enfrentavam uma série de problemas análogos entre si, tais como: subdesenvolvimento, fome, miséria, mortalidade infantil, analfabetismo, profundas desigualdades, surtos de violência, tensões entre as classes sociais e escassa participação do povo na gestão do bem comum.⁸⁰

Para Löwy, “a aproximação mais eficaz para dar conta do aparecimento na América Latina do movimento social que é o Cristianismo da Libertação, e de sua expressão teológica, é aquela que parte da articulação ou a convergência entre as mudanças internas e externas à Igreja ao final dos anos 1950”. Em seu conjunto, a instituição vivenciava desde o período da Segunda Guerra Mundial o surgimento de novas correntes teológicas, especialmente na França e na Alemanha, de novas formas de cristianismo social (com os padres operários e a economia humanista do Padre francês Louis-Joseph Lebret, por exemplo) e de uma abertura gradual às

Historia Crítica, 1 (7), 92-109. Artículo realizado por la autora, para ser presentado dentro del curso de Verano, Movimientos Sociales en América Latina de la Universidad de los Alcalá de Henares, en Sigüenza, España, en julio de 1989. p. 95.

⁷⁷ MATTOS, R. C. O. *Op. Cit.*, p. 286.

⁷⁸ BIGO, Pierre. *Op. Cit.*, p. 63.

⁷⁹ MAINWARING, S. *Op. cit.*, p. 133.

⁸⁰ SUBDESENVOLVIMENTO e Igreja (Mensagem do Celam). *A Voz Católica*, n. 466, ano IX, de 28 de setembro de 1968, p. 2.

questões da Filosofia moderna e das Ciências sociais.⁸¹ No processo de abertura à modernidade, ganhou preponderância a preocupação com o papel dos leigos, entendidos como agentes capazes de se fazerem presentes nas diversas esferas da sociedade – na família, no mundo do trabalho, da cultura, da política etc.⁸²

Essa aptidão ganhou foco ainda maior no tocante aos jovens, dado que eles eram vistos pela Igreja como sujeitos por essência em fase de formação, no caminho de se tornarem lideranças sociais e políticas e futuros pais de família, conforme apontam as pesquisas de Jessica Estela Blanco⁸³ e Alejandra Estevez⁸⁴. Blanco pontua que “la concepción esencialista de la juventud relaciona al joven con el cambio, la vitalidad y con una mayor disponibilidad de tiempo que el adulto”. Estevez, tal como Blanco, aponta que o anseio por transformação era tido como próprio da juventude. Ao mesmo tempo, as juventudes eram consideradas suscetíveis aos perigos da informalidade e da maleabilidade no mundo moderno. Sendo assim, uma aprendizagem adequada tornava-se crucial. No caso jocista, a educação proporcionada ocorria para além da escola, da paróquia, do trabalho, da família e do Estado, chegando aos bairros e a qualquer local onde os jovens pudessem realizar reuniões e discussões. Desta maneira, com o apoio organizativo de setores da Igreja, trabalhadores e trabalhadoras jovens contavam com relativa autonomia para vivenciar seus processos formativos. Eram as bases de um cristianismo integral sendo lançadas de forma concreta.

Observamos a questão Igreja e movimentos juvenis por meio do projeto editorial do *A Voz Católica*, em que jornalistas e padres, mulheres católicas (em menor número, algumas das quais atuavam nos educandários da cidade de Macapá), colaboradores leigos e jovens e membros da classe dirigente do Território Federal do Amapá direcionavam orientações sociais e religiosas de maneira especial às juventudes, o que também se liga ao contexto macro de abertura ao mundo em acelerada transformação.⁸⁵ A redação não se responsabilizava pelos artigos assinados, mas no geral a preocupação com os jovens consistiu em uma de suas principais linhas temáticas, ganhando impulso e passando por mudanças quando o Padre

⁸¹ LÖWY, M. *Op. Cit.*, p. 32-33.

⁸² FIGUEIREDO, João Marcus. *Op. Cit.*, p. 206.

⁸³ BLANCO, Jessica Estela. Ser jocista en la Argentina de mediados del siglo XX. La construcción de identidades etarias, confesionales y laborales en la Juventud Obrera Católica. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014. p. 215-216.

⁸⁴ ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 35, n. 69, p. 207-231, 2015.

⁸⁵ Alguns exemplos: SANTO padre Paulo VI aos jovens dirigentes da Juventude Estudantil Católica (JEC). *A Voz Católica*, n. 332, ano VII, de 6 de março de 1966, p. 1. ECOS do Concílio. Mensagens aos jovens. *A Voz Católica*, n. 332, ano VII, de 6 de março de 1966, p. 1. MOVIMENTOS juvenis. *A Voz Católica*, n. 388, ano VIII, 1 de abril de 1967, p. 1.

Caetano Maiello, assistente eclesiástico dos movimentos amapaenses de Ação Católica Especializada, passou a ser redator do semanário no ano de 1965.⁸⁶ Em artigo publicado em 1966, o articulista asseverou que “só forças jovens, responsáveis e conscientes” poderiam renovar as velhas estruturas na América Latina.⁸⁷

No contexto da Guerra Fria, a Revolução Cubana (consolidada em 1959) deu início a um período de intensificação das lutas sociais; aparição de movimentos de guerrilha; sucessão de golpes de Estado; e crise de legitimidade do sistema político.⁸⁸ Nestas condições históricas, foi gestado o inconformismo social e o ideário libertário que desencadeou a onda de movimentos que se espalhou por vários países em 1968, como Brasil, México, Itália, Alemanha, Japão, Egito, Senegal, Suécia, Bélgica, Holanda, Inglaterra etc. O mais referenciado é o Maio de lutas francês – conduzido por estudantes e posteriormente também por trabalhadores –, por conta de suas ressonâncias sobre outros países, cujos eventos contaram com particularidades, não sendo apenas reflexo da experiência francesa. Marcelo Ridenti aponta a importância das mudanças de postura de parcelas da Igreja latino-americana para entender as especificidades dos eventos daquele ano.⁸⁹ Podemos considerar que a atuação jocista e a repressão do movimento e de outras ramificações da Ação Católica Especializada têm seu lugar no amplo leque de hipóteses para compreender os antecedentes de tal fenômeno.

O impacto do processo revolucionário de Cuba estimulou a consciência de que a política socialista poderia conquistar mais adeptos na América Latina. As medidas repressivas do grande Capital – que rejeitava o avanço do protagonismo político dos “de baixo” (em frentes parlamentares e sindicais, por exemplo) –, somadas ao agravo da precarização das condições de vida e de trabalho, instigaram a busca de respostas por setores da Igreja Católica. Isso contribuiu para a reformulação de seus programas e métodos pastorais. Clérigos e leigos atentos à realidade de uma classe trabalhadora nova, predominantemente empobrecida e concentrada nas cidades passaram a transformar na prática o campo de ação dos católicos e da produção teológica:

A intensidade vertiginosa da urbanização e da industrialização, a precipitação e a brutalidade da expansão capitalista nas zonas rurais acarretaram um tal agravamento das contradições sociais – aprofundamento da desigualdade social, expulsão da população rural de suas terras, concentração maciça da população pobre na periferia dos centros urbanos – que certamente contribuiu

⁸⁶ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 321-322.

⁸⁷ URGÊNCIA de ação para os católicos. *A Voz Católica*, n. 368, ano VIII, de 12 de novembro de 1966, p. 1.

⁸⁸ LÖWY, M. *Op. Cit.*, p. 33-34.

⁸⁹ RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.*, p. 154.

para a eclosão do cristianismo emancipador como resposta radical a esse modelo nocivo e desastrado de “modernização” capitalista.⁹⁰

No Brasil, após a chamada Revolução de 1930, iniciou-se um amplo processo de industrialização e urbanização, sob a égide da política centralizadora e desenvolvimentista do Governo Vargas. Vargas interveio gradualmente na economia e na emergente sociedade de classes em disputa – classes médias urbanas, operariado industrial, mundo estudantil etc, atendendo aos interesses da burguesia industrial política e economicamente. Segundo José Oscar Beozzo, com a queda de Vargas e o ensaio democrático a seguir, a Igreja Católica ganharia um espaço efetivo para a redefinição de sua relação com a sociedade civil e o novo bloco no poder. Desde então, a questão do laicado seria privilegiada em suas relações.⁹¹

Inicialmente, a ACB foi voltada para a ampliação da presença católica em todos os campos da vida pública (grande orientação do pontificado de Pio XI), sendo definida pela “participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima dos partidos, para o estabelecimento do reino universal de Cristo”. Com posição estratégica nos mundos do trabalho, os leigos poderiam estabelecer contato prévio e levar a doutrina católica às áreas dessacralizadas, fazendo frente aos supostos perigos do desenvolvimentismo, do comunismo e do protestantismo.⁹² A reorganização da Ação Católica em 1948 deu origem à vertente especializada, passando da forma de trabalho que partia da divisão entre homens e mulheres (proveniente da experiência italiana) para o método belga e francês, que organizava os leigos por estratos sociais. A Ação Católica Especializada realizaria a opção pelos jovens por meio dos seguintes movimentos: no espaço rural, é criada a Juventude Agrária Católica (JAC), no âmbito estudantil secundarista, a Juventude Estudantil Católica (JEC), no universitário, a Juventude Universitária Católica (JUC), no meio operário, é oficializada a atuação da Juventude Operária Católica e no domínio independente, a Juventude Independente Católica (JIC). Reunindo os adultos, manteve-se a Ação Católica Operária (ACO).⁹³ De acordo com Greising, após a Revolução Cubana, a Ação Católica ganharia novos contornos:

La situación política y social en los comienzos de los sesenta, especialmente el impacto de la revolución cubana, las dificultades de los partidos demócratas cristianos latino-americanos en el poder, demandaron de los militantes de la

⁹⁰ LÖWY, M. *Op. Cit.*, p. 60-61.

⁹¹ BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano: economia e cultura, 1930-1964), vol. 4, 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

⁹² *Ibidem*, p. 322.

⁹³ FIGUEIREDO, João Marcus. *Op. Cit.*, p. 204.

Acción Católica un renovado compromiso político, especialmente en partidos o movimientos políticos críticos al sistema imperante. En general, querían construir un nuevo orden social y económico con justicia social, independencia política y autonomía cultural.⁹⁴

Anterior a isso, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por Dom Helder Câmara em 1952 também pode ser compreendida como parte da “reorganização política da Igreja Católica, diante de um quadro de modernização econômica, urbanização, diversificação social e religiosa”. Como secretário-geral, ao lado de outros bispos do Nordeste, um pequeno grupo de padres, além de voluntários leigos, o bispo contribuiu com movimentos renovadores no período de vigência do seu cargo, entre 1952 e 1964. Dom Helder, arcebispo de Olinda e Recife a partir de 1964, colaborou ainda na fundação do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam, em 1955) e com o Pacto das catacumbas da Igreja serva e pobre (1965), assinado por padres conciliares, brasileiros e latino-americanos. O processo de reorganização do catolicismo foi além do Brasil, abarcando outras regiões do mundo ocidental na conjuntura de fortalecimento da democracia com a derrota das potências nazifascistas em 1945.⁹⁵ Em mensagem pontifícia publicada no semanário *A Voz Católica* em 1963 e endereçada à Semana Social Francesa – criada por leigos católicos instigados pela *Rerum Novarum*, esta edição fora realizada em Caen, comuna francesa –, sob a revisão eclesiástica do Padre Jorge Basile (um dos principais assistentes da JOC amapaense), Paulo VI trouxe ensinamentos acerca de uma sociedade democrática, apontando para uma versão mais crítica da Igreja em relação aos autoritarismos, como vemos no trecho a seguir:

A democracia, diz, pressupõe uma sociedade de homens livres, iguais em dignidade, que desfrutem de direitos fundamentais, conscientes de sua personalidade, de seus deveres e direitos, e respeitosos das liberdades dos demais. Essa democracia exige não somente que os cidadãos sejam apropriadamente informados, mas também que possam julgar e distinguir a informação que recebam.⁹⁶

A Igreja nordestina, amiúde liderada por militantes da JOC e da ACO, foi responsável por relevantes inovações no campo da Educação Popular, se sobressaindo na crítica à ditadura empresarial-militar instalada no Brasil em 1964. Conforme Mainwaring, “na medida em que a doutrina social da Igreja se desenvolvia, era mais provável que viesse a ser implantada onde

⁹⁴ GREISING, Maria Bidegain. *Op. Cit.*, p. 4.

⁹⁵ SENRA, Alvaro de Oliveira. CNBB, democracia e participação popular (1977-1989). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 97-120, dez. 2017. p. 99-100.

⁹⁶ PAPA indica a base de uma saudável democracia. *A Voz Católica*, n. 197, ano VI, de 4 de agosto de 1963, p. 1.

houvesse maior injustiça. Mas a pobreza por si só não explica a nova visão de fé da Igreja”. O autor completa: “Mais relevantes para a mudança do que a pobreza foram as lutas sociais da região, que tornaram a Igreja mais consciente da realidade que as classes populares enfrentavam”. Como exemplo disso, a organização de sindicatos rurais pelo MEB, em sintonia com o Ver-Julgar-Agir e com o método de alfabetização de jovens e adultos do educador Paulo Freire, favoreceu a mobilização política camponesa. Na década de 1950, setores católicos demonstraram maior preocupação com os graves problemas sociais no Nordeste, entre os quais: expropriação, repressão e violência contra os camponeses por parte da burguesia agrária composta por grandes fazendeiros, empresários e latifundiários, sucessivas secas, fome, miséria desumana e desumanizante e conflitos intensos; concorrendo com as Ligas Camponesas (liderada por Francisco Julião) e a Frente Popular representada por Miguel Arraes para a organização do campesinato, que lutava pela Reforma agrária, a posteriori prevista no programa de Reformas de base do governo de João Goulart (1961-1964).⁹⁷

Em documento de 1966, a ACO (comumente formada por egressos da JOC) denunciava a situação da classe trabalhadora nordestina nos seguintes termos: desprezo ao homem que sofria numerosas injustiças, clima de perseguição, deterioração da dignidade e dos direitos, falta de liberdade, de perspectiva, de esperança e de fé. Neste mesmo ano, bispos da região defendiam que a Igreja deveria se posicionar em favor daqueles que não conseguiam ganhar o pão de cada dia nem mesmo com o suor de seu trabalho, pois não poderia haver um real desenvolvimento sem a pessoa humana, o bem comum e a defesa da igualdade social serem priorizados. Destarte, Zilda Iokoi afirma que além de somarem nas lutas dos oprimidos, bispos, padres e freiras se colocavam como testemunhas públicas da trágica situação de boa parte da população no interior, no campo e na periferia das cidades.⁹⁸

O conjunto dos movimentos abordados destacou-se nos quadros de formação leiga, sendo a JOC um dos ramos que mais repercutiram no campo social. No interior da entidade, teve origem a tendência que viria a ser identificada como Esquerda Católica, que aglutinava setores contestadores do catolicismo, impulsionados por uma fé atrelada à luta por direitos humanos e pela justiça social. Esse novo movimento social, que incluía para além da JOC outros ramos da Ação Católica especializada (especialmente JEC e JUC), o MEB, a Ação Popular, o semanário *Brasil, Urgente* (com o slogan “um jornal do povo a serviço da justiça social”) e outros militantes de base, obteve maior vigor nos anos de 1960, sob a influência da teologia

⁹⁷ MAINWARING, S. *Op. cit.*, p. 115.

⁹⁸ IOKOI, Zilda. *Op. Cit.*, p. 117-120.

francesa, da economia humanista do padre Lebreton, do Socialismo de Emmanuel Mounier e da Revolução Cubana.⁹⁹ De acordo com Estevez, “a associação com organizações de esquerda sempre foi mais frequente no interior da JOC. Ainda que seu discurso permitisse a vinculação com qualquer corrente político-partidária, na prática a afinidade com os ideais defendidos por diferentes grupos que compunham a esquerda brasileira era mais recorrente”.¹⁰⁰

A Esquerda Católica integrava um movimento mais amplo, identificado como Cristianismo da Libertação, que teve sua experiência inicial na aplicação do método jocista (Ver-Julgar-Agir), o qual estimulava a emancipação dos sujeitos comuns.¹⁰¹ Ainda são poucos os estudos que se dedicam a compreender o surgimento do Cristianismo da Libertação, embora já existam contribuições fundamentais, como as de Löwy. Esse autor argumenta que a Teologia da Libertação partiu ao mesmo tempo de uma ação concreta e de uma reflexão sobre essa mesma ação, anteriores aos anos de 1970:

Como Leonardo Boff declarou, a teologia da libertação é, ao mesmo tempo, o reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre ela. Mais precisamente, é a expressão/legitimação de um vasto movimento social no início dos anos 1960 – bem antes das novas obras de teologia. Esse movimento compreendia setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, jovens trabalhadores cristãos), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), e as comunidades eclesiais de base. Sem a prática desse movimento social – que se poderia batizar de cristianismo para a libertação – não se pode compreender fenômenos sociais e históricos tão importantes quanto a escalada da revolução na América Central ou a emergência de um novo movimento operário no Brasil.¹⁰²

Nesse sentido, a Teologia da Libertação enquanto um conjunto de escritos legitimou um amplo movimento iniciado pelos cristãos da libertação (setores católicos mais próximos aos jovens e pobres), fornecendo a este uma doutrina religiosa coerente e contribuindo para a defesa da justiça e da liberdade social. Demonstramos na próxima seção desta monografia que tal movimento renovador pode ser identificado na experiência amapaense desde os anos finais da década de 1950 e não apenas a partir dos últimos anos da década de 1960, como aponta a historiografia com foco na Igreja amazônica localizando-o predominantemente na linha pastoral das CEBs. Na esteira de Löwy, o teólogo metodista Claudio Ribeiro corrobora que: “Não se pode considerar a publicação de obras como marco fundante da Teologia da Libertação. Isto

⁹⁹ LÖWY, M. *Op. Cit.*, p. 52.

¹⁰⁰ ESTEVEZ, Alejandra. A Igreja e os trabalhadores católicos... *Op. Cit.*, p. 83.

¹⁰¹ FIGUEIREDO, João Marcus. *Op. Cit.*

¹⁰² *Ibidem*, p. 25-27.

seria uma negação de seu próprio princípio metodológico, o de partir das experiências no contexto de libertação social e política e as vivências eclesiais renovadoras que foram experimentadas”.¹⁰³

A convergência entre as mudanças internas e externas à Igreja institucional gerou as circunstâncias que tornaram possível a emergência da “Igreja popular”, “Igreja dos pobres” ou “Igreja da libertação”. Em consonância com Löwy, a despeito da relevância das reformas executadas pela Igreja, as motivações sociais para a criação dos movimentos laicos também foram importantes em diferentes níveis. Tais motivações não partiram da hierarquia eclesiástica para as bases, e sim dos grupos situados entre essas duas mudanças: aqueles compostos por leigos e alguns membros sensibilizados do clero, que comumente possuíam alguma ligação com categorias e setores socialmente marginalizados ou periféricos.¹⁰⁴ Entendemos que as experiências vividas dentro da opção pelos jovens trabalhadores e estudantes ajudaram a desenvolver a opção pelos pobres.

Em sua primeira carta pastoral, Dom Pedro Casaldáliga – bispo de São Félix do Araguaia (com ordenação episcopal em 1971) e expoente do jeito de ser Igreja comprometido com a mudança social necessária ao enfrentamento das violações dos direitos humanos no sistema capitalista – chamou atenção para a urgência da promoção do povo na Amazônia, a fim de libertá-lo das injustiças de um mundo real, concreto e marginalizado que colocava em risco a própria sobrevivência. O bispo enfatizou que o Vaticano II e posteriormente Medellín reclamaram essa ação abertamente comprometida.¹⁰⁵ Com base no caminho enveredado, fica patente que a visão de uma Igreja monolítica, com seus passos determinados por uma religião alienante, é largamente insuficiente e negligencia as vozes múltiplas que se somaram ao coro por uma vida digna, igualitária, democrática e justa para todos e todas. Na seção em seguida, trataremos sobre a formação e a atuação dos jocistas amapaenses, atores de uma religião crítica aos desafios de seu tempo e contexto.

¹⁰³ RIBEIRO, Claudio de Oliveira. A dimensão política da Teologia Protestante da Libertação. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Anpuh, Ano XI, n. 32, 2018. p. 75-102. p. 79.

¹⁰⁴ LÖWY, M. *Op. Cit.*, p. 34.

¹⁰⁵ CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Barra do Garças-MT: Prelazia de São Félix do Araguaia, 1971.

SEÇÃO II - OUTRA MANEIRA DE SER CATÓLICO: A EXPERIÊNCIA DA JOC NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1957-1964)

Os estudos especializados nas JOCs brasileiras têm trilhado abordagens que no geral valorizam as lutas mais ostensivas que contaram com a participação de trabalhadoras e trabalhadores católicos. Podemos destacar relevantes pesquisas como a de Maria Blassioli Moraes¹⁰⁶, que se dedica a compreender as relações sociais entre leigos militantes da JOC com a hierarquia e com outras organizações da classe operária; a de Paulo Sérgio de Jesus¹⁰⁷, que focaliza o envolvimento de metalúrgicos ligados à JOC, à ACO e à Pastoral Operária (PO) em ações grevistas no contexto de lutas populares pela transição à democracia no final da década de 1970; a de Alejandra Estevez¹⁰⁸, que analisa a formação da identidade dos trabalhadores inseridos na JOC e na ACO, a partir da interação entre mundo católico e operário, apontando para uma radicalização desses movimentos no pós-1964; e a de Márcio Goulart Coutinho¹⁰⁹, que procura compreender a atuação da Frente Operária em Volta Redonda, resultante da união entre jocistas e organizações revolucionárias de esquerda, tendo como uma de suas lideranças a estudante e posteriormente professora Estrella Dalva Bohadana. Outros autores, como Raimundo Mattos, buscam analisar e entender a não participação da JOC em ações de luta ostensiva. No caso da JOC de Valença (interior do Rio de Janeiro), que tinha como vizinha cidade Volta Redonda, Mattos explica o que entende como o não comprometimento político da entidade por aspectos como o rigorismo eclesial presente na Igreja valenciana, bem como a baixa inserção entre os operários das fábricas locais, cujos proprietários e dirigentes mantinham relações estreitas com a hierarquia católica. Mattos infere que o movimento “não contribuiu para a formação de uma consciência de classe, apesar de ter contribuído para a estruturação de movimentos mais engajados”¹¹⁰.

Com foco predominante nos grandes centros industriais e econômicos, observamos que parcela significativa dos estudos acerca da trajetória da JOC se situa entre dois extremos: arrefecimento do movimento operário advindo do viés conservador da religião ou radicalização fruto do contato dos operários católicos com organizações de esquerda. Ao fim e ao cabo, predominam narrativas de um conservadorismo inerente à religião, que aliena e esvazia as lutas sociais, na esteira da linha argumentativa de autores como Roberto Romano¹¹¹ e Thomas

¹⁰⁶ MORAES, Maria Blassioli. *Op. Cit.*

¹⁰⁷ JESUS, Paulo Sérgio. *Op. Cit.*

¹⁰⁸ ESTEVEZ, Alejandra. *A Igreja e os trabalhadores católicos... Op. Cit.*

¹⁰⁹ GOULART, Márcio Coutinho. *Op. Cit.*

¹¹⁰ MATTOS, Raimundo César de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 296.

¹¹¹ ROMANO, Roberto. *Op. Cit.*

Bruneau¹¹², que consideram a Igreja Católica como um bloco monolítico. Segundo Romano, as posições desse todo coeso inclinado à conservação de hierarquias se explicariam por sua tradição teológica (doutrina social eclesial), já para Bruneau por um “acordo interno suficiente” sobre a influência que a instituição deveria exercer na sociedade. No entanto, é importante frisar que dentro da Igreja há uma variedade de posicionamentos e abordagens, ou seja, nem todos os membros incorporam as posições oficiais. Ademais, as próprias posições oficiais não se restringem ao tradicionalismo ou ao reacionarismo.

Diante desse quadro, partimos da constatação da necessidade de discutir e visibilizar o viés social e humanitário da JOC no Norte amazônico, o que fomentou formas de luta que, embora não se alinhem estritamente ao padrão revolucionário convencional associado ao anarquismo e ao comunismo, não devem ter seus sujeitos, suas particularidades e seus saldos positivos negligenciados na escrita da história e no debate público e político. Conforme caminho apontado pelo estudo seminal de E. P. Thompson¹¹³, procuramos ressaltar a religiosidade como componente essencial do fazer-se classe dos trabalhadores e trabalhadoras, permeando suas aprendizagens e atividades. Entendemos que a experiência, terreno comum de luta dos trabalhadores, é em larga medida definida por fatores econômicos, porém a consciência de classe (que ajuda a alterar seus rumos) é a forma como a experiência é tratada em termos de cultura (todo um modo de vida e de luta), encarnada em tradições, valores, ideias, formas institucionais etc. Portanto, a consciência de classe é aquilo que os trabalhadores têm com relativa espontaneidade, não aquela tida como ideal.¹¹⁴

Tomamos como referência ainda historiadores como Zilda Iokoi¹¹⁵, Deivison Amaral¹¹⁶ e Sidney Lobato¹¹⁷. Os autores em questão adotam pressupostos thompsonianos, apontando que, na realidade social tangível, a doutrina social eclesial é interpretada e adaptada de diversas maneiras, inclusive para atender às justas demandas de trabalhadores e trabalhadoras, facilitando o fortalecimento dos laços de solidariedade entre bispos, padres, freiras, leigos, agentes pastorais e demais sujeitos imersos em suas complexas dinâmicas. Amaral põe em relevo que a opção reformista adotada por trabalhadores e trabalhadoras influenciados pela doutrina católica também apresentou meios de enfrentamento das injustiças sociais do

¹¹² BRUNEAU, Thomas. *Op. Cit.*

¹¹³ THOMPSON, E. P. *Op. Cit.*

¹¹⁴ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, (1): A árvore da liberdade*. Tradução de Denise Bottmann. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

¹¹⁵ IOKOI, Zilda. *Op. Cit.*

¹¹⁶ AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho... Op. Cit.*

¹¹⁷ LOBATO, Sidney. *Santos e sacramentos... Op. Cit.*

Capitalismo na primeira metade do século XX. Iokoi, avançando nesse recorte até os anos de 1960, aponta que a opção por um agir voltado para a promoção humana e pela busca de mudanças graduais por dentro do sistema não se tratava de uma postura passiva diante dos efeitos prejudiciais da rápida expansão capitalista. Mas, refletia uma luta condizente com as realidades cotidianas de homens e mulheres comuns, atores de uma religiosidade que não se apresentava como “ópio do povo”, mas sim como fonte de libertação social. Lobato, por seu turno, aponta que os leigos amapaenses eram protagonistas de uma religiosidade no Território Federal do Amapá antes da chegada do Pime e da realização do Vaticano II, e que se lançaram em defesa dela contra as tentativas clericais ou estatais de homogeneização da vida religiosa amapaense segundo a romanização postulada pelo Vaticano I. Tais resistências populares indicam que o catolicismo era importante para o laicado independentemente da atuação da oficialidade católica, bem como que diferentes modos de ser católico coexistiam na região.¹¹⁸

No campo das resistências possíveis em solo amapaense, a luta cotidiana pela vida e a participação de movimentos laicos nela tiveram papel primordial, o que revela outras faces dos movimentos de contestação ao *status quo*. Autores como Pimentel¹¹⁹ e Lobato¹²⁰ apontam que a passagem para um jeito de ser Igreja crítico e renovador no território ocorreu nos anos finais da década de 1960, especialmente a partir do I Congresso do Povo de Deus (1969) – conforme constatamos, puxado pelo Pe. Caetano Maiello, assistente eclesialístico mais ativo entre a JOC e o movimento estudantil da Prelazia de Macapá, precursores da ideia da mudança a partir da base¹²¹ –, que mobilizou leigos e padres para o estabelecimento das CEBs como prioridade pastoral, segundo as diretrizes da II Conferência do Celam (1968). Ambos chegam a mencionar a Ação Católica Especializada como parte do chamamento para uma mudança de postura. Entretanto, quando se trata dessa experiência anterior no Norte amazônico, pouco ainda é discutido na historiografia sobre a relação Igreja e mundos do trabalho.

Com esta pesquisa argumentamos que a guinada para uma maneira inovadora de ser católico, crítica aos problemas sociais do Capitalismo e do mundo do trabalho, se inicia no Amapá com a experiência jocista a partir dos anos finais de 1950. A fim de somar no campo temático com as questões expostas acima, buscamos analisar e compreender a formação e os modos de atuação da JOC amapaense constituídos na experiência de luta por direitos

¹¹⁸ LOBATO, Sidney. Santos e sacramentos... *Op. Cit.*

¹¹⁹ PIMENTEL, Walbi. *Op. Cit.*

¹²⁰ LOBATO, Sidney. Jeitos de ser Igreja: debates sobre a renovação da vida eclesial na Amazônia setentrional (1966-1983). In: LOBATO, Sidney (org). *Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional*. 1. ed. Rio Branco: Nepan Editora, 2018.

¹²¹ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 321-322.

trabalhistas e demais direitos humanos, entre 1957 e 1964. Para melhor delimitar a experiência analisada, recorreremos ao conceito de insegurança estrutural de Mike Savage. Conforme aponta o autor, a insegurança estrutural enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras é o aspecto diferenciador da vida operária.¹²² Este conceito nos levou a direcionar nosso olhar para as pressões estruturais sofridas pela JOC, bem como para as táticas mobilizadas pelo movimento para lidar com estas.

Nessa trajetória, atentamo-nos aos pressupostos do historiador e jesuíta francês Michel de Certeau, que nos auxiliou a apreender práticas cotidianas (modos de fazer), por exemplo, os usos criativos da doutrina católica para responder aos problemas sociais e trabalhistas como táticas possíveis em um contexto de opressão, e a linha de ações da promoção humana das juventudes como estratégias, identificando “fins estranhos” em relação aos condicionantes das estruturas dominantes (frações do alto clero e do Estado) que a oficializaram ou autorizaram.¹²³ Esses distanciamentos começavam pela forma de agência dos sujeitos comuns por meio do método reflexivo/humanizador Ver-Julgar-Agir. A promoção humana, realizada pelos jovens para os jovens trabalhadores, com o auxílio de clérigos, envolvia a família, a comunidade, os bairros, o trabalho e os lazeres. A ação-reflexão-ação jocista em favor da autonomização, do bem-estar social e contra as injustiças, à luz da Esquerda católica, além de ter sido uma referência na vida dos jovens individual e coletivamente, desdobrou-se em outras formas organizadas de luta, com o ingresso de membros em entidades estudantis, sindicais ou partidárias. Como veremos, o caso da JOC elucidada como o binômio fé e luta pode resultar e resultou em uma práxis emancipatória, na direção contrária a uma abordagem conformista e imobilista.

2.1 Origem e composição social do movimento

Na primeira seção da pesquisa, abordamos os antecedentes e os principais aspectos contextuais da chegada e da conformação da Juventude Operária Católica (JOC) no Brasil. Passaremos nesta segunda a afunilar a discussão de modo a analisar e compreender a origem e a composição social do movimento, sua formação e atuação no Território Federal do Amapá (TFA). Para tanto, começaremos dedicando algumas linhas às mudanças eclesiais e sociais que a região atravessava quando da fundação da entidade.

¹²² SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; TEIXEIRA, Fernando; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2004.

¹²³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

No campo eclesial, em 1948, mesmo ano de reformulação da ACB para um perfil socialmente mais engajado e de maior institucionalização da ação da Igreja no mundo do trabalho, houve a chegada dos padres do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (Pime)¹²⁴ no extremo Norte do país, os quais identificavam a porção do território à margem esquerda do rio Amazonas como área de cristianização imatura e, por conseguinte, carente de ação missionária. Sob as diretrizes do Vaticano I, esses padres se dedicaram nos primeiros anos a fixar o catolicismo romano em solo amapaense. No entanto, se depararam com a forte presença do catolicismo popular, caracterizado de modo geral pelos seguintes aspectos: o protagonismo dos leigos; a centralidade dos sacramentais; a relação familiar com o sagrado; a tolerância religiosa (abertura ao pluralismo religioso); e o gosto pela expressão festiva e teatralizada da espiritualidade. Características que para os padres, num primeiro momento, eram tidas como desviantes e deveriam ser depuradas por meio da sacramentalização.¹²⁵

Como parte das investidas clericais com esse intuito, a Igreja fundou um novo aparato eclesiástico, no qual os leigos tornaram-se membros atuantes. Este era constituído por instituições como: escolas paroquiais e profissionalizantes (Escola paroquial de São José, Escola Pio XII, Escola Pe. Dário, Escola Nossa Senhora de Fátima, Escola Doméstica, com cursos domésticos-profissionais etc.), o Clube Desportivo Juventus (conhecido como “moleque travesso”), o Cine João XXIII, o Cine Paroquial, a Rádio Educadora São José, a Livraria São José, o Bar do Oratório, a Gráfica São José e o jornal *A Voz Católica*. Era marcante o enfoque direcionado aos jovens na ação social católica, que mesclava catequese com atividades esportivas e lúdicas. Isso advinha das intenções de atrair os paroquianos, do fato da primeira geração do TFA ser majoritariamente composta por jovens¹²⁶ e, em um panorama mais amplo,

¹²⁴ O Pime foi criado pelo Pe. Ângelo Ramazzoti, em 1850, com o nome de Seminário Lombardo para as Missões Exteriores, em Soronno, Milão, no período após a Revolução Francesa (1789-1799) e o Congresso de Viena (1815), em que a Igreja institucional condenou a modernidade. Segundo Pimentel, ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e no período seguinte, vários religiosos foram proibidos de se deslocarem para missões no Oriente, onde já se localizavam instalações do instituto. O autor cita os exemplos da Índia, China e Birmânia. No caso da China, após 1949, devido à situação interna de restrição à entrada de missionários, diversos religiosos que lá se encontravam foram expulsos e tiveram que retornar para a Itália. Logo, a necessidade da presença do instituto no Brasil seria atendida, com a chegada dos primeiros missionários em 1946. No entanto, tal demanda surgiu diante de circunstâncias diferentes das habituais, em que os missionários eram encaminhados para países de minoria cristã. A conjuntura brasileira, por outro lado, contava com uma maioria cristã. A principal motivação seria, portanto, a situação de disputa da Igreja em face do pluralismo religioso. Adesões às religiões protestantes, espíritas kardecistas e afro-brasileiras eram vistas a princípio como ameaça ao desenvolvimento da doutrina católica, sobretudo, em regiões periféricas, nas quais era escassa a presença de sacerdotes (PIMENTEL, Walbi. *Op. Cit.*, p. 105-106).

¹²⁵ LOBATO, Sidney. Santos e sacramentos... *Op. Cit.*, p. 153.

¹²⁶ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014. p. 71.

da visão do alto clero sobre as juventudes à época – símbolo de renovação, mas suscetíveis aos supostos riscos por ela trazidos e, por isso, carentes de uma formação apropriada na perspectiva cristã.

No âmbito social e político, os novos territórios federais, entre os quais o do Amapá (desmembrado do Pará), foram criados pelo Decreto-Lei n. 5812, de 13 de setembro de 1943, atados a uma gama de interesses econômicos, políticos e militares incorporados ou gestados pelo Estado Novo. Com o poder concentrado no chefe do Executivo, Getúlio Vargas, destacam-se, inicialmente, os preceitos geopolíticos que emergiram de sua relação estreita com as Forças Armadas. Consideradas estratégicas para a segurança sob a lógica da Segunda Guerra Mundial, assim como para a implantação do plano nacional-desenvolvimentista, as áreas fronteiriças passam a ser ocupadas e dirigidas por governadores diretamente nomeados pelo presidente. Vargas direcionou importantes cargos administrativos aos militares, permitindo a inserção destes na condução do país. Entretanto, as posições recebidas em si excediam suas funções.¹²⁷

Para assumir o primeiro governo do Territorial Federal do Amapá, o escolhido foi o tenente-coronel Janary Gentil Nunes, instalado no dia 25 de janeiro de 1944. Também o ano em que a capital do Amapá foi transferida para Macapá, a partir de articulações entre Nunes e Vargas formalizadas no Decreto n. 6.550.¹²⁸ Janary adotou iniciativas de modernização, como reformas urbanísticas, difundidas por meio de intensa propaganda em torno do ideário de Estado nacional em formação. Adalberto Paz aponta que a “ação civilizatória” do governo janarista pretendia inculcar na classe trabalhadora um sentimento de cidadania, bem como uma lógica de trabalho e produção baseada nos padrões da moderna economia capitalista industrial (que ultrapassasse a subsistência). Isso era compatível com a política federal para a Amazônia no Estado Novo.¹²⁹

Com base na política centralizadora e desenvolvimentista de Vargas, começa a ser instalado no TFA o primeiro grande projeto de exploração mineral em 1948: a Indústria de Comércio e Minérios S/A (Icomi). Este empreendimento criou no centro do Amapá uma grande estrutura de produção de manganês, que era escoado por trem e navios, principalmente para os EUA a partir de 1957. A partir de então, se abriu uma ampla frente de trabalho, o que

¹²⁷ Oliveira, Adriano Moura de. *A Operação Amazônia: desenvolvimento e segurança na consolidação de um projeto geopolítico de Estado (1953-1967)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2020. p. 64.

¹²⁸ LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 1. ed. Belém [PA]: Paka-Tatu, 2019. p. 57-59.

¹²⁹ PAZ, Adalberto. *Op. Cit.*, p. 33-34.

impulsionou um intenso fluxo migratório para a região – oriundo predominantemente das ilhas do Pará, do Nordeste e do interior do Amapá. O salto populacional resultante disso não foi devidamente acompanhado por políticas públicas, aprofundando os contrastes sociais.¹³⁰ Esse momento também é marcado pela onda de surgimento de muitos sindicatos no Amapá, decorrente, segundo Lobato, do crescimento de celetistas no interior das empresas Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e Icomi, já que até meados do século XX existia o entendimento jurídico de que as entidades sindicais poderiam ser criadas apenas por trabalhadores amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).¹³¹

A relação entre Igreja e Estado assume durante o primeiro governo territorial um caráter conciliatório, mas que não esteve livre de discordâncias e tensões, haja vista a heterogeneidade católica, que ganhou impulso nas décadas de 1950 e 1960. A agenda de Janary oferecia espaço para pautas de interesse do bispo Dom Aristides Piróvano, superior geral da Prelazia de Macapá, como a realização de transformações sem “agitar a ordem” e com respeito à religião católica.¹³² Sob a diretriz estatal “sanear, educar e povoar”, a Igreja participou do processo de obreirização

¹³⁰ LOBATO, Sidney. A cidade dos migrantes: migração e urbanização na foz do Amazonas (1944-1964). In: SILVA, Francisco Bento da; AGUIAR, Verônica Aparecida Silveira (orgs.). *Fronteiras amazônicas: vivências, representações e conhecimentos*. Porto Velho: Edufro, 2016. p. 189-190.

¹³¹ Segundo Lobato, primeiramente eram criadas as associações classistas. Depois estas buscavam os meios para se tornarem sindicatos, o que ocorria com o recebimento da “carta sindical” conferida pelo Ministério do Trabalho. A partir de princípios e com mais rapidez da metade da década de 1950, surgiram algumas associações: Associação dos Professores Primários do Amapá (1952); Sociedade Beneficente Operária do Amapá (1952); União Beneficente dos Motoristas do Amapá (UBMA), em 1953; Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá (1953); União Beneficente e Recreativa “Tamandaré” (1956), que reunia os marítimos do Serviço de Navegação do Amapá (SERTTA); União Beneficente e Recreativa dos Açougueiros e Marchantes do Amapá (1958); Associação Profissional dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas do Amapá (1958); Associação Profissional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Território do Amapá (1958); Associação Profissional dos Motoristas do Amapá (1958); Associação Profissional de Comércio Feirante Varejista de Macapá (1962); Associação Profissional dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Território Federal do Amapá (1962); Teatro de Amadores do Amapá (1963); Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (1963); e Associação Profissional das Indústrias de Alimentação (1957). Quanto aos sindicatos, em 1957, foi criado: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minérios do Amapá; e no ano de 1958: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá e Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Território do Amapá. Nos anos seguintes, surgiram: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério; Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serraria e Móveis de Madeiras; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas; Sindicato dos Empregados do Comércio; e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil (LOBATO, Sidney. *Movimentos sociais contra autoritarismos locais e inseguranças estruturais: as lutas de partidos, associações e sindicatos amapaenses, entre 1944 e 1964*. *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 7, n. 13, jan./jun. 2015. p. 237-240).

¹³² QUANDO não falta cooperação e compreensão. *A Voz Católica*, n. 204, ano IV, de 22 de setembro de 1963, p. 2.

de Macapá e o governo favoreceu ações pastorais e educacionais, com o intuito de formar uma sociedade em torno do trabalho.¹³³ Conforme relatório de dados estatísticos da Prelazia, reproduzido em registro de livro de tomo de 1959, vinte professores eram mantidos pela Prelazia de Macapá, enquanto somente quatro pelo governo.¹³⁴

Em conformidade com o articulista do jornal *A Voz Católica*, o apostolado durante o episcopado de Dom Aristides foi norteado pela adaptação às novas necessidades resultantes de condições históricas e do progresso moderno.¹³⁵ Entre tais demandas se encontravam os meios de comunicação social. O *A Voz Católica*, apostolado no campo da imprensa, foi o principal meio de interlocução entre a Igreja e a sociedade amapaense durante quase todo período de atuação da JOC. No primeiro domingo do mês de novembro de 1959, três dias após a chegada dos Padres Jorge Basile e Caetano Maiello¹³⁶, que haviam partido da Itália rumo à Amazônia setentrional, começaria a circular sua primeira edição.¹³⁷ Semanário mais formativo que informativo da Prelazia, este teria Basile como primeiro redator, contando com a direção do Cônego Ápio Campos¹³⁸. Além do corpo diretivo e redacional, sua equipe contou com pessoal técnico e tipográfico, distribuidores e demais colaboradores.¹³⁹

¹³³ OLIVEIRA, Tatiana Pantoja; FERREIRA, Norma Iracema de Barros. Onde se reza também se estuda: Estado, Igreja Católica e escolarização no Território Federal do Amapá (1948-1964). *Tempo Amazônico*, v. 2, n. 2, p. 74-93, jan./jun. 2015.

¹³⁴ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 309.

¹³⁵ A BEM da verdade. *A Voz Católica*, n. 193, ano IV, de 7 de julho de 1963, p. 1.

¹³⁶ Segundo este último padre, sua experiência em redação jornalística, obtida no trabalho em uma revista católica na Itália, havia estado entre os principais critérios que levaram seu Superior Geral, Pe. Augusto Lombardi, na escolha de seu destino, pois era conhecedor das intenções de Dom Aristides Piróvano, bispo prelado, de fomentar a imprensa católica no espaço amazônico (INICIANDO o sétimo ano de vida. *A Voz Católica*, n. 315, ano VII, de 7 de novembro de 1965, p. 1).

¹³⁷ Uma das motivações para a criação do semanário *A Voz Católica* surgiu de um embate entre padres católicos e pastores batistas, já que seu primeiro número teve a finalidade de combater uma campanha de protestantes, cujo tema foi “Cristo único mediador”. De acordo com registro de livro de tomo, esta foi conduzida por pastores convocados de outros estados da União, que distribuíram diversos folhetos pelas ruas, lojas, residências e bairros de Macapá. Em resposta ao folheto intitulado “Diferenças entre a Igreja evangélica e a Igreja romana (católica)”, os padres católicos utilizaram o mesmo método e prepararam um artigo explicando o sentido da devoção católica à Virgem Maria, então criticada (RESPOSTA ao bilhete protestante. *A Voz Católica*, n. 1, ano I, de 1 de novembro de 1959, p. 1. CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 322).

¹³⁸ Campos residia em Belém, capital paraense, tendo sido ainda professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Pará e membro da Academia Brasileira de Letras. Ganhou notabilidade como jornalista. Segundo Haroldo Franco, um dos estudantes colaboradores do semanário, esteve no Amapá em algumas ocasiões, muitas dessas a convite da Uecea (PERFIS!... Haroldo Franco. *A Voz católica*, n. 174, ano IV, de 24 de fevereiro de 1963, p. 2).

¹³⁹ Em artigo de 1965, o articulista identifica os colaboradores fixos e as partes e seções das quais se ocupavam naquele momento: Juarez Maués (página esportiva); Alcy Araujo (AL), jornalista, intelectual, poeta e funcionário público (comentários sobre acontecimentos da atualidade e da realidade social e política territorial na Corpo 8); José Maria de Barros, responsável pelo departamento de imprensa do TFA (notador da Croniqueta de Macapá, que registrava as principais atividades do governo e da

Em seus primeiros anos, o periódico era definido pelo articulista como intérprete e porta-voz dos padres e fiéis da Prelazia de Macapá, que tinha a incumbência de levar a doutrina da Igreja Católica aos lares amapaenses.¹⁴⁰ Os assuntos mais recorrentes a princípio foram temas atinentes ao papel da família, ao antiprotestantismo e ao anticomunismo. Ao longo dos anos, este passou por modificações, sendo ampliado no tamanho, nas tiragens e em suas abordagens, agora assentadas na interdependência das classes e na política local, regional, nacional e internacional. O articulista destacou no sétimo aniversário do semanário, em 1965, que este era o jornal de maior número de cópias e de tradição entre as famílias no território, apontando a força do catolicismo no Amapá.¹⁴¹

A realidade social ao lado das resistências leigas em favor do catolicismo popular contribuiu para que clérigos e leigos incorporassem novas práticas e se atentassem cada vez mais às questões sociais, introduzindo ao projeto de catolicidade do Pime diretrizes da doutrina social eclesial e das reformas conciliares do Vaticano II. Com isso, os missionários fomentaram a organização de movimentos laicos, voltados não apenas à evangelização, mas também ao engajamento no enfrentamento dos problemas sociais e na melhoria das condições de vida, de educação e de trabalho.

Em 1957, estando a Igreja local diante da concorrência e efervescência de associações trabalhistas e de entidades sindicais na organização dos trabalhadores e trabalhadoras, a JOC foi fundada e oficializada pelo bispo Aristides Piróvano.¹⁴² Isto após enviar um grupo de jovens para participarem do Congresso Mundial da JOC, em Roma¹⁴³, onde reuniram-se cerca de 35

prefeitura); professora Annie Viana Costa (autora da Coluna da Mulher, que apresentava problemas de interesse feminino, em relação ao lar e à vida social, com intuito formativo); Carlos Nilson da Costa, usando o pseudônimo Brutus (autor da rubrica Leia, não conte!, que visava atingir os jovens); Guilherme Jarbas (autor de Na casa do moleque travesso, que tratava sobre o time do Pe. Paulo); e Evilásio Fernandes (encarregava-se das notícias das paróquias do Trem e da Favela para Prelazia em foco). Além destes, haviam correspondentes esporádicos que enviavam seus artigos para serem publicados. O articulista procurava ressaltar que o jornal pertencia aos leitores, ao povo, que teria a oportunidade de se formar informando-se (QUEM ESCREVE no nosso jornal. *A Voz Católica*, n. 315, ano VII, de 7 de novembro de 1965, p. 2).

¹⁴⁰ Parabens... Ad multos annos. *A Voz Católica*, n. 2, ano I, de 08 de novembro de 1959, p. 3.

¹⁴¹ INICIANDO o sétimo ano de vida. *A Voz Católica*, n. 315, ano VII, de 7 de novembro de 1965, p. 1.

¹⁴² Em 1956, padre Aristides foi nomeado bispo prelado, tendo recebido o título em sua cidade natal (22 DE FEVEREIRO! *A Voz Católica*, n. 17, ano I, de 21 de fevereiro de 1960).

¹⁴³ Maria Blassioli Moraes notou diferença entre as JOCs de regiões mais industrializadas do país, como o ABC paulista, e as de outras mais afastadas dos grandes centros urbanos, como João Pessoa na Paraíba, ao longo da viagem com destino à Roma em 1957. Por exemplo, nas regiões que careciam de estrutura social havia uma presença mais forte do assistente eclesial que ali percebia a necessidade e a possibilidade de se aproximar das comunidades, já nas grandes cidades encontrava mais dificuldades na aproximação das famílias (MORAES, Maria Blassioli. *Op. Cit.*, p. 128-129).

mil jocistas de várias partes do mundo. Neste encontro, os rapazes e moças amapaenses conheceram o movimento e sua finalidade por meio do discurso do papa Pio XII, que proferiu a promessa a ser renovada no evento: “conduzir todos os operários à Igreja”. Os jovens retornaram ao território com a incumbência de aí organizar a JOC amapaense.¹⁴⁴ A partir da fundação desta entidade, constituíram uma diretoria e, com o apoio do bispo, que era seu principal assistente eclesiástico, arregimentaram jovens de ambos os sexos para integrarem a JOC e a JOCF (Juventude Operária Católica Feminina). De 1957 até 1960, mais países organizaram suas JOCs, contabilizando noventa e quatro nações. Em 1958, ano seguinte ao congresso mundial da JOC e do fim do pontificado de Pio XII, Angelo Giuseppe Roncalli (que adotou o nome papal de João XXIII) foi eleito pelo colégio dos cardeais no Vaticano. A partir de então, este papa passou a possibilitar novos caminhos para a atuação da Igreja junto aos movimentos sociais.

Por meio das páginas de *A Voz Católica*, entre 1959 e 1964, é possível perceber que inicialmente por trás do apoio do bispo ao movimento estiveram preocupações com a possibilidade de adesão das juventudes ao Comunismo. Em artigo de 1963, o articulista asseverou: “O comunismo é um fato também no território”. E acrescentou: “Além dos já conhecidos e sempre taxados de comunismo, quer entre os trabalhadores quer entre os estudantes, há mais, depois do falado seminário dos secundaristas, realizado em Macapá”.¹⁴⁵

Não obstante, os jovens não ingressavam na entidade visando se prepararem para atuarem como combatentes anticomunistas. O que motivava o ingresso era o contexto de pressões e de lutas sociais instigadas pelo movimento sindical, em que os trabalhadores amapaenses se deparavam gradativamente com a necessidade de encontrar meios para lutar pela sobrevivência e por uma vida digna. Nesse cenário, a JOC se colocava como alternativa cristã para representar os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Bernardo Souza:

O movimento sindical no Amapá era muito forte, quase todas as categorias tinham sindicatos devidamente organizados, porque o Amapá era um polo de desenvolvimento, principalmente com a Icomi, Indústria de Comércio e Minérios, Sociedade Anônima que empregava milhares e milhares de trabalhadores e precisava de lideranças sindicais pra negociar os direitos dos trabalhadores quando se fazia necessário. A Igreja acabou abrindo espaço, nos orientava cristãmente, mas também orientava quando da nossa atuação na vida social.¹⁴⁶

¹⁴⁴ JOC JOCF MFC. *A Voz Católica*, n. 627, ano XIV, de 15 de julho de 1973, p. 18.

¹⁴⁵ REPÓRTER curioso. *A Voz Católica*, n. 191, ano IV, de 23 de junho de 1963, p. 3.

¹⁴⁶ Nascido no município de Parnaíba, no Piauí, em 1940. Filho de prático de embarcações do antigo TFA, com família de 14 irmãos, mudou-se para Macapá aos 13 anos de idade. Estudou na Escola Industrial de Macapá, onde fez o ginásio e depois foi para o Colégio Amapaense, onde passou dois anos

Sob a inspiração da organização pioneira e alinhada à política da JOC nacional – que contava com comitês estaduais e municipais – a Juventude Operária Católica chegou ao Amapá com o objetivo de realizar a promoção humana da classe trabalhadora, à luz da doutrina social eclesial a partir da *Rerum Novarum* (marco de uma nova maneira da Igreja desempenhar sua missão no mundo), por meio do método Ver-Julgar-Agir. Essa pedagogia sugeria que “partindo dos fatos concretos de suas vidas, os jocistas deveriam fazer uma análise e então agir em consonância com essa racionalização”.¹⁴⁷ A promoção humana envolvia realizar sua educação religiosa, social, cívica, trabalhadora, física e sentimental; responder às suas necessidades, pela criação de serviços organizados pelos jovens trabalhadores para se entreajudarem; e a defesa e a representação de seus interesses morais e materiais. Por isso, a JOC considerava o movimento como uma escola de vida, um serviço social e um corpo representativo.¹⁴⁸ Em entrevista, Adamor Oliveira resumiu as linhas de ação da entidade amapaense da seguinte forma:

A diretriz religiosa da JOC era cristianizar a juventude, ensinar a doutrina católica na prática, relacionando com a moral e a ética. No meio social, a JOC trabalhava muito com a ideia de socializar a juventude, de impregnar a cabeça do jovem de que ele é participante da sociedade e não pode ser excluído, é membro ativo, tem direitos e deveres e como tal tinha que aprender o que é a doutrina social. A JOC ensinava isso, para que o jovem se posicionasse diante das situações injustas e exercesse o direito de protesto. Na política, a JOC defendia a sindicalização dos jovens operários.¹⁴⁹

O êxito que o movimento alcançara em todo país, nas décadas de 1950 e 1960, deveu-se em grande medida à sua organização em plano nacional – contando com seção local, federações (conjuntos das seções de uma diocese), confederações (o agrupamento das várias federações) e comitê nacional –, bem como aos seus mecanismos de implantação e divulgação.

no curso clássico. Mudou para o curso de contabilidade na antiga Escola Técnica de Comércio de Macapá, hoje CCA. Nesse período de estudante, começou amizade com vários companheiros jocistas, como Hernani Guedes, Manoel Santos e Adamor Oliveira. Começou como estudante a participar da JOC. Fez parte do Grêmio Acelino de Leão, vinculado à Uecea. Ingressou nos quadros do governo do território e sentiu as consequências do período autoritário iniciado em 1964 (Entrevista concedida por Bernardo Souza a Jackeline Duarte, em 9 de fevereiro de 2020, na residência do entrevistado).

¹⁴⁷ MAINWARING, S. *Op. cit.*, p. 142.

¹⁴⁸ COMITÊ NACIONAL DA JOC E DA JOCF... *Op. Cit.*

¹⁴⁹ Nascido em 31 de outubro de 1933, natural do município de Afuá, no Pará. Foi presidente da JOC (Entrevista concedida por Adamor Oliveira a Jackeline Duarte, em 27 de abril de 2018, na residência do entrevistado).

O comitê nacional da JOC era composto por dois assistentes eclesiásticos, um presidente, um secretário, um tesoureiro e alguns propagandistas. Estes últimos tinham a função de levar o jocismo ao maior número de jovens trabalhadores possíveis. Por levar entende-se divulgar entre eles a formação de operários cristãos, contribuindo para a unidade da federação jocista, seja na paróquia ou no bairro. Em 11 de janeiro de 1959, todos os padres do território viajaram de jeep para Macapá, a fim de participar do retiro anual pregado por Dom Antônio Fragoso, assistente nacional da JOC à época. Durante o retiro, sediado na Escola Doméstica (posta à disposição da Prelazia pelo governador do território), o pregador explicou o que era a JOC, seus métodos de trabalho e deu orientações de como iniciar um núcleo. Em artigo publicado no *A Voz Católica* após a Semana Internacional da JOC, o articulista sintetizou os objetivos da entidade no Amapá: levar a salvação aos irmãos de trabalho. A JOC amapaense nasce então mantendo o mesmo ideal do movimento belga.¹⁵⁰

Por outro lado, ainda no início da JOC amapaense, segundo registro de livro de tomo, o movimento estava deixando vários padres perplexos e frequentemente causava discussões entre eles.¹⁵¹ Neste atinente, Edite Guedes – que chegou a compor a equipe regional no ano de 1960, e a nacional, em 1961 – afirmou em entrevista que por todo país houve resistência de bispos e padres em apoiar a entidade, pois “a evangelização, a maneira como se realizava, incomodava os que queriam uma Igreja acomodada”. Guedes mencionou também nomes de bispos que apoiaram o movimento, tais como: Dom Helder Câmara, Dom Antônio Batista Fragoso, Dom Fernando Figueiredo e Dom Aristides Piróvano, bispo de Macapá.¹⁵²

Existiam paralelamente a JOC outros movimentos especializados com métodos semelhantes, adaptados a cada meio social, como no caso da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da agremiação Centro Cultural Estudantil (CCE), sócios pela Ação Católica. No Brasil, assim como a JOC e a JUC, a JEC foi um dos movimentos que formaram a esquerda cristã no final dos anos de 1950.¹⁵³ Setores católicos que, no geral, eram afeitos às Reformas de base encampadas por Jango, as quais integravam propostas e reivindicações do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já o CCE, fundado por jovens amapaenses em 1962, congregava um expressivo grupo de estudantes de vanguarda em Macapá, entre os quais alguns jocistas. Sua

¹⁵⁰ J. O. C. *A Voz Católica*, n. 45, ano I, de 4 de setembro de 1960, p. 1.

¹⁵¹ CÚRIA DIOCESANA DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 304.

¹⁵² Entrevista concedida por Edite Guedes a Jackeline Duarte, em 15 de junho de 2019, na residência do irmão da entrevistada.

¹⁵³ RODRIGUES, Randolfe. A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da Uecea ao golpe de 64. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (org.). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém: Paka-tatu, 2009. p. 124-133.

finalidade era a preparação para a vida individual e social e a realização de outros serviços sociais, com um programa de ação fundamentado na pedagogia jocista Ver-Julgar-Agir. A direção do centro ficou a cargo do Pe. Caetano Maiello.¹⁵⁴ Maiello ficou conhecido entre alguns antigos jocistas como um padre bastante instruído e com facilidade de lidar com os jovens por ele próprio ser jovem e também por ser professor de religião na Escola Doméstica e psicólogo.¹⁵⁵ A ata de fundação do CCE foi majoritariamente assinada por moças estudantes, entre as quais Elcy Rodrigues Lacerda e Ronete Maria de Souza, que também compuseram a diretoria.¹⁵⁶ Além dos movimentos de Ação Católica, atuavam no Amapá as seguintes irmandades e congregações de leigos: Apostolado da Oração, Congregados Marianos e Juvenil, Filhas de Maria, Cruzada Eucarística, Congregação da Doutrina Cristã, Vicentinos, Grêmios de Homens Católicos e Escoteiros Católicos.¹⁵⁷

Tanto os primeiros jocistas de uma seção nova, quanto os ingressantes de uma já fundada, deveriam passar por um estágio de aprendizagem sobre a história, o programa e os métodos do movimento. A iniciação de um jovem trabalhador na JOC acontecia, preliminarmente, em uma reunião na residência de um dos membros denominada “Noite alegre”, onde participavam os rapazes da JOC e as moças da JOCF. Este encontro era dividido em duas partes: a primeira destinada às atividades recreativas de lazer e diversão – canto, poesia e jogos, por exemplo – e a segunda a estudos de temas diversos. O intuito do encontro era apresentar o aspirante a jocista à dinâmica do movimento, de modo que compreendesse os princípios norteadores de sua atuação, que eram ligados ao ambiente de trabalho, aos bairros, lares e lazeres.

Depois deste momento inicial, o ingresso era oficialmente decretado quando passavam por uma cerimônia de adesão, onde os membros veteranos renovavam seus votos e os novos recebiam um distintivo de algum dirigente ou assistente da JOC¹⁵⁸, dentre eles: Dom Aristides Piróvano, Bernardo Martins Lindoso (assistente da JOC na região Norte do Brasil), Jorge

¹⁵⁴ SERVIÇO social do CCE. *A Voz Católica*, n. 294, ano VI, de 13 de junho de 1965, p. 1. ESTATUTOS do Centro Cultural Estudantil – CCE – Macapá – Território Federal do Amapá. *A Voz Católica*, n. 333, ano VII, de 13 de março de 1966, p. 3-4.

¹⁵⁵ O Pe. Caetano Maiello estudou a língua por um tempo em Santana, depois mudou-se para Macapá, onde ajudou no bairro do Trem e depois se tornou coadjutor na paróquia São José. Também atuou na administração geral da Prelazia e na gerência da livraria e do pensionato, tendo assumido ainda o cargo de diretor da Divisão de Educação interinamente (CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1966-1973. p. 337).

¹⁵⁶ ATA de fundação e eleição da primeira Diretoria do CCE de Macapá. *A Voz Católica*, n. 333, ano VII, de 13 de março de 1966, p. 4.

¹⁵⁷ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 314.

¹⁵⁸ A JOC... *A Voz Católica*, n. 33, ano I, de 12 de junho de 1960, p. 3.

Basile, Rogério Alicino, Antônio Cocco, Luis De David e Caetano Maiello. Quanto aos jovens trabalhadores, podemos citar alguns nomes: Manoel Santos, Adamor Oliveira, José Carlos Oliveira, Hernani Vitor Guedes, Amadeu Araújo, Anselmo Guedes, Francisco Quintela do Carmo, Miguel Arcangêlo, João Souza, José Adão, Antônio Cabral, José Santos, Manoel Souza, Ironildo Távora, Vidal Picanço, José Barata, Mózar e Sebastião. Podemos citar também algumas das integrantes da JOCF: Edite Guedes da Silva, Raquel Capiberibe, Conceição Capiberibe, Nazaré Pacheco, Dorinha Pacheco, Auta Trindade, Irene Guedes, Nazaré Guedes, Marieta Viana, Dometila Camarão, Amélia, Areolina, Adalgiza, Anita, Oscarina, Iracilda, Clementina, Urbana, Clotilde e Iolanda.¹⁵⁹

O movimento possuía Equipe Internacional (com sede na Bélgica), Equipe Nacional (com sede no Rio de Janeiro, onde se localizava também a sede nacional da Ação Católica), Equipe Regional (com sede em cada região) e Equipe Diocesana (com sede em cada Diocese). A Confederação da JOC da região Norte, com sede em Belém, no Pará, era responsável pelo desenvolvimento do movimento nas Arquidioceses de Belém, São Luís do Maranhão, Teresina, no Piauí, Manaus, no Amazonas e na Prelazia de Macapá, Amapá.¹⁶⁰

A estrutura do comitê da seção local era composta por dirigentes, presidentes, secretários, tesoureiros e demais jovens trabalhadores, que com o auxílio dos assistentes eclesiais (bispo e padres) organizavam as atividades jocistas. No início de cada ano era realizada uma assembleia na sede da JOC, onde os presentes votavam em três pessoas para compor a diretoria da federação feminina e três para a masculina. Os eleitos, com mandato de três anos, distribuía os outros cargos.

Jovens das várias profissões existentes nos bairros e na cidade deveriam ser conquistados, especialmente os que possuíam perfis de representantes do meio. Quanto à origem socioeconômica dos membros, a entidade se destinava preferencialmente à juventude assalariada, na faixa etária dos 17 aos 25 anos, aceitando também o ingresso de estudantes com idade a partir dos 14 anos. Os mais novos ingressavam sob a recomendação de apreenderem o ideal jocista e receberem serviços na seção pelos militantes mais velhos. Os trabalhadores que compunham o movimento provinham de diferentes áreas do mercado de trabalho local: desde

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Adamor de Sousa. *Tesouros de memórias*. Fortaleza: Premium, 2013.

¹⁶⁰ No tocante às outras regiões, a Confederação Regional do Nordeste (sediada em Recife-PE) era encarregada pelas JOCs do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Sergipe. A do Centro-Oeste, com sede situada em Belo Horizonte, incluía as JOCs de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. O Centro, dispo de sede no Distrito Federal, abarcava as JOCs do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Por último, a Confederação do Sul (com sede em São Paulo) abrangia as JOCs do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (COMITÊ NACIONAL DA JOC E DA JOCF... *Op. Cit.*).

operários da construção civil (carpinteiros, pedreiros, serventes etc.) até funcionários públicos, professores, comerciários, empregadas domésticas e outros. A maior parte da classe trabalhadora no TFA era constituída de trabalhadores não especializados que estavam em busca de oportunidades que as novas frentes de trabalho aí abertas proporcionavam. Alguns tinham vindo a convite do governador para ocupar cargos na administração pública.¹⁶¹

A JOC era organizada por grupos que funcionavam em núcleos espalhados por diversos bairros de Macapá, como: Centro, Elesbão, Santa Rita, Fazendinha, Perpétuo Socorro, Laguinho, Trem etc. Cada núcleo congregava de dez a quinze membros em reuniões conduzidas por um jovem dirigente. Este passava por preparação prévia com algum assistente eclesiástico. A programação tradicional das reuniões era iniciada com um canto. Depois os jocistas debatiam um tema relativo ao testemunho que todos deveriam dar ao mundo moderno. A seguir, vinham as palavras do dirigente, que exortava todos a continuarem trabalhando segundo as diretrizes da doutrina católica. Já as reuniões gerais, com a participação de todos os grupos da JOC, da JOCF e dos assistentes eclesiásticos, ocorriam na Paróquia de São José, centro principal da vida religiosa e do apostolado amapaense, ou na sede da JOC.¹⁶²

Portanto, destacamos a heterogeneidade de trabalhadores e trabalhadoras que ingressaram na JOC. Ao atrair jovens de diferentes áreas do mercado local, incluindo estudantes, o movimento se tornou um espaço importante de mobilização e solidariedade entre as juventudes. A JOC surgiu, por um lado, como uma resposta cristã à crescente precarização da vida e de multiplicação das incertezas em vários aspectos. Por outro, como uma inovadora maneira de ser católico, praticando uma fé comprometida com a defesa da dignidade e dos direitos dos trabalhadores a partir dos anos finais de 1950, quando o movimento passou a atuar por meio de três eixos à luz do cristianismo integral: formação, serviço social e representação.

2.2 Educação libertadora *versus* Educação bancária: a formação reflexiva/humanizadora da JOC na prática do método Ver-Julgar-Agir

Desde sua origem na Bélgica, França e Canadá – países dos quais adveio o modelo de Ação Católica Especializada adotado no Brasil em 1948 –, a JOC pretendia ser um movimento “de jovens trabalhadores para jovens trabalhadores” desenvolverem seu potencial como sujeitos de seu processo formativo e atores da transformação social, visando a passagem de condições subumanas para condições cada vez mais humanas e, com isso, a superação de situações exploratórias e abusivas. Para tanto, “entre eles, para eles, por eles”, os jocistas deveriam partir

¹⁶¹ PAZ, Adalberto. *Op. Cit.*, p. 49.

¹⁶² Situada na Av. Presidente Vargas, n. 811, Centro. Atualmente sedia o Movimento Familiar Cristão (MFC), fundado por antigos jocistas. Era menor e de madeira à época da atuação da JOC.

de uma ação-reflexão (à luz do evangelho), que consistia no tripé metodológico Ver-Julgar-Agir. Aos padres assistentes incumbia o papel de acompanhar, assessorar e apoiar a entidade.¹⁶³

Nos anos finais de 1950 e princípios de 1960, os jovens amapaenses vivenciavam as fragilidades da oferta educacional pelo Estado, que desdenhava a cultura e as demandas dos populares. Entre 1944 e 1956, o governo do tenente-coronel Janary Nunes, na esteira da principal meta estadonovista, investiu na implantação de uma política educacional voltada para a formação do cidadão-trabalhador, um ideal de “homem moderno”, que colaboraria na construção da moderna vida amapaense, buscando substituir a predominante economia extrativa e de subsistência pela lógica do Capitalismo industrial com a Icomi e as frentes de trabalho abertas pela referida empresa. No entanto, ao coisificar os estudantes, desconsiderando suas necessidades e o modo de vida local (ribeirinho/rural), este ambicioso plano mostrava sua face autoritária. Lobato infere que entre os efeitos dessa “educação moderna” estiveram os elevados índices de fracasso escolar.¹⁶⁴ Alcy Araújo, colaborador fixo do jornal *A Voz Católica*, em artigo publicado em 1963, apontou para a necessidade de implantação de um programa de educação eficiente e que satisfizesse a demanda do crescimento populacional no território. Para o articulista, as raízes dos problemas da política educacional em vigor eram a “insuficiência de verbas, a carência de pessoal, a distância entre núcleos populacionais e a existência de normas legais”, sem especificar quais eram estas.¹⁶⁵

Sob o intento de enfrentar tais problemas, combater o analfabetismo e orientar de forma cristã o chamado progresso nacional, sustentado na retórica da soberania sobre a Amazônia e da propriedade ou uso de seus recursos naturais, Dom Aristides Piróvano encampou a política da educação para a modernização da sociedade e da economia, devotando esforços à ampliação das escolas paroquiais e do ensino técnico e profissionalizante. A construção da Escola Industrial, que admitia apenas rapazes para receberem educação formal e técnica (preparando para o papel de provedor do lar), e da Escola Doméstica para moças (reforçando o papel de mãe e esposa), contaram com a colaboração entre Aristides e Janary, sem escapar das contradições

¹⁶³ COMITÊ NACIONAL DA JOC E DA JOCF... *Op. Cit.*

¹⁶⁴ LOBATO, Sidney. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009. p. 24.

¹⁶⁵ Sob esta justificativa, a Prelazia de Macapá começou a edificar nos primeiros anos da década de 1960 mais um meio de comunicação social com perfil formativo e informativo, que contaria com a atuação de assistentes da JOC: a Rádio Educadora São José, emissora “com finalidades educacionais, patrióticas, culturais e religiosas” e “uma programação de broadcasting e de informações à altura do nível de progresso alcançado pelo povo e pela terra” (EDUCAÇÃO: objetivo da Rádio Educadora. *A Voz Católica*, n. 211, ano V, de 10 de novembro de 1963, p. 3).

que permeavam as relações de gênero à época, como aponta a historiadora Tatiana Pantoja Oliveira.¹⁶⁶

Ademais, a propaganda para a formação dos leigos contra o Comunismo, voltada especialmente aos jovens, estudantes e trabalhadores, que estampou as páginas do *A Voz Católica* mormente nos anos iniciais da década de 1960, se situava na confluência entre parcelas do alto clero e o governo. Para os setores conservadores da Igreja, cujos temores se acaloraram no contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana, o anticomunismo era uma reação aos supostos riscos gerados pelo ateísmo comunista, como o fim da liberdade religiosa, social e democrática. Por um lado, se atribuía aos comunistas características negativas ou que pudessem ser reprovadas moralmente pela sociedade.¹⁶⁷ De outro, a maximização da “ameaça comunista” era utilizada estrategicamente pelo Estado para estigmatizar e perseguir todo e qualquer opositor de suas medidas, não apenas os tachados de anticristãos. De fato, não havia perigo iminente de derrocada da ordem por um golpe comunista.

A despeito do que sugerem os acordos palacianos e a propaganda conservadora, as ações educativas laicas e clericais não estiveram a todo momento restritas aos limites da política estatal. O próprio apoio de Dom Aristides e de alguns padres à implantação e às atividades dos núcleos jocistas amapaenses não se deveu somente aos auspícios da modernização ou da sacramentalização que obliterava o *modus vivendi* amazônida, visto que o projeto missionário do Pime, conforme aponta Idelson Maciel Ferreira, também trazia ecos da mobilização social orientada pelo projeto reformador da carta *Rerum Novarum* (Das coisas novas) do papa Leão XIII.¹⁶⁸

É válido reforçar que o processo de ampla abertura da Igreja ao diálogo com o mundo moderno difundido pelo papado de João XXIII e pelo Vaticano II e recepcionado de distintas formas pelo clero e o laicado amapaense, enfatizava que a salvação (em sua inteireza) começava pela responsabilidade social para com os menos favorecidos, tendo em conta que estes eram vítimas de relações sociais e econômicas injustas. Tais opressões se estendiam a outras esferas, como a educacional. Segundo artigo do *A Voz Católica*, já sob a direção do Pe. Caetano Maiello,

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Tatiana Pantoja. A “colaboração desejada”: aspectos da dominação masculina no Território Federal do Amapá. In: LOBATO, Sidney (org.). *Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional*. 1. ed. Rio Branco: Nepan Editora, 2018.

¹⁶⁷ Ver: REAÇÃO. *A Voz Católica*, n. 201, ano IV, de 1 de setembro de 1963, p. 3. ESPEZINHADA a religião em Cuba. *A Voz Católica*, n. 211, ano V, de 10 de novembro de 1963, p. 4. OS FRUTOS do ateísmo comunista. *A Voz Católica*, n. 287, ano VI, de 25 de abril de 1965, p. 2.

¹⁶⁸ FERREIRA, Idelson Maciel. *Do altar à escola: a atuação da Igreja Católica no campo educacional amapaense (1903-1956)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2022. p. 98.

os leigos participantes do segundo Concílio, dentre os quais estavam o presidente mundial da JOC, membros de ramos da Ação Católica e do sindicalismo cristão, influenciaram como auditores especialmente na redação do documento “Igreja no mundo moderno” (Constituição pastoral *Gaudium et spes*), que estabeleceu que a missão deveria abranger todo conjunto das realidades humanas, proclamando a união entre fé e vida concreta ou cotidiana – o que já ocorria na prática jocista. A atuação de setores católicos nos movimentos de alfabetização e cultura popular ganhou impulso dentro dessa compreensão renovadora de missão da Igreja, não estando ligada à reprodução de interesses das classes dominantes, pura e simplesmente.¹⁶⁹ Por meio da imprensa católica, a juventude leiga amapaense acompanhava sem demora as novidades do Vaticano II, cujas diretrizes dos documentos finais foram depois estudadas pelos jocistas.¹⁷⁰

Foi com base no método Ver-Julgar-Agir que a JOC operou um desvio em relação à política educacional comprometida com a modernização autoritária, que pretendia tornar o homem regional uma espécie de engrenagem dos meios de produção capitalista. Neste contexto, o papel atribuído pelos dominadores à mulher era ainda mais objetificante: a vida em função do trabalho de limpeza e de cuidado não remunerado, com poucas possibilidades de escolha, de ingresso no mercado de trabalho formal e de proteção contra as discriminações e violências baseadas na submissão feminina.

Para elucidar o distanciamento entre a política educacional do governo e a ação pedagógica da JOC, cabe destacar uma das principais teorias de Paulo Freire, cânone da Educação e Doutor Honoris Causa por renomadas universidades no mundo. Em 1968, o educador publicou *Pedagogia do oprimido*, uma das obras mais referenciadas na área das Humanidades até o presente momento. O pensamento freireano começou a ser esboçado em meados de 1950, quando o autor lecionou na Universidade do Recife. *Pari passu* Freire foi influenciado por sua identidade católica, seu método inspirou diversos agentes pastorais, teólogos e cientistas sociais no Brasil.¹⁷¹ Com base em suas discussões vinculadas ao contexto da Educação popular no Nordeste e em outras partes do país e da América Latina e, mais especificamente, à agenda dos movimentos juvenis e contestadores de 1968 – com traços antecipados em movimentos renovadores no interior do catolicismo –, podemos considerar que os aspectos da política educacional do governo territorial condizem com o que Freire nomeia de “Educação bancária”, tecnicista ou alienante, uma abordagem de ensino em que o educando

¹⁶⁹ ESQUEMA da “Igreja no mundo moderno”. *A Voz Católica*, n. 311, de 10 de outubro de 1965, p. 1.

¹⁷⁰ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1966-1973. p. 651.

¹⁷¹ MAINWARING, Scott. *Op. Cit.*, p. 90-91.

é tido como depósito de conteúdos e objeto de adaptação aos interesses das elites pela manutenção das desigualdades sociais e dos privilégios de poucos, desconexa dos modos de vida e experiência, com a pretensão de afastá-lo de sua vocação ontológica de se humanizar, ser mais, perceber as contradições da estrutura e se engajar na luta por transformá-la e melhorá-la. Em contraposição, a ação formativa jocista se aproximou com o Ver-Julgar-Agir do que o autor entende por “Educação libertadora”, problematizadora ou desalienante. Esta se baseia em uma relação dialógica entre educador e educando, em que ambos são atores ativos do processo de ensino-aprendizagem. No lugar de serem recipientes dóceis, os educandos são investigadores com consciência intencionada, assim como os educadores. Em vez de entes isolados do mundo, são sujeitos em relação com o mundo, que se refazem constantemente na práxis, rejeitando o imobilismo da visão bancária. Portanto, a pedagogia humanista e libertadora se dá quando os oprimidos passam a refletir (ver), a se conscientizar sobre a situação que os oprime (julgar) e a se comprometer com sua mudança por meio da ação (agir).¹⁷²

Segundo Edite Guedes¹⁷³, a JOC foi um movimento inovador por “ser a resposta à sua vida concreta, do dia a dia, de sofrimentos e sonhos, e também por acreditar no seu valor como filho de Deus, capaz de transformar o mundo”. Enquanto o governo enxergava o movimento como um dispositivo moralizador e disciplinante, com o intuito de afastar os trabalhadores e trabalhadoras de ideias oposicionistas, para seus membros a entidade representou uma “escola de vida”, onde os jovens tiveram a oportunidade de vivenciar o método Ver-Julgar-Agir, que os instigava a “refletir e tomar decisões”. Na medida em que a JOC se desenvolvia e atingia patamar mundial os debates em torno das cartas *Mater et magistra* (Mãe e mestra) e *Pacem in terris* (A paz na terra) e das renovações oficializadas ou realizadas pelo Vaticano II, vinham a público no *A Voz Católica* percepções sobre a “autêntica maneira de ser cristão”, reforçando seu papel em diferentes searas, como a educacional. Em artigo de 15 de setembro de 1963, o articulista concebe a Igreja como “escola de fraternidade humana universal”, que atendia à atual

¹⁷² FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

¹⁷³ Nascida em Belém do Pará, no dia 23 de agosto de 1931, cresceu com muitas dificuldades financeiras em uma família de dez irmãos, filhos de Bruno e Minervina, no município de Cametá, onde estudou e conseguiu se formar como professora. Em 1950, já formada, veio para o Território Federal do Amapá, onde seu irmão mais velho, Hernani Guedes (também antigo jocista), já trabalhava como farmacêutico em um hospital. Fez um concurso e foi nomeada para o Grupo Escolar do Oiapoque, onde trabalhou por três anos. Após esse período, foi transferida para Macapá, onde já estava toda a família vinda de Cametá, em 1952. Assim como o irmão, ingressou no movimento jocista em 1957, após peregrinação a Roma, com a participação de integrantes de todo Brasil. Permaneceu na JOC amapaense até 1960, quando assumiu outras funções, primeiro em Belém, como integrante da Equipe Regional, e depois no Rio de Janeiro, em 1961, como membro da Equipe Nacional (Entrevista com Edite Guedes...).

aspiração da humanidade ao promover valores de solidariedade.¹⁷⁴ Nazaré Pacheco recapitulou as três etapas da educação jocista nos seguintes termos:

A metodologia era Ver, o que você vai fazer no ver, um levantamento de tudo aquilo que está acontecendo no seu universo, começando pelo universo que é a família, depois para o trabalho, depois para a comunidade, depois passando para o bairro. O Julgar é ver o que dentro de todos os problemas existentes... porque que tudo aquilo está acontecendo, e o Agir é o maior, esse é pra quem tem coragem! Porque você realmente ter condição, ter disponibilidade de gritar, de dizer o que não está certo e que às vezes os que estão à frente de tudo isso, eles sabem que não está certo, mas o que eles puderem enganar, ludibriar, vai fazendo pra acomodar e que às vezes a sociedade aceita porque ela não tem uma certa orientação, principalmente de vivência cristã no sentido de justiça.¹⁷⁵

Assim como a Educação libertadora em Freire, a pedagogia da JOC reforçava o papel do processo educativo na humanização, promovendo jovens (especialmente os de vida simples) como seres conscientes e capazes de refletir sobre sua realidade concreta e de modificá-la. A partir do relato de Pacheco, destacamos que a aprendizagem dos jocistas estava imbricada numa religiosidade crítica, atenta à vida integral da pessoa e de sua comunidade. Tal orientação cristã não era o elemento que arrefecia os trabalhadores e trabalhadoras, mas o que os instigava a rejeitar o comodismo e a desenvolver habilidades e atitudes necessárias para a construção de uma sociedade mais solidária e participativa. Segundo Manoel dos Santos, em muitos casos essa era a única alternativa que os jovens com experiências trazidas das ruralidades amazônicas possuíam para elevar a consciência sobre a importância de si e do outro rumo à concretização da mudança social aspirada:

Como era uma entidade que valorizava o ser humano, que valorizava cada ser humano, a sua integridade, dizendo que você é gente, porque até então nós como pessoas ribeirinhas, morando na periferia, humildes, não tínhamos consciência do valor que podíamos representar, até por falta de cultura, então a JOC valorizava, era um instrumento eficaz na nossa formação.¹⁷⁶

¹⁷⁴ LUZ e sombras. *A Voz Católica*, n. 203, ano IV, de 15 de setembro de 1963, p. 2.

¹⁷⁵ De família tradicionalmente católica, pertenceu à irmandade Filhas de Maria na paróquia São José. Foi estudante do IETA, onde formou-se professora. Quando completou 17 anos, no antigo Igarapé das Mulheres (atual bairro Perpétuo Socorro), conheceu a JOC por meio de algumas amigas católicas: Dometila Camarão, Raquel Capiberibe, Conceição Capiberibe, Irene Guedes e Maria Auta Guedes. Participava principalmente dos encontros e retiros da entidade (Entrevista concedida por Nazaré Pacheco a Jackeline Duarte, em 9 de fevereiro de 2020, na residência da entrevistada).

¹⁷⁶ Nascido no Arquipélago do Bailique, em 12 de maio de 1940, distrito de Macapá-AP. Foi três vezes presidente da JOC e presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio. Atualmente é gestor de empresa (Entrevista concedida por Manoel Ferreira dos Santos a Jackeline Duarte, em 14 de janeiro de 2018, no Macapá Shopping).

Guedes acrescentou que o despertar para a organização que se dava com o levantamento de fatos vividos na base e o diálogo acerca das causas e consequências na vida dos jovens (fundamentado nos princípios do evangelho, como da Parábola do Bom Samaritano, Lucas, 10: 25-37) se fortalecia na busca coletiva por soluções para os problemas juvenis e sociais, sem com isso deixar de respeitar a autonomia dos membros: “Era encontrar a solução junto com a pessoa, e prestar ajuda para que ela encontrasse a solução, nunca impor a solução, e sim deixar a pessoa encontrar por si só”.¹⁷⁷ Desse modo, a JOC contribuía para que os jovens aprimorassem o senso de coletividade.

Embora a criação da vertente feminina do movimento tenha estado mais ligada ao papel imposto à mulher na família do que à sua identidade como trabalhadora, isto não apaga o fato de também ter surgido para atender à cada vez mais complexa realidade dos mundos do trabalho.¹⁷⁸ Constatamos que as moças também refletiam sobre as relações sociais e trabalhistas e ocupavam postos na diretoria e na equipe regional e nacional da entidade. Havia as reuniões separadas da JOCF, mas grande parte das atividades de promoção operária eram mistas, congregando rapazes e moças. De acordo com Raquel Capiberibe, um fato trazido pelas jovens que trabalhavam como comerciárias era o assédio moral e sexual que sofriam por parte dos patrões comerciantes:

aos quatorze anos eu comecei a trabalhar numa farmácia e quando dava meio-dia naquela época o comércio todo fechava e a gente vinha ali subindo a avenida Cândido Mendes, conversando com as companheirinhas e a gente via que havia um assédio muito grande às empregadas do comércio por serem meninas pobres que precisavam dos empregos e que tinham medo de reagir porque tinham medo de perder o emprego e eu sempre fui católica e lá no bairro onde nós fomos morar, que era o antigo Igarapé das Mulheres, foi construída uma capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e nós começamos a assistir missa ali, a militar ali e eu comecei a verificar que a gente tinha que se reunir, que a gente tinha que encontrar uma forma da gente combater esse tratamento, esse assédio.¹⁷⁹

¹⁷⁷ Entrevista com Edite Guedes...

¹⁷⁸ BLANCO, J. E. *Op. Cit.*, p. 215-222.

¹⁷⁹ Nascida no município de Afuá, no Pará, em 14 de dezembro de 1939. Aos 11 anos, se mudou para Macapá, onde passou a morar no Igarapé das Mulheres, atual bairro Perpétuo Socorro. Oriunda de família pobre, aos 14 anos começou a trabalhar em uma farmácia. Nessa mesma época, frequentava a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Nela, por meio de alguns padres, conheceu a JOC e deu seus primeiros passos como socialista no movimento. Em 1962, formou-se em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e, no ano seguinte, assumiu o cargo de Secretária Municipal de Educação em Macapá. Começou oficialmente sua carreira política no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo qual foi eleita vice-prefeita de Macapá, no ano de 1985. Em 1986, se elegeu como primeira deputada federal da história do Amapá. Já filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), participou da Assembleia Nacional Constituinte, sendo uma das 26 mulheres

Ao lembrar sua participação no núcleo jocista do bairro Igarapé das Mulheres (depois expandido e denominado de bairro Perpétuo Socorro), situado na área suburbana de Macapá, Capiberibe afirmou que além da JOCF proporcionar um espaço para que mulheres pobres – não só comerciárias como empregadas domésticas – se sentissem seguras para socializar, chegar a uma tomada de consciência sobre as violências sofridas no âmbito laboral e procurar formas de agir e reagir, o movimento realizava a conscientização dos rapazes, para que não se tornassem os responsáveis por assédios vindouros. Por meio do Ver-Julgar-Agir, se refletia sobre questões como: “Ao seu redor, no trabalho, as moças são respeitadas pelos rapazes?”. Nota-se que a JOCF amapaense desafiava, mesmo que indiretamente, os limites da estrutura tradicional familiar imposta às mulheres. Ao mesmo tempo, considerava a família como esfera fundamental da luta por transformações graduais.

Nos artigos do *A Voz Católica* e nos registros de livro de tombo do período em estudo pouco se encontra diretamente sobre o tripé metodológico jocista. Mas, foi possível melhor analisar seu emprego cruzando as fontes impressas com as entrevistas realizadas. As fontes orais também nos auxiliaram na identificação de fatos mais específicos apresentados nas reuniões pelos jovens, no que tange ao espaço amapaense, em adição ao repertório de assuntos comuns ao programa nacional, como: família, trabalho, salário, lazer, namoro, amizade etc. Nesses encontros, os debates eram “bem democráticos”, nas palavras de Santos.¹⁸⁰ Em acréscimo, Bernardo Souza afirmou que “todos tinham direito a voz e a voto”, não apenas o dirigente leigo ou o assistente eclesiástico, quando o último se fazia presente.¹⁸¹ Em artigo do início da década de 1960, o articulista do semanário católico trata de forma genérica da origem e programa da JOC, chegando a mencionar seu método. Contudo, ele caracteriza o movimento como um braço da ação evangelizadora do clero.¹⁸² Outrossim, notamos que a concepção renovadora do papel do laicato também movimentava a Igreja local. É o que aponta artigo publicado na edição de 3 de março de 1963, que compilou o exemplo da Ação Católica da Baviera, estado alemão:

signatárias da Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição cidadã”, marco da redemocratização e da inclusão dos direitos sociais, civis e humanos, após 21 anos de Ditadura empresarial-militar (Entrevista concedida por Raquel Capiberibe, em 4 de junho de 2019, na residência da entrevistada).

¹⁸⁰ Entrevista com Manoel Ferreira dos Santos...

¹⁸¹ Entrevista com Bernardo Souza...

¹⁸² J.O.C. *A Voz Católica*, n. 45, ano I, de 4 de setembro de 1960, p. 1.

A Ação Católica da Baviera vem se opondo energeticamente contra a opinião segundo a qual o leigo seja apenas um ajudante do sacerdote, sustenta a Ação, através de seus membros, que o leigo tem também uma verdadeira missão de deveres espirituais, uma preocupação laica pelo próximo, uma forma de dever espiritual na qual o sacerdote não pode representar-lhe.¹⁸³

Reconhecia-se, então, o leigo como parte ativa da Ação Católica, contestando a visão de que seu papel não passava daquele de auxiliar os sacerdotes, indicando o caminho a uma atuação mais horizontalizada. O articulista segue endossando que no “mundo moderno”, para o qual a Igreja estava se abrindo, a importância do laicato se tornava cada vez mais nítida e acentuada. Dessa forma, o texto compreende a Igreja enquanto comunidade de fiéis, desviando-se da centralidade do clérigo na hierarquia institucional. Na aplicação do método jocista, encontramos o nexos para afirmar que esse movimento de dissidência/renovação católica se iniciou na prática antes das reformas conciliares e do documento de Medellín. Segundo Guedes, “o Vaticano II veio confirmar em vários pontos o objetivo da JOC de tornar a Igreja o grande povo de Deus”.¹⁸⁴ Ao abordar a questão Educação e juventude de uma perspectiva libertadora, a Conferência do Celam em Medellín reconheceu o Ver-Julgar-Agir como método da Igreja, impelindo novos movimentos sociais a usá-lo. Dessarte, a tríade pedagógica passou a receber outras etapas e características.

Estamos de acordo com Jessica Estela Blanco quando a autora argumenta que o principal diferencial da JOC na formação apostólica era o método de revisão de vida, pois este contornava os discursos prontos e o despersonalismo.¹⁸⁵ Evitar uma formação vazia de significado partindo de problemas concretos era a essência do Ver-Julgar-Agir, em conformidade com Eider Fernández e Raúl Blasco, autores que o compreendem como um método de educação para a mobilização. Se entendia que para que os operários pudessem expandir sua inteligência, o conhecimento deveria ser adaptado à alma popular.¹⁸⁶ Por conta disso, materiais de formação, informação e propaganda da JOC possuíam uma linguagem simples, de trabalhador para trabalhador, dentro de uma facilidade de entendimento, de modo a despertar sensibilidade nos jovens, como no caso dos folhetos *Construir* e *Unidas*, instrumentos de animação das reuniões da JOC amapaense, respectivamente destinados à vertente masculina e feminina. Neles constavam temas gerais a serem discutidos. Inicialmente este material era

¹⁸³ A IMPORTÂNCIA do apostolado leigo. *A Voz Católica*, n. 175, ano IV, de 3 de março de 1963, p. 1.

¹⁸⁴ Entrevista com Edite Guedes...

¹⁸⁵ BLANCO, J. E. *Op. Cit.*, p. 211-212.

¹⁸⁶ FERNÁNDEZ, E. D.; BLASCO, R. M. *Op. Cit.*, p. 128-129.

impresso na Guanabara e enviado ao Amapá pela diretoria nacional da JOC. Somente a partir de 1967 ele passou a ser confeccionado no território.¹⁸⁷ Não tivemos acesso a essas e outras fontes diretas da JOC local, como as atas de assembleias, já que, segundo relataram alguns dos membros entrevistados, o pequeno acervo que a entidade mantinha em sua sede ficou abandonado e se perdeu no contexto da Ditadura empresarial-militar. Isto se repetiu com núcleos de outras regiões, que chegaram a sofrer queima de arquivos.

Souza apontou outros temas específicos que preocupavam a entidade: “Se discutia de tudo que estava acontecendo no Amapá nos anos 50 e 60. Discutíamos sobre a educação, sobre o funcionalismo público, porque o Amapá desde essa época demitiu muitas pessoas no seu quadro de pessoal, discutíamos sobre a classe trabalhadora e discutíamos sobre a vida social”. Segundo Lobato, o caráter autoritário do governo de Janary Nunes era reflexo da transferência de seus princípios militares para a vida civil. Nunes travava uma série de sanções e perseguições contra aqueles que criticassem suas ordens, chegando a enquadrá-los como *persona non grata*. Tais perseguições levavam a demissões arbitrárias, aquelas lembradas por Souza. O governador e posteriormente deputado dispunha de poder para admitir e demitir quem quisesse do serviço público e frequentemente conseguia fazer o mesmo na esfera privada.¹⁸⁸ Santos relatou que as demissões ocorriam sem o aviso prévio previsto na CLT, e que diante de fatos como esse a educação jocista desempenhou um papel crucial para uma participação mais informada dos jovens na vida social e política, posto que envolvia o reconhecimento da dignidade e dos direitos da pessoa humana. Isso os levava a perceber as inseguranças generalizadas ligadas a um governo em que as condições de trabalho eram mais influenciadas pelos caprichos e pela concentração de poder nas mãos de Nunes do que pelas leis promulgadas no âmbito do trabalhismo – frutos de intensas lutas operárias e sindicais que pressionaram o poder público e não de mera benevolência e concessão deste, como se louvava na propaganda governamental e política:

Nós fomos tendo consciência da situação dos trabalhadores, já que aqui não existia lei, aqui se obedecia o governador, que era o nomeado capitão Janary Nunes. Então os direitos eram os que eles queriam. E nós conseguimos com a JOC trabalhar a cabeça do jovem e demonstrar que ele não era objeto, era parte integrante da sociedade e de qualquer empresa. Porque o dono tem o capital, mas ele precisa da força de trabalho para crescer. Então se tentou valorizar o máximo possível o trabalho do jovem trabalhador e sua importância no mundo

¹⁸⁷ J.O.C em Marcha. *A Voz Católica*, n. 394, ano VIII, de 13 de maio de 1967, p. 3.

¹⁸⁸ LOBATO, Sidney. Movimentos sociais contra autoritarismos locais e inseguranças estruturais... *Op. Cit.*, p. 234-235.

e no local onde trabalhava. Servia tanto para esclarecer o direito do trabalhador, como dever, como sua formação como um todo.¹⁸⁹

A narrativa de Santos de que o dono do capital depende da força de trabalho para crescer destaca a interdependência entre patrões e empregados, alinhada aos princípios da *Rerum Novarum*. No entanto, isso não denotava a cooptação e a simples reprodução de diretrizes eclesiais pelos jovens, uma vez que eles se sentiam valorizados e passavam a se enxergar não apenas como executores de tarefas, mas como agentes essenciais para um desenvolvimento inclusivo e com justas condições dentro e fora dos locais de trabalho.

Nesse cenário, a educação jocista se aliava à aplicação prática, incentivando, como um dos principais meios para operar mudanças nas condições de vida e trabalho, a sindicalização dos trabalhadores, o que nos permite cotejar proximidades com a Educação popular conduzida pelo MEB na região amazônica, também embasada na pedagogia do Ver-Julgar-Agir e ligada a um projeto de sindicalização rural.¹⁹⁰ No Amapá, o MEB viveu uma fase preliminar sob os ventos de renovação, após membro da Prelazia ser enviado ao Nordeste “para fazer contatos com as emissoras católicas, com objetivo de observar seus planos de trabalho, notadamente no que se refere aos programas educacionais e de extensão rural”. Todavia, o movimento teve sua proposta de educação suprimida e substituída pelo Mobral, organismo do regime ditatorial promotor de um modelo tecnicista de educação.¹⁹¹

Em suma, a ação pedagógica da JOC por meio do método Ver-Julgar-Agir, com seu viés crítico, social e humanitário inspirado pela doutrina católica e pela vida social concreta, ofereceu uma base para a formação de classe e o desenvolvimento de cidadãos mais engajados. Entendemos que a educação jocista teve sua importância potencializada numa realidade de ausência de direitos efetivos, não somente os trabalhistas, mas os mais básicos, ajudando e encorajando os jovens trabalhadores e trabalhadoras a inventarem seu cotidiano dando significado e resistindo às estruturas dominantes. Tal realidade colocava em xeque as promessas da política dos grandes projetos atrelada à política educacional da administração janarista, e vice-versa. A abordagem educativa da JOC oferece luzes que permanecem relevantes no

¹⁸⁹ Entrevista com Manoel Ferreira dos Santos...

¹⁹⁰ Ver: SOUZA, Cláudia Moraes. Vida e trabalho no mundo rural: trabalhadores do Movimento de Educação de Base (1961-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 2, N. 3, janeiro-julho de 2010, p. 281-306.

¹⁹¹ CRONQUETA de Macapá. *A Voz Católica*, n. 199, ano IV, de 18 de agosto de 1963, p. 1. CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1966-1973. p. 729. CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ... *Ibidem*, p. 703.

panorama educacional contemporâneo, desafiando paradigmas dos modelos tradicionais de ensino com sua ênfase nos jovens como agentes transformadores, semeando valores essenciais para um futuro promissor para todos, como: solidariedade, equidade, participação cidadã, justiça e liberdade com responsabilidade etc.

2.3 A JOC na luta por direitos

A ação pedagógica por meio do Ver-Julgar-Agir se articulava aos demais modos de atuação da JOC, que consistiam em reuniões de bairros, assembleias, congressos, retiros, manhãs de formação e atividades de lazer, encontros em que realizavam a promoção social da juventude trabalhadora e de suas famílias nas casas de membros, em espaços cedidos pelas paróquias e, eventualmente, em outros locais, como o Instituto de Educação do Amapá e o Centro Cultural Estudantil.¹⁹² Estes encontros ensejavam debates sobre temas de ordem moral, ética e religiosa. Sobretudo debatiam questões relativas à justiça social, principalmente a precariedade da vida dos trabalhadores amapaenses e da classe popular como um todo. Somando-se a isso, discutiam sobre a cidadania e o papel do jovem na família e na sociedade. Ele era tido pela Igreja como um agente fundamental no enfrentamento dos problemas da modernidade. No *A Voz Católica*, o articulista ressaltava a mensagem do papa à Juventude Católica Portuguesa, que se estendia à juventude amapaense. Nela, ele afirmava a “confiança na juventude, em cuja mão está o futuro do mundo” e a responsabilidade de “fazer penetrar a doutrina social da Igreja nas estruturas da sociedade”.¹⁹³ Para a Igreja, a força da juventude provinha de sua crença “na mudança social e de sua aproximação e articulação com os movimentos sociais”. Força essa que era alvo de preocupação, pois “estava sendo canalizada para outras religiões e para outras organizações operárias”.¹⁹⁴

Não raro patrões e representantes do poder público registraram presença nos espaços de debate e socialização criados pela JOC. Oportunidades nas quais, enquanto corpo representativo, o movimento reivindicava em nome dos trabalhadores e trabalhadoras junto às autoridades, adotando uma postura de diálogo com a classe dominante sob o entendimento de que esta deveria se colocar a serviço da dominada. A opção por um agir que evitava o recurso de greves e manifestações tinha sua inspiração na doutrina social eclesial. O mesmo condicionamento – a bandeira da fé e da moral cristã – inspirava a luta por justiça social segundo seus pressupostos.¹⁹⁵ Para Manoel dos Santos, o diferencial do movimento jocista era

¹⁹² REÚNEM-SE os jovens do Amapá. *A Voz Católica*, n. 284, ano VI, de 04 de abril de 1965, p. 2.

¹⁹³ LISBOA: Juventude Católica Portuguesa estuda “Mater et Magistra”. *A Voz Católica*, n. 186, ano IV, de 19 de maio de 1963, p. 3.

¹⁹⁴ MORAES, Maria Blassioli. *Op. Cit.*, p. 134.

¹⁹⁵ AMARAL, Deivison. *Op. Cit.*, p. 26.

justamente sua orientação cristã, pois a partir dela: “se lembrava muito dos valores éticos e morais, era nesse sentido de tentar ressaltar isso na sociedade, para que fosse construído algo de alguém para servir o povo, sem outro interesse a não ser de ajudar, de promover leis, o povo se movimentava pra isso”.¹⁹⁶

No ano de 1961, a JOC patrocinou o 1º Congresso de Jovens Trabalhadores no auditório do Conservatório Amapaense de Música. Este evento teve o objetivo de estudar e debater os problemas da juventude trabalhadora local e levantar sugestões para solucioná-los. Segundo registro de livro de tombo, ao longo de uma semana ocorreram animados debates e reuniões. Como último ato, os congressistas da federação jocista de Macapá aprovaram o Manifesto às autoridades e ao povo amapaense. Por meio dele, verificamos que o movimento elaborou uma agenda para suas reivindicações. Tais reivindicações teriam surgido em resposta à “gravidade da situação atual do mundo do trabalho em face a problemas morais, filosóficos, sociais e religiosos altamente humanos”. O manifesto põe em evidência que apesar da JOC não possuir alianças formais com sindicatos, partidos, associações trabalhistas e entidades estudantis, comungava com estes uma agenda de reivindicações em comum, o que refletia a heterogeneidade no interior do movimento. Vale lembrar que o movimento possuía não só membros trabalhadores, mas também estudantes. Nazaré Pacheco ingressou na JOC enquanto estudante e apontou o papel da entidade para o estudantado: “O que me serviu de base para um despertar mais tarde para um trabalho profissional, quando comecei como estudante secundária. Isso nos levou quando assumimos um trabalho profissional de ter essa consciência de que sempre temos que trabalhar pela justiça social, pela vida espiritual também. A JOC não desligava o social do espiritual”.¹⁹⁷

Entre as principais demandas da juventude católica, estavam: fundação de novos grupos escolares na capital; funcionamento, melhora de estrutura e aparelhamento das instituições escolares existentes, “como incentivo e complemento à educação de base”; criação de escolas sindicais; realização de palestras educativas para a juventude; ampliação do quadro de professores do ensino secundário; construção de casas operárias; instalação e funcionamento de curso para orientação de domésticas, cujo plano havia sido idealizado pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Macapá; fiscalização eficiente nos locais de trabalho onde existiam empregados menores de idade, a fim de cumprir o que prescrevia a CLT; fixação de jornada de trabalho de 8 horas no ramo comercial, para que os estudantes tivessem

¹⁹⁶ Entrevista com Manoel Ferreira dos Santos...

¹⁹⁷ Entrevista com Nazaré Pacheco...

oportunidades de frequentarem às aulas sem prejuízo de qualquer disciplina; adoção da semana inglesa para o comércio local; assistência hospitalar eficiente à classe pobre; saneamento básico que atendesse às necessidades dos núcleos urbanos do território; e espaços de lazer ao alcance de toda a população, tais como: biblioteca, cinemas, teatro, praças públicas e clubes esportivos, considerando a relação do repouso com a saúde dos trabalhadores.¹⁹⁸ As reivindicações contidas no manifesto da JOC de 1961 apontam que os direitos mais básicos não eram assegurados aos jovens trabalhadores e trabalhadoras.

O direcionamento do manifesto às autoridades públicas mostra que a noção de harmonia e a cooperação entre classes, à luz da doutrina católica, era utilizada como estratégia de negociação pelos trabalhadores católicos. Ao mesmo tempo, consistia numa tática para estes lidarem com os desafios cotidianos da insegurança estrutural. Nesse contexto, a classe dirigente territorial procurava difundir o discurso de cooperação entre trabalhadores, patrões e governo, chegando a apresentar-se como apoiadora da formação de novas associações e sindicatos. Os trabalhadores, por sua vez, souberam utilizar a lógica paternalista em prol de suas necessidades.¹⁹⁹

O incentivo dado pela Igreja para o ingresso de jocistas em entidades sindicais estava diretamente relacionado com o medo do alto clero de que estes espaços fossem tomados por comunistas. Por outro lado, os jocistas enxergavam nos sindicatos a oportunidade de obter maior influência, por vias legais, para agir taticamente em defesa dos trabalhadores. Neste atinente, Bernardo Souza relatou: “Nós íamos para dentro dos sindicatos, nós não nos acomodávamos somente dentro das reuniões, tanto no campo estudantil, como no campo operário católico, nós íamos pra dentro dos sindicatos orientar as lideranças, nós somávamos com eles no sentido de reivindicar os seus direitos”.²⁰⁰ Entre os jocistas que foram sindicalistas no território, destacamos Manoel dos Santos, que passou por curso de sindicalismo cristão na Guanabara e se tornou presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio²⁰¹, filiado à

¹⁹⁸ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 385.

¹⁹⁹ LOBATO, Sidney. *Movimentos sociais contra autoritarismos locais... Op. Cit.*, p. 237-238.

²⁰⁰ Entrevista com Bernardo Souza...

²⁰¹ No dia 15 de outubro de 1962, quando era funcionário da firma Drogarias Zagury, Manoel Santos foi eleito presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio. Na ocasião, também foi escolhida a diretoria, composta por dois homens e duas mulheres: Newton dos Santos (1º secretário), Guilherme Serra (2º secretário), Alexandrina Belém Rodrigues (1ª tesoureira) e Francisca Silva (2ª tesoureira). Segundo artigo da Coluna sindical do *A Voz Católica*, assinado por G. Freitas, a entidade que à época da eleição da nova diretoria possuía apenas um (1) associado e escasso material de expediente, já contava em maio de 1963 com sessenta (60) associados, sede provisória situada na Avenida Coaracy Nunes (n. 92), documentação em ordem, arquivo, materiais necessários, móveis etc. (COLUNA sindical. *A Voz Católica*, n. 185, ano IV, de 12 de maio de 1963, p. 4).

Federação dos Empregados no Comércio do Norte e Nordeste.²⁰² Segundo nota publicada no *A Voz Católica*, quando retornou do curso, este jocista “trouxe muitas noções novas e os propósitos de interessantes iniciativas” para os jovens trabalhadores.²⁰³ Em 1962, sob a presidência desse jocista, o sindicato fez importantes conquistas em benefício dos comerciários de Macapá. Estavam entre elas: a Semana Inglesa e o feriado do Dia do Comerciário (30 de outubro).

A respeito da participação das jocistas na luta por direitos, Nazaré Pacheco enfatizou que existia uma divisão entre JOC e JOCF que “era resquício da questão cultural, foi bastante demorada a libertação, mas a JOC valorizava tanto o trabalho dos rapazes quanto das moças. Era o mesmo tipo de boletim, era a mesma forma de conhecimento, era o mesmo tipo de atividade, tinha mulher indo pro sindicato”.²⁰⁴ Conforme Alejandra Estevez, no Brasil a JOCF não esteve associada a nenhum movimento feminista, mas focava em melhorar a vida dos trabalhadores em geral por meio da mobilização de gênero, devido à identificação mais forte e maior proximidade entre as jovens, seguindo a diretriz de divisão por sexo que permaneceu mesmo após a transição do modelo italiano de Ação Católica para o modelo belga, francês e canadense.²⁰⁵

Outra tática da JOC para garantir o bem-estar dos jovens trabalhadores eram os serviços sociais e de lazer. Em datas comemorativas realizavam promoções, piqueniques, quermesses, peças teatrais com temas da vida juvenil, festas dançantes (com a presença da banda territorial ou do conjunto JOC), campanhas, bingos e competições esportivas, nas quais angariavam fundos e divulgavam o trabalho dos jovens operários, objetivando atrair outros jovens para a entidade. Conforme registro de livro de tombo de 1966, muitas foram as festividades realizadas até este ano por membros de associações ou escolas paroquiais, das quais destacaram-se aquelas organizadas pelas Filhas de Maria, as JOCs dos diversos bairros de Macapá, os Escoteiros da Tropa São Jorge e a Escola Paroquial São José.²⁰⁶

Ademais, Bernardo Souza relatou em entrevista que uma bandeira de luta comum e discutida por todos os movimentos juvenis do TFA nos anos iniciais da década de 1960, incluindo a JOC, era a elevação do Amapá à categoria de Estado. Este jocista pertenceu ao Grêmio Literário e Cívico Acelino de Leão, que apoiou o chamado Movimento Popular Pró-

²⁰² COLUNA sindical. *A Voz Católica*, n. 188, ano IV, de 2 de junho de 1963, p. 4.

²⁰³ PRELAZIA em foco. *A Voz Católica*, n. 307, ano VI, de 12 de setembro de 1965, p. 1.

²⁰⁴ Entrevista com Nazaré Pacheco...

²⁰⁵ ESTEVEZ, Alejandra. *A Igreja e os trabalhadores católicos... Op. Cit.*, p. 92-93.

²⁰⁶ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de tombo*. Macapá: Mimeo, 1966-1973. p. 625.

Estado do Amapá.²⁰⁷ O referido movimento contou com a franquia de dois dos mais prestigiosos órgãos da imprensa local: *A Voz Católica* e *Folha do Povo*; o último fundado pelo PTB-AP, partido da oposição aos grupos hegemônicos janaristas. Por meio da imprensa católica, as juventudes apontavam as incongruências entre o discurso governamental e a realidade social e defendiam a transformação do Amapá em Estado como caminho fundamental para a resolução dos problemas ligados ao autoritarismo presente desde o primeiro governo do TFA e que prevalecia na administração do tenente-coronel Terêncio Porto (1962-1964), indicado pelo então deputado Janary Nunes.

Em artigo publicado no *A Voz Católica* em 1963, o articulista identificado com as siglas A. R (possivelmente temendo algum tipo de represália) fez críticas ao governo, defendendo que o território fosse elevado a uma condição de autonomia política e administrativa. Isto é, que fosse transformado em Estado, deixasse de ser controlado por agentes nomeados pelo presidente da república e pudesse finalmente escolher seus próprios representantes. Ganhando, assim, capacidade de organização e poder de decisão no que tocava à política desenvolvimentista – alvo de denúncia do articulista. Segundo ele, o que figurava no discurso governamental como “modernização” havia sido um progresso implantado de forma inadequada e desprovida de atenção à realidade social. No bojo desta política, destaca o movimento migratório, intensificado pela promessa de melhores condições de vida e de trabalho na fronteira da expansão capitalista. Entretanto, para o articulista, o foco da propaganda em torno do Estado e do Capital, por meio de empresas como Icomi e CEA, acobertava questões alarmantes, como o desemprego e a prostituição.²⁰⁸ No mesmo ano, o Movimento Popular Pró-Estado do Amapá lançou manifesto convocando todas as camadas territoriais “nas cidades, nos campos, nas estradas, nos roçados, na beira dos rios e dos lagos, funcionários, comerciantes, industriais, comerciários, produtores e assalariados de qualquer categoria e associações de toda natureza (classistas, desportivas ou estudantis)” a somar vozes pelo futuro estado.²⁰⁹

Em conformidade com Adalberto Paz, a opinião pública ao longo dos anos de 1960 mostrava-se gradualmente insatisfeita com a falta de participação da sociedade local nos lucros obtidos pela Icomi. Por isso, “a luta pela revisão do contrato de exploração durante algum tempo uniu-se ao desejo de elevação do território à condição de Estado. Mas a queda do presidente João Goulart liquidou as últimas esperanças de desenvolvimento ancoradas em um

²⁰⁷ Entrevista com Bernardo Souza...

²⁰⁸ O GOVERNO é responsável. *A Voz Católica*, n. 182, ano IV, de 21 de abril de 1963, p. 3.

²⁰⁹ MOVIMENTO popular pró-Estado do Amapá. Manifesto. *A Voz Católica*, n. 191, ano IV, de 23 de junho de 1963, p. 4.

aproveitamento ‘eficiente e justo’ do manganês”.²¹⁰ Apenas após o fim de 21 anos de ditadura empresarial-militar e com a redemocratização do país, o Amapá se tornaria estado.

Ao longo desta seção, exploramos a formação e os diferentes modos de atuação da Juventude Operária Católica no Amapá, destacando seu papel na promoção dos direitos dos trabalhadores, na defesa dos valores cristãos e na busca por justiça social. Apesar de se apresentar como movimento apartidário, a linha de atuação da entidade era compatível com o reformismo de esquerda, ao buscar melhorias por dentro da ordem estabelecida, sem deixar de criticá-la. Tal posição estava em sintonia com a doutrina social eclesial na *Rerum Novarum* e se manteve mesmo com as mudanças trazidas pelo pontificado de João XXIII e o Vaticano II. Por outro lado, se ligava a um período de intensa participação política dos trabalhadores em todo país, onde o reformismo ganhou relevo estimulado por uma maior conscientização sobre as questões sociais e pela demanda por mudanças estruturais. Entre 1957 e 1964, a JOC amapaense marcou a Igreja e o mundo do trabalho na Amazônia com a passagem da concepção de salvação individual para a renovadora prática de um catolicismo engajado, com responsabilidade social e preocupado com a salvação integral, abrangendo os diversos aspectos da vida humana, não só o espiritual.

²¹⁰ PAZ, Adalberto. *Op. Cit.*, p. 214.

SEÇÃO III - A CRISE DA JOC NOS ANOS INICIAIS DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1968)

Esta seção tem como objetivo analisar e compreender os eventos que levaram à crise da JOC nos anos iniciais da Ditadura empresarial-militar, entre 1964 e 1968. A mais ostensiva presença da classe trabalhadora na cena política nos anos que antecederam o Golpe de 1964 foi vista como ameaça para o projeto de poder dos grupos hegemônicos. Estes passaram a combater as esquerdas e todo e qualquer sujeito ou grupo que remetesse aos seus valores ou estivessem engajados na luta por uma democracia na qual as camadas populares se reconhecessem como parte integrante e ativa no processo histórico. Nesse sentido, se combateu o avanço do movimento sindical e dos movimentos sociais, que dispunham de protagonismo político, liderando greves e outras ações, sob a justificativa de reestabelecimento da ordem social e do progresso econômico no país.²¹¹

Compreendendo que a ordem empresarial conduziu o processo que culminou no Golpe, sendo em seguida a fração da sociedade civil mais beneficiada pela ditadura, aderimos nesta seção ao conceito de Ditadura empresarial-militar. A opção feita se baseia nas ponderações realizadas pelo historiador Demian Bezerra de Melo a respeito da terminologia “civil-militar”. Adotada por parte da historiografia, esta perspectiva carrega o risco de encobrir os fortes interesses classistas por trás do regime ditatorial, em nome de uma mistificação amparada na ideia de apoio generalizado da sociedade brasileira. O autor contrapõe essa perspectiva apresentando dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) no período. A pesquisa levantada aponta que o governo Jango e as Reformas de Base contavam com expressiva popularidade, ou seja, o Golpe não teve respaldo da maioria da opinião pública e sim de determinadas parcelas da sociedade, as quais se identificavam pela comum oposição à participação popular nos rumos políticos.²¹² O cientista político René Dreifuss, em sua tese de doutoramento, foi um dos pioneiros no esforço para problematizar a participação de setores civis no Golpe de 1964. Entretanto, como reforça Melo, este estabelece um bem definido recorte de classe: o envolvimento político de empresários. Dreifuss enfoca principalmente o papel das elites políticas, econômicas e militares na ascensão do regime ditatorial, sobretudo das

²¹¹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

²¹² MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 168-172.

organizações anticomunistas Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e suas ligações empresariais.²¹³

Para que a política nacional e centralizadora da Ditadura fosse implantada, a aliança entre o Estado e o grande capital nacional e estrangeiro buscou impor forçosamente uma estabilidade política, especialmente na Amazônia, tida como área de importância estratégica para a criação de um “império de recursos naturais internos”, integrados aos grandes centros econômicos do país. Em 1966, o presidente Mal. Castello Branco proferiu em Macapá o discurso de apresentação da Operação Amazônia. Tratava-se de uma agenda de políticas desenvolvimentistas que, na retórica das classes dominantes (aliança empresarial-militar), impulsionaria a soberania nacional e o progresso nas áreas subdesenvolvidas desta “imensa região”.²¹⁴ Os projetos de modernização capitalista para o espaço amazônico não eram novidade, estando presentes sob a justificativa de busca da integração nacional desde o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Essas políticas incluíam a construção de infraestrutura e incentivos fiscais para o capital privado. Contudo, elas ocasionaram conflitos sociais e a repressão aos trabalhadores rurais, posseiros, seringueiros, comunidades quilombolas, ribeirinhas e povos indígenas, destituídos de suas terras por grandes empresários. Além disso, resultou na devastação de vastas áreas florestais para a implementação dos projetos.²¹⁵ O governo militar chegou a passar por um período conhecido como “milagre econômico”, marcado pelo rápido crescimento econômico entre o final dos anos de 1960 e início de 1970. Todavia, este crescimento “beneficiou principalmente as classes de renda alta e se concentrou regionalmente no Sudeste, particularmente ao redor da grande área metropolitana de São Paulo, o que criou uma das sociedades mais desiguais do mundo”²¹⁶. Enquanto isso, os movimentos sociais que lutavam pelos direitos trabalhistas e humanos enfrentavam um dos períodos mais dramáticos de repressão arbitrária e violência estatal, sustentada ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional.

Os militantes da JOC brasileira estiveram entre as principais vítimas deste sistema autoritário. No Amapá, a perseguição sistemática contra membros do movimento teve início

²¹³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

²¹⁴ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam. *Operação Amazônia (discursos)*. Serviço de Documentação e Divulgação: Belém, PA, 1968.

²¹⁵ NETO, Vitale Joanoni; NETO, Regina Beatriz Guimarães. Amazônia: políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-1985). *Anuário IEHS*, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019.

²¹⁶ BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006. p. 86-88.

desde os instantes seguintes ao Golpe de 1964, com membros que passaram a ser monitorados pela rede de espionagem do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964. Constatamos que dois e possivelmente mais jocistas estiveram envolvidos em um movimento de defesa ao presidente deposto. Contudo, por contar com o apoio do bispo Dom Aristides Piróvano, o movimento conseguiu sobreviver sendo relativamente tolerado até o início dos “anos de chumbo”, quando da instauração do Ato Institucional n. 5 (AI-5).

Nesse contexto, notícias sobre os ataques à JOC nacional e regional chegavam ao território amapaense principalmente por meio de clérigos, que atuavam como mensageiros na ausência de uma imprensa livre, contribuindo para um estado de alerta entre os jocistas. Dos núcleos locais ao Comitê Nacional, a repressão levou ao enfraquecimento dos mecanismos de divulgação, implantação e formação da entidade, dificultando cada vez mais sua continuidade.

Além dos artigos do jornal *A Voz Católica*, dos registros de livro de tombo e das entrevistas com antigos jocistas, realizamos uso complementar de documentos do extinto SNI, transferidos por meio do Decreto n. 5584, de 18 de novembro de 2005, para o Arquivo Nacional. As informações e contrainformações contidas neste tipo de documentação, composta principalmente por dossiês identificados pela sigla ACE – Arquivo Cronológico de Entrada, tinham como função orientar e legitimar as operações repressivas. Conforme Caroline Bauer e René Gertz, os historiadores sociais costumam consultar os arquivos de regimes repressivos em busca de informações a respeito de grupos marginalizados da sociedade.²¹⁷ Alinhados aos estudiosos deste campo, consultamos o acervo documental do Arquivo Nacional com o intuito de levantar informações sobre assistentes e membros da JOC que foram alvo de perseguições, com vistas a problematizar as justificativas do regime ditatorial para o monitoramento e as ações opressivas contra os jocistas.

3.1 A ditadura e a desarticulação da JOC amapaense: um olhar sobre os assistentes eclesiais e os militantes

Entre algumas críticas do clero que atuava ao lado dos leigos na linha de promoção humana sobre as medidas repressivas, parte da hierarquia católica apoiou os militares na fase inicial do regime ditatorial, por comungar com estas concepções políticas e sociais conservadoras.²¹⁸ Na análise de artigos do jornal *A Voz Católica*, identificamos a posição predominantemente conservadora do bispo Aristides Piróvano em relação às Reformas de Base,

²¹⁷ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 173-193.

²¹⁸ BISPOS sobre o movimento revolucionário. *A Voz Católica*, n. 243, ano V, de 21 de junho de 1964, p. 1.

à ascensão dos movimentos sociais no governo de João Goulart (1961-1964) e ao Golpe de 1964, bem como sinais de que a instituição esteve entre os agentes que embora tenham visto positivamente a tomada do poder pelos militares, chegando a contribuir com as forças golpistas, principalmente no âmbito discursivo devido à preocupação com o suposto “perigo vermelho” no Brasil e em toda a América Latina, não necessariamente apoiaram a ditadura. Afirmamos isso com base na existência da expectativa de eleições em 1965²¹⁹ e da realização das reformas de base pelos militares²²⁰. Neste atinente, aderimos à interpretação de Caroline Cubas, a qual afirma que embora a instituição tenha difundido o discurso anticomunista, já no período do Golpe é possível identificarmos padres e freiras contrapondo tal pensamento, o que para a autora, não significa uma incoerência ou insubordinação, mas evidencia o caráter heterogêneo que constitui a Igreja Católica.²²¹

Por outro lado, no pré-Golpe as preocupações com os problemas enfrentados pelos camponeses e operários também ganharam espaço nas páginas do jornal, evidenciando o viés social, humanitário e reformista do catolicismo. Arthur Rafael (integrante do grupo de oficina do *A Voz Católica*) afirmava: “Há um pensamento reformista em todo Brasil”. A asserção de Rafael tratava-se das movimentações dos setores da vida nacional, uma “gama de gente e de classes” que objetivava participar do processo de desenvolvimento brasileiro. O autor do artigo argumenta que as mudanças nesse contexto eram acompanhadas por problemas sociais, destacando aqueles que impactavam os camponeses e operários. Rafael aponta que a especialização do operário brasileiro e do avanço tecnológico industrial levava os trabalhadores e trabalhadoras a reivindicarem aumentos de salários dos patrões, os quais correspondessem aos lucros auferidos pela empresa. Sobre o mundo do trabalho rural, advertiu: “já não podemos fazer o homem do campo se conformar com sua forma de vida subumana, como se isto fosse ato normal e resultado de determinações extraterrenas”.²²²

Em 1963, a imprensa católica no Amapá declarava ter sido vítima de “ataques, intimidações, ameaças abertas e veladas”, o que atesta as investidas de controle autoritário do governo sobre o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação antes mesmo do Golpe de 1964, não restritas aos jornais de oposição.²²³ Já instaurada a ditadura, este cerceamento foi oficializado pelo governo do Cel. Terêncio Porto, que ordenou a censura ao semanário em uma reunião reservada em seu gabinete, nomeando Newton Cardoso como censor no dia 14 de abril

²¹⁹ OCORRE no Brasil. *A Voz Católica*, n. 205, ano IV, de 29 de setembro de 1963, p. 1.

²²⁰ OCORRE no Brasil. *A Voz Católica*, n. 262, ano VI, de 1 de novembro de 1964, p. 4.

²²¹ CUBAS, C. J. *Op. Cit.*, p. 435.

²²² PERSPECTIVAS brasileiras. *A Voz Católica*, n. 188, ano IV, de 2 de junho de 1963, p. 3.

²²³ HOJE aniversaria nosso jornal. *A Voz Católica*, n. 210, ano V, de 3 de novembro de 1963, p. 1.

de 1964. No entanto, em 28 de abril, a ordem foi revogada em todo o território.²²⁴ Ainda que tenha adotado em maior número argumentos fundamentados na harmonia e colaboração entre classes, o semanário chegou a abrigar discursos divergentes em relação ao *status quo* em algumas de suas seções. Como exemplo disso, em nota publicada pelo *A Voz Católica* no dia 29 de março de 1964, a redação repudiou o ato de arrombamento e danificação das oficinas do jornal de oposição *Folha do Povo*. O semanário prestou solidariedade aos seus membros e solicitou que as autoridades investigassem de onde havia partido o gesto enquadrado como antidemocrático. E mais: advertiu que a violência não calaria a imprensa.²²⁵

Mas, conforme Dorival Santos, foi Luís Mendes da Silva o responsável por consolidar as diretrizes ditatoriais, desencadeando uma onda repressiva no Amapá. Governador de 1964 a 1967, entre as suas primeiras ações administrativas esteve a nomeação de um novo prefeito, o qual demitiu diversos servidores sem atenção ao processo legal.²²⁶ Segundo Bernardo Souza, Mendes da Silva tomou uma série de medidas repressivas contra os jovens, como a extinção de grêmios estudantis, o fechamento de sindicatos e a restrição às reuniões: “Ficou restrito, grupos muito vigiados, como era o caso da educação, da religião, em que às vezes se estava celebrando uma missa e entravam olheiros do regime militar pra verificar o que se estava falando, o que se estava discutindo”.²²⁷ Quanto a isso, Nazaré Pacheco relembrou que o Pe. Caetano Maiello, assistente da JOC, foi bastante visado: “Às vezes até nas próprias homilias, ele era observado pra ver se na homilia ele não estava insinuando algo contrário ao governo. Eles entravam e todo mundo sabia”.²²⁸

A JOC começou a perder sua força logo nos momentos seguintes ao Golpe de 1964, continuando a existir e atuar, mas deixando de realizar suas atividades e de atrair os jovens com o mesmo vigor de antes. Segundo Adamor Oliveira, a JOC amapaense era progressista e esta característica era vista como subversiva pelos militares:

Alegaram que nós éramos comunistas porque nós falávamos muito do social, do trabalho na fábrica ou em qualquer lugar, do respeito que o operário merecia, da evolução que deveríamos buscar. Crescer, caminhar, formar um plano e dar passos largos no sentido da formação espiritual e profissional. Nós falávamos muito disso e de sindicalizar os grupos de trabalho por classes e isso não agradou à ditadura militar, pois, para os militares, nós éramos contrários à ordem social, quando absolutamente não, a filosofia da JOC era de valorização

²²⁴ A RESPEITO de uma censura. *A Voz Católica*, n. 235, ano V, de 26 de abril de 1964, p. 3.

²²⁵ CRONQUETA de Macapá. *A Voz Católica*, n. 231, ano V, de 29 de março de 1964, p. 1.

²²⁶ SANTOS, Dorival da Costa. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação (1964/1974)*. Dissertação (mestrado em História Social). Campinas: Unicamp, 2001. p. 49-53.

²²⁷ Entrevista com Bernardo Souza...

²²⁸ Entrevista com Nazaré Pacheco...

da classe operária, era de partir para um progresso e se estabilizar na vida como cristão e ser humano. Essa era a nossa finalidade precípua. O movimento era progressista, mas foi interpretado pelos governantes que nós éramos subversivos, éramos comunistas, inclusive aconteceu de muitos colegas nossos serem presos em outros estados.²²⁹

Em artigo publicado no *A Voz Católica* em 1964, o articulista apontaria a discordância de parte do clero com a radicalização da cúpula da JOC, da JUC e da JEC, criticadas pela “ação comunizante” instigada pela Ação Popular.²³⁰ Conforme o relato de Oliveira, ao debater sobre questões sociais, o trabalho, o respeito ao operário e a sindicalização, a JOC promovia ideias consideradas perigosas para o Regime empresarial-militar, que enxergava qualquer forma de organização popular como uma ameaça à sua estabilidade no poder. Mesmo que os objetivos da entidade fossem principalmente religiosos e de valorização da classe trabalhadora e ainda que ela não tenha feito alianças formais com organizações revolucionárias de esquerda, o Regime interpretava suas atividades como subversivas e comunistas, o que levou à perseguição e prisão de seus membros em diferentes regiões do país. O *A Voz Católica* registrou a ocorrência de prisões de agentes ligados ao movimento estudantil e aos sindicatos no TFA:

Relativamente elevado foi o número de prisões efetuadas no Amapá, como consequência da crise que abalou o país semana passada. Uns elementos ligados à política estudantil e aos sindicatos foram presos só para serem ouvidos, sendo logo soltos. Outros ficaram detidos, incomunicáveis, na Fortaleza de São José de Macapá. Outros ficaram na Permanência da Polícia de Macapá.²³¹

No caso da JOC amapaense, entre as maiores ofensivas estiveram as ordens de prisão expedidas contra alguns jocistas, o que não se concretizou tão somente pela intervenção do bispo, que se responsabilizou pelos jovens.²³² Sobre a proteção oferecida pelo bispo, Bernardo Souza relatou o seguinte:

Em 1964, quando chega o primeiro governador mandado pelas Forças Armadas, o general Luís Mendes da Silva, ele resolveu mandar prender e sumariar várias pessoas conhecidas da época que faziam parte dos sindicatos e dos movimentos como a JOC. Foi graças à intervenção de Dom Aristides Piróvano, bispo de Macapá, que se posicionou firmemente contrário a essa decisão, em que muitos de nós seríamos presos e julgados sumariamente sem direito de autodefesa, ficamos de fora.²³³

²²⁹ Entrevista com Adamor Oliveira...

²³⁰ JUVENTUDE. *A Voz Católica*, n. 247, ano V, de 19 de julho de 1964, p. 2.

²³¹ PRISÕES em Macapá. *A Voz Católica*, n. 233, ano V, de 12 de abril de 1964, p. 1.

²³² Entrevista com Manoel Ferreira dos Santos...

²³³ Entrevista com Bernardo Souza...

Dessa forma, Dom Aristides Piróvano possuía um posicionamento ambíguo, tendo em vista sua orientação anticomunista²³⁴, mas também de apoio à ação social da juventude católica. Como apontaram alguns antigos jocistas em entrevista, o catolicismo funcionou naquele momento como um alibi para provar o não envolvimento dos jovens com o Comunismo, então criminalizado. O princípio do respeito para com a Igreja e seus representantes, porém, não foi suficiente para livrar os jovens e até mesmo os clérigos de todas as ações opressivas nos primeiros anos da ditadura. Em entrevista concedida à Comissão Estadual da Verdade (CEV-AP), Josias Nogueira Hagen Cardoso relatou que foi preso em 1968, ficando incomunicável na cela subterrânea da Delegacia de Investigação e Captura (DIC)²³⁵, sofrendo constantes maus tratos e agressões por ordem do capitão de corveta Luiz Gonzaga Vale, diretor da divisão. Este jocista, estudante secundarista e petebista, fazendo uso de pseudônimo, colaborou com alguns artigos esporádicos de a *Folha do Povo* e participou de movimentos pró-Jango e contrários à ditadura.²³⁶

Nesse contexto, foi criado um amplo aparato legal e organizativo, com a função de implantar, consolidar, legitimar e oferecer instrumentos de anulação e aniquilação dos opositores do regime antidemocrático. Dessa forma, determinou-se um conjunto de decretos, atos e leis, culminando no acirramento da repressão com a promulgação do AI-5, em 1968. Dentro do simulacro de defesa da lei e da ordem democrática, organismos estatais foram implementados e incumbidos da espionagem, repressão, coleta e processamento de informações e contrainformações. Entre estes órgãos, destacamos o SNI, fundado em 1964.²³⁷

Por meio de arquivos do SNI (um dos pilares da repressão), constatamos a diversidade de mecanismos do aparato repressivo no Amapá, contrapondo a interpretação de Dorival Santos de que tirando proveito da mentalidade mitológica e tradicional existente no Território Federal do Amapá, a repressão na região teria sido mais voltada para aspecto ideológico do que para o

²³⁴ LUZ & sombras. *A Voz Católica*, n. 234, ano V, de 19 de abril de 1964, p. 3.

²³⁵ Prédio onde atualmente funciona o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, situado no centro de Macapá.

²³⁶ Nascido no município de Calçoene-AP. Estudou na Escola Industrial de Macapá, colégio para rapazes, onde se interessou e se envolveu na política partidária e estudantil. Foi presidente do Grêmio Dionísio Barros, participou da Uecsa nos anos iniciais da década de 1960 e fez parte do PTB no Amapá, tendo se filiado em 1958. Além disso, foi membro da JOC (CARDOSO, Josias Nogueira Hagen. *[Depoimento]* concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 19 set. 2014. CEV – COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA “CHAGUINHA”. *Relatório*. Macapá: CEV-AP, 2017).

²³⁷ SANTOS, Marcos Roberto Brito. Os militares contra padre José Comblin: cristianismos de esquerda e direita no Brasil da ditadura. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Anpuh, Ano XI, n. 32, Set./Dez. 2018. p. 104.

coercitivo.²³⁸ Dom Aristides, assistente permanente da JOC e maior autoridade da Igreja local, não ficou de fora da extensa lista de homens e mulheres monitorados por serem considerados ameaças para a ordem imposta pela aliança empresarial-militar. Apesar de difundir o anticomunismo e apoiar inicialmente o Golpe de 1964, o bispo foi classificado pelos agentes do SNI como o responsável pela orientação do clero amapaense assentada em teses socialistas.²³⁹

As atuações de Caetano Maiello e Jorge Basile nos meios juvenis eram apontadas pelo SNI como razões para que o governo local tomasse medidas para afastá-los das funções eclesiásticas no TFA. Isso teria levado Dom Aristides Piróvano a declarar em Roma, no ano de 1972, que o governo e o Exército estavam impondo silêncio à Igreja, além de continuarem torturando presos políticos. O referido pronunciamento teria vindo à público no Senado Federal em outubro do mesmo ano. Para o SNI, o governo local estava apenas agindo para evitar que a Igreja participasse de atividades que considerava “estranhas” à instituição. Sobre isso, o historiador Marcos Santos destaca que:

Os generais e demais agentes do regime não pouparam nem integrantes do episcopado da denúncia de subversão, e enxergavam nas novas concepções teológicas e diretrizes de atuação sociopolítica do clero católico, um desvio da doutrina cristã e da sua função especificamente religiosa na sociedade. Para eles, o cristianismo não apresentava nada de subversivo, sendo antes o afastamento da verdadeira doutrina cristã, e a aproximação de concepções externas, o que levava setores do clero naquele momento a reflexões e práticas de oposição ao regime militar.²⁴⁰

Por suas atividades políticas, jocistas chegaram a ser monitorados pela rede do SNI antes e depois de deixarem a entidade, como nos casos de Manoel Santos e Raquel Capiberibe. Sobre o comerciário Manoel, o arquivo traz referências à denúncia feita contra ele por informantes no Departamento de Ordem Política e Social (Dops-AP), motivada por ter sido um dos idealizadores do movimento de apoio ao presidente João Goulart quando do Golpe (no texto usa-se o termo “revolução”) de 1964. Além disso, trata de sua atuação no movimento sindical, especificamente sobre sua escolha para concorrer à eleição do corpo diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Pará e Território Federal do Amapá,

²³⁸ SANTOS, Dorival. *Op. Cit.*, p. 23.

²³⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Informação N. 22/607-A/72*. Brasília-DF: Divisão de Segurança e Informações, 15 mar. 1972. Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72046316_d0001de0001.

²⁴⁰ SANTOS, Marcos. *Op. Cit.*, p. 107.

em 1978. Tais dados foram repassados pelo Ten. Cel. Ulysses Pinto Corrêa Netto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Pará (DRT-PA), atendendo à solicitação do Del. Oscar Nogueira.²⁴¹

Santos também foi presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Território Federal do Amapá (PMDB-AP), agremiação política que deu continuidade ao MDB, partido de oposição consentida ao regime, composto por políticos provenientes de partidos extintos pela ditadura, entre os quais, o PTB. Os professores Bernardo Souza e Raquel Capiberibe também foram filiados, o que aponta para os desdobramentos políticos da formação recebida na JOC e na JOCF na luta pela democracia. Ademais, indica que os antigos jocistas resistiram à ditadura com as ferramentas possíveis no contexto de um regime repressor.

Como apontam artigos do *A Voz Católica* e registros de livros de tombo, a JOC seguiu sendo relativamente tolerada até 1968, quando ocorreu sua total desarticulação. Em um contexto de fechamento ainda maior dos canais de participação dos trabalhadores e trabalhadoras, o movimento atuou como uma importante alternativa de reação, ajudando a evitar a asfixia completa da classe trabalhadora pelo menos nos anos iniciais da ditadura. Nas páginas de *A Voz Católica*, encontramos sinais de que no Amapá a JOC permaneceu reformista após o Golpe de 1964, lançando suas críticas ao sistema, sem defender um rompimento com este. Assim, o movimento não se radicalizou como sua cúpula.

Entre 1966 e 1967, a JOC do Brasil realizou campanha de inquéritos, pesquisas e debates sobre o tema “O tempo livre do jovem trabalhador”. Em encontro nacional no mês de setembro de 1967, os resultados da campanha foram estudados e como resultado a entidade lançou ao país o Manifesto da Juventude Operária Católica Brasileira, tendo a encíclica *Populorum Progressio* como base de suas afirmações. Este foi enviado por secretários e federações locais e regionais aos agentes representativos. Segundo o articulista do *A Voz Católica*, nele os jocistas reivindicavam reformas urgentes para que o desenvolvimento acontecesse, fazendo dolorosas constatações acerca da realidade operária brasileira, marcada pelas injustiças existentes e por abusos denunciados pelo movimento. A respeito de como as políticas econômicas do regime afetaram a classe trabalhadora nesse período, Octavio Ianni discorre que:

A política de arrocho salarial adotada, para servir como técnica de combate à inflação, na prática consolidou-se como uma política de crescente exploração dos assalariados, principalmente operários. A

²⁴¹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação N. 0466/700/ABE/78. Belém-PA, 28 Mar. 1978. Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002594_d0001de0001.pdf.

despeito das alterações introduzidas na legislação, desde 1964 o Estado retirou completamente da classe operária qualquer possibilidade de influenciar ou alterar os níveis salariais. Além da repressão política e da censura, muitos sindicatos foram postos sob intervenção governamental, precisamente porque os operários e os dirigentes sindicais queriam levar adiante reivindicações destinadas a contrabalançar o rebaixamento do salário real.²⁴²

O Cel. Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho, enviou telegrama à federação regional da JOC de Belém se declarando solidário aos princípios expostos, embora confessando que o ministério por ele dirigido obstaculizava qualquer providência radical. Isso enquanto na realidade era um dos líderes da repressão aos movimentos de Ação Católica Especializada no Pará. A JOC de Macapá recebeu cópias do manifesto e enviou às autoridades e personalidades da comunidade interessadas no assunto. O articulista asseverou que nem todas as ideias contidas no documento foram aceitas unanimemente, apontando o tom político do momento.²⁴³

Conforme argumenta Mainwaring, por causa das perseguições e da repressão, ficou mais difícil para o laicato atuar, o que levou padres e freiras a assumirem maiores responsabilidades na defesa dos direitos humanos. Dessa maneira, cada vez mais tornavam-se alvos dos ditadores. A decretação do AI-5 foi um marco do agravamento desses conflitos. Exemplos envolvendo assistentes eclesiais do movimento foram destacados pela historiografia. Eles também contribuíram para a crise da JOC. Entre estes, os casos dos padres Antônio Henrique Pereira Neto, assistente da JOC e primeiro clérigo assassinado por tropas de segurança no Brasil, em 1969, e José Comblin, assistente da JOC em Campinas e posteriormente assessor na Arquidiocese do Recife (a convite de Dom Helder Câmara), vigiado, perseguido e expulso do Brasil no ano de 1972.²⁴⁴ Segundo estudo de Santos acerca do conflito envolvendo o Pe. José Comblin e o Regime empresarial-militar, este foi monitorado pelo SNI mais detidamente após a divulgação do “Documento Comblin” (1968), como ficou conhecido pela opinião pública o texto que este clérigo redigiu sobre a situação de subdesenvolvimento, opressão e pobreza vivenciada pela América Latina, com base no texto preparatório enviado pelo Celam como suporte para a reunião do episcopado. Nele, Comblin fez críticas à atuação da Igreja, defendendo que a instituição deveria tomar posição mais radical, aderindo à “revolução social” como condição para o desenvolvimento. Informação difundida por órgão do Ministério da Aeronáutica, o que revelava o monitoramento dos aparelhos de informação

²⁴² IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 110.

²⁴³ JOC lança manifesto em Macapá. *A Voz Católica*, n. 431, ano IX, de 27 de janeiro de 1968, p. 6.

²⁴⁴ MAINWARING, S. *Op. Cit.*, p. 119-121.

sofrido pelo padre, descrevendo sua passagem por Belém do Pará para a realização de conferências com o tema “A Igreja pós-conciliar ante a realidade sócioeconômica na América Latina”.²⁴⁵

No Amapá, ocorreu um caso de expulsão local ainda pouco conhecido pela historiografia, cuja vítima foi o Pe. Caetano Maiello. Segundo registro de livro de tomo, por seu trabalho nos meios de comunicação social, como no *A Voz Católica*, onde “defendia o direito e a justiça”, e na Rádio Educadora São José²⁴⁶, em que era encarregado da organização dos programas e da direção da parte artística, bem como por sua atuação em benefício das juventudes, como a assistência à JOC e ao movimento estudantil da Prelazia e a direção do Centro Cultural Estudantil, começou a ser perseguido pela polícia, que o obrigou a sair do território em 1973.²⁴⁷ Maiello passou a ser monitorado de perto especialmente após ter publicado no *A Voz Católica* manchete sobre a morte de Carlos Marighella, com o título “Morreu um grande brasileiro. Assassinado”. As palestras que Caetano proferia também ocasionavam atritos com as autoridades locais, que classificavam seu conteúdo como propaganda subversiva. Outro fator apontado para sua perseguição era o trabalho ao lado de Elcy Rodrigues Lacerda, militante dos movimentos estudantis de Macapá e Belém, monitorado em 1972. Este padre foi classificado em informação difundida pelo Ministério da Aeronáutica como um “expert” em assuntos relacionados aos jovens, com atuação dirigida à massa operária e estudantil, tendo desempenhado as mais diversas funções em institutos e educandários religiosos, sob a orientação da CNBB.²⁴⁸ Para o SNI, Maiello transmitia ideias proselitistas e

²⁴⁵ SANTOS, Marcos. *Op. Cit.*, p. 115.

²⁴⁶ A Rádio Educadora foi fundada no Amapá em 1968. A maioria de seus locutores e redatores eram jovens considerados demasiadamente libertários. Os padres Caetano Maiello e Jorge Basile gerenciavam a rádio por trás da direção oficial da professora Maria das Dores Corrêa, que assumiu o cargo de procuradora por conta da lei que proibia estrangeiros de ocuparem cargos de administração em emissoras de rádio e televisão. Os jornalistas da Rádio Educadora São José apontavam pelo recurso da crônica, por exemplo, os problemas do Território Federal do Amapá, lançando suas críticas ao governo. Alguns dos locutores foram alvos de censura do regime, entre os quais os padres Caetano e Jorge, sendo obrigados a andar com uma carteira expedida pelo Departamento de Censura de Divisões Públicas, da Polícia Federal. Em entrevista concedida em 2006, Maiello relatou que o Gen. Ivanhoé Martins certa vez o indagou sobre o porquê da falta de comentários a respeito do governo nos programas por ele apresentados na Educadora. A resposta do padre teria sido a seguinte: “só há um problema: com a mesma liberdade que o senhor fala de mim, eu também quero falar do senhor” (CUNHA, Rodrigo do Espírito Santo da; FREIRE, Milena Carvalho Bezerra. Rádio Educadora São José: o recurso radiofônico na comunicação católica durante os anos de chumbo no Amapá. In: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, n. 5, 2007, São Paulo. *Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo: Facasper e Cíee, 2007. p. 7-9).

²⁴⁷ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 321-322.

²⁴⁸ Em 1975, Caetano Maiello organizou o Congresso Eucarístico em Manaus. Sobrevivendo aos desmandos da ditadura, nos anos seguintes, Maiello seguiu atuando no campo social por meio de organismos como a Cáritas Brasileira. Ligada a CNBB, esta atua ao lado dos movimentos sociais na

contestatórias. Segundo o jornalista Élson Martins, que foi articulista do *A Voz Católica*, Maiello oferecia proteção aos jovens leigos nos veículos de comunicação e pregava ideias tidas como esquerdistas entre eles.²⁴⁹ Desde quando o Pe. Caetano assumiu a redação do jornal *A Voz Católica* em 1965, entre os principais temas versados nas páginas do semanário estiveram: educação, juventudes e renovações do Vaticano II. Em 1968, ele publicou artigo elogiando o inconformismo social dos movimentos juvenis de 1968 como um demonstrativo de maturidade e de abandono ao tradicionalismo, por ele criticado por estimular injustiças. A coragem de mudar dos jovens, para Maiello, deveria servir de inspiração para os adultos.²⁵⁰

Antes disso, sob a direção do Pe. Caetano, o *A Voz Católica* publicou artigos criticando os atos institucionais da ditadura. Para o articulista, os agentes da “revolução” haviam deixado de lado medidas práticas para torná-la eficaz, segundo os motivos pelos quais a justificaram: estabelecimento da ordem, da paz e do progresso. O foco recaí sobre o contexto local, que havia, em sua avaliação, sentido os efeitos negativos dos acontecimentos que abalaram o país, os quais teriam prejudicado o desenvolvimento e o progresso no território. Por isso, enfatizava que o Amapá ainda aguardava a almejada justiça social, que era condição indispensável para a legítima paz e ordem. Considerava grave o que, para ele, se tratava de uma mudança repentina na linha de governo: a instauração do Ato Institucional n. 2 (AI-2). Na mesma página do semanário, publicou-se partes do ato, que vigoraria entre 1965 e 1967. Chamaram atenção do articulista: extinção de todos os partidos; o poder judicial não teria jurisdição sobre os atos do supremo comando da “revolução”; seria fortalecido o poder da justiça militar, a qual estaria habilitada a julgar crimes ou atos realizados por civis em diversos casos; poderiam ser feitas cassações de mandatos, as quais implicariam na perda do privilégio do foro por prerrogativa ou função, suspensão do direito de votar e ser votado nos sindicatos e proibição de atividades de natureza política; aos cassados, poderiam ainda ser impostos: liberdade vigiada, domicílio determinado e proibição de frequentar certos lugares; e eleições presidenciais por meio do

promoção de ações humanitárias em diversos países, incluindo o Brasil. Do Amapá, a militante estudantil e posteriormente professora Elcy Lacerda também foi membro e somou com esses trabalhos. Ademais, com o auxílio da Irmã Annamaria Fornasiero, Maiello foi o primeiro diretor das Pontifícias Obras Missionárias (POM, sediada em São Paulo), iniciador do Conselho Missionário Nacional (Comina) e atuante junto ao Celam nos assuntos relacionados aos povos indígenas (MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Informação N. 155/D9/CISA-BR/77. Brasília-DF, 3 ago. 1977. Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80004164_d0001de0001).

²⁴⁹ COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Voices da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

²⁵⁰ INCONFORMISMO e maturidade dos nossos jovens – Pe. Caetano Maiello. *A Voz Católica*, n. 474, ano IX, de 23 de novembro de 1968, p. 6.

sistema indireto.²⁵¹ Tais publicações reforçam a tese de que o apoio inicial por parte de setores da Igreja aos militares foi definindo ao longo dos anos.

A equipe regional da JOC do Norte²⁵², situada em Belém, também foi atingida pela repressão, o que contribuiu para o enfraquecimento da federação amapaense do movimento, uma vez que estas eram ligadas e mantinham interlocuções por meio de visitas e de encontros e congressos. Moisés Lindoso e seu irmão Bernardo Lindoso (assistentes regionais da JOC) foram obrigados a deixar o Pará e Pernambuco, respectivamente. Em 28 de novembro de 1967, o caso teria repercutido em discurso realizado na Câmara Federal por Márcio Moreira Alves, deputado federal que coordenou forte campanha contra a tortura e morte de presos políticos. Em 1968, Alves teve seu mandato cassado, sendo obrigado a se exilar no Chile.²⁵³ Dom Milton Corrêa Pereira, bispo auxiliar de Belém vindo para o Amapá para preparar a festa de São José, trouxe uma carta do assistente regional da JOC, Pe. Moisés Lindoso, para Dom Aristides, explicando a situação da agremiação em meio aos acontecimentos nacionais. Esta foi reproduzida em livro de tombo da Prelazia de Macapá. Dela destacamos o seguinte trecho:

Em face dos últimos acontecimentos, a Ação Católica aqui em Belém e em todo o Brasil ficou muito marcada, porque contamos com muita gente presente nas estruturas e lá, como o senhor sabe, havia comunistas. Como o Brasil é a maior nação católica do mundo, mas a ignorância religiosa é um fato, a falta de conhecimento sobre os documentos pontifícios, sobre a velha Doutrina Social da Igreja é também palpável e isso até por parte de oficiais, gerais magistrados etc., haja vista o que fizeram com o jornal aí da Prelazia, a gente tem que repensar esquemas para o trabalho. Além do mais, as declarações do Sr. arcebispo e a falta de maior apoio por parte da arquidiocese, não sei até que ponto poderemos aguentar a responsabilidade de tamanho trabalho.²⁵⁴

O trecho aponta que para o assistente regional da JOC a crise da Ação Católica advinha da real presença de comunistas nas bases da Igreja, da falta de conhecimento sobre a doutrina social eclesial por parte de militares, o que acarretava a repressão mesmo no caso de não serem comunistas, e da falta de apoio da própria hierarquia católica do Pará. Além disso, aponta que a equipe regional buscou articulação com a JOC local para estabelecer formas de seguir atuando.

²⁵¹ NOTAS sobre o Ato nº. 2. *A Voz Católica*, n. 314, ano VI, de 31 de outubro de 1965, p. 1.

²⁵² A equipe regional da JOC vivia na casa dos padres, também conhecida como lar sacerdotal, localizada na Rua Doutor Malcher, no bairro Cidade Velha em Belém.

²⁵³ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação N. 0015/116/AMA/79. Manaus-AM, 20 mar. 79. Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_79000068_d0001de0001.

²⁵⁴ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 501.

Vários jocistas deixaram a JOC nos anos iniciais da ditadura devido à crescente chegada de notícias sobre perseguições, prisões, torturas e pressões sofridas por bispos, arcebispos, padres e jocistas que se tornaram reféns da Ditadura empresarial-militar. O governo golpista alegava que o movimento era subversivo e tinha se filiado a grupos comunistas e clandestinos. Por conta disso, muitos bispos decidiram parar as atividades da JOC, retirando dela seu apoio. Por exemplo, o bispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos, ao microfone de uma rádio de Belém, declarou que a JOC paraense estava extinta para a Igreja daquele dia em diante.²⁵⁵ No que toca aos distintos posicionamentos do clero brasileiro naquele momento, o caso paraense em especial chamou a atenção de Keneth Serbin:

Em 1964, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, o arcebispo de Belém de 1957 a 1990 e futuro participante da Bibartite, colaborou com a polícia na detenção de padres considerados subversivos. Naquele ano, Dom Helder e os progressistas também perderam as eleições da CNBB, o que levou a uma orientação ainda mais conservadora sob a liderança de Dom Agnelo e Dom Vicente. Os bispos dissolveram a JUC em 1968 e a JOC e a AP foram perseguidas brutalmente pelas forças de segurança.²⁵⁶

O caso da repressão desencadeada contra a equipe nacional da JOC e seus assistentes eclesiais oferece o melhor exemplo dos conflitos originados pela aplicação da doutrina social da Igreja.²⁵⁷ Em 1967, os militantes da JOC de Macapá reuniram-se, na Sede da Prelazia, sob a presidência do padre Luis De David, vigário geral, para escolher a nova federação do movimento, o que demonstrava a intenção de continuar suas atividades.²⁵⁸ Além disso, o movimento estudava formas de passar por renovação.²⁵⁹ Contudo, em 1968, as publicações sobre a JOC foram, paulatinamente, deixando de aparecer no jornal *A Voz Católica*, ao passo que aumentava a repressão sobre as suas lideranças e diminuía a quantidade de seus membros. De acordo com Alejandra Estevez, “em 1968, a JOC contava com apenas 2% do seu quadro efetivo em comparação com o ano de 1961”.²⁶⁰

Confirmamos nesta seção a tese de Estevez, que afirma que “a repressão inicia-se na base do movimento, mas, ao longo dos anos, e principalmente após a decretação do AI-5, alcança os mais altos escalões da instituição católica. Isso significa uma séria crise no interior

²⁵⁵ Entrevista com Adamor Oliveira...

²⁵⁶ SERBIN, K. P. *Op. Cit.*, p. 104.

²⁵⁷ ALVES, Márcio Moreira. *Op. Cit.*, p. 203.

²⁵⁸ JUVENTUDE Operária Católica renova sua diretoria. *A Voz Católica*, n. 385, ano VIII, de 11 de março de 1967, p. 1.

²⁵⁹ J. O. C. e renovação. *A Voz Católica*, n. 414, ano VIII, de 30 de setembro de 1967, p. 6.

²⁶⁰ ESTEVEZ, Alejandra. *A Igreja e os trabalhadores católicos... Op. Cit.*, p. 85.

do movimento, pois a repressão encontra a JOC totalmente despreparada para lidar com tal situação”.²⁶¹ De acordo com Serbin:

A Igreja não podia se equiparar ao poder militar das Forças Armadas, e não possuía os recursos para contrapor-se a um aparato de informações de Estado, que empregava centenas de espões, informantes, torturadores, analistas e outros especialistas. Ela era claramente vulnerável à interferência do Estado. Mas a Igreja não era tão indefesa. Seus 13 mil padres, 38 mil freiras e 250 bispos formavam uma grande rede pelo Brasil afora. Esse pessoal era multinacional, multilíngue e altamente instruído: Eram parte de uma organização global. A Igreja tinha postos diplomáticos ou nunciaturas por todo o mundo. No Brasil, construía uma das maiores infraestruturas nacionais com milhares de edifícios: seminários, conventos, paróquias, hospitais, escolas, orfanatos etc. O papa, dirigente dessa organização, detinha grande prestígio político, a reverência das massas católicas e o respeito das Forças Armadas.²⁶²

Por outro ângulo, diferente de outras partes do país, em que a falta de apoio da hierarquia católica foi segundo Estevez fator decisivo para tal crise, no Amapá o bispo Aristides Piróvano e padres como Caetano Maiello e Jorge Basile seguiram apoiando a entidade, o que foi fundamental para que a JOC sobrevivesse aos primeiros anos do regime ditatorial, ainda que enfraquecida.

O movimento jamais romperia com a instituição. Se aproximariam disso outros movimentos da mesma vertente. Em reunião da Comissão Central da CNBB, realizada nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 1966, os bispos foram oficialmente comunicados das decisões da JUC e da JIC de a partir daquele momento deixarem de pertencer aos quadros da ACB, continuando a atuar como entidades cristãs, mas sem a particular dependência da hierarquia. Em documento, os responsáveis nacionais afirmavam que isso não significava rompimento com a hierarquia. Constituíam sim o resultado de necessidades novas da “realidade pluralista do mundo moderno” e da preocupação com os meios universitários e profissionais, que naquele contexto desafiavam a autenticidade dos cristãos diante das opções que se colocavam para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Entre 1968 e 1973, ocorreu um grande crescimento da economia nacional, conhecido como “milagre econômico”. Este crescimento ocorreu, sobretudo, no setor industrial e nas zonas das planícies amazônicas, onde se estabeleceram companhias multinacionais de exploração agrícola. A expansão vigorosa impactou a estrutura ocupacional do país, com a urbanização e o êxodo rural. Em detrimento da distribuição de riqueza, as classes dirigentes

²⁶¹ *Ibidem*, p. 84-85.

²⁶² SERBIN, K. P. *Op. Cit.*, p. 122-123.

consideraram como mais importante o crescimento econômico. Para tanto, segundo Gresing, foi necessário: “1) un clima económico que diera confianza al inversor, especialmente extranjero, y 2) estabilidad sociopolítica que se puede traducir como ausencia de disidencia”. Contudo, problemas sociais se acumulavam em meio a vozes de protesto e da tortura, desaparecimentos, mortes de presos políticos e necessidade de exílio presente no cotidiano do povo brasileiro.²⁶³

Em 1968, ocorreu também a II Conferência do Celam, em Medellín. Esta tornou possível a elaboração de um plano comum de ação pastoral para todo o episcopado da América Latina. Os bispos enfatizaram a necessidade de libertação dos homens da violência no continente e das injustiças institucionalizadas e manifestadas na exploração e na dominação de classe exercida pelos opressores que expropriavam os oprimidos. Greves, marchas e manifestações não mais seriam condenadas, mas consideradas o caminho necessário para a luta pela justiça e paz e a denúncia da opressão e exclusão por parte do Estado, no contexto de sucessivos golpes no território latino-americano.²⁶⁴ O saldo da ditadura no final dos anos de 1970 é muito diferente daquele difundido pelos grupos golpistas, a saber: inflação alta, endividamento externo, baixas taxas de crescimento, desemprego, periferias urbanas avolumadas e sem serviços básicos, acirramento da violência etc.²⁶⁵

A partir do que aconteceu na Amazônia, a Igreja adotou uma postura mais crítica de apoio aos oprimidos e de denúncia da violação dos direitos humanos, vivendo mais concretamente a opção pelos pobres. Foi estabelecida durante o episcopado de Dom José Maritano (1966-1983) as CEBs como linha pastoral prioritária no Amapá. Assim, estas foram substituindo o que restava dos movimentos de Ação Católica Especializada. Mas, não podemos negar a importância da experiência jocista na abertura de novas práticas entre clérigos e leigos, que antecederam a Igreja pós-Vaticano II. A JOC despertou vários jovens para uma trajetória política, formando lideranças operárias, sindicais e estudantis, sob o entendimento de que o caminho para salvar os jovens era ensiná-los a salvar eles mesmos e incentivar sua emancipação social.

²⁶³ GREISING, M. B. *Op. Cit.*, p. 5.

²⁶⁴ IOKOI, Zilda. *Op. Cit.*, p. 45-46.

²⁶⁵ SENRA, Alvaro. *Op. Cit.*, p. 98.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término da escrita desta monografia ocorre no ano em que o Golpe de 1964 completa 60 anos. Tendo isso em vista, somos chamados a problematizar não apenas os eventos históricos que marcaram os anos da Ditadura, mas também o legado das lutas juvenis e populares dos anos de 1960 e de movimentos renovadores da atuação eclesial, como a Juventude Operária Católica (JOC). A partir do exame da experiência do movimento jocista, que enfrentou governos autoritários no Amapá, torna-se possível valorizar ainda mais as conquistas democráticas alcançadas com a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. À luz destas conquistas, consideramos essencial não somente a reafirmação dos direitos constitucionais e humanos, mas o fortalecimento do esforço social no sentido de pôr fim à herança escravocrata, golpista e patriarcal enraizada no país até hoje. Esperamos ter contribuído de alguma forma com tal empreitada, ainda mais necessária diante da impunidade dos envolvidos em crimes de violação dos direitos humanos, que extrapola a Lei da Anistia (1979) e que se desdobra em ataques à democracia, como os atos de 8 de janeiro de 2023, em que apoiadores do ex-presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, invadiram e depredaram as sedes dos três poderes em Brasília.

Também neste ano de 2024, a Campanha da Fraternidade (CF), criada no Nordeste e depois encampada em todo Brasil, completa 60 anos. Expressão de uma Igreja aguerrida e empenhada em pensamento e em ação na causa da dignidade da pessoa humana e da justiça social. Iniciativa que se utiliza da pedagogia de origem jocista, o Ver-Julgar-Agir. Mais um demonstrativo das ressonâncias das experiências da JOC no tempo presente e da relevância desta pesquisa para pensá-las.

À luz das diretrizes advindas da doutrina social eclesial e do Concílio Vaticano II e num contexto de combate ao Comunismo (acalorado pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana) e de enfrentamento das inseguranças estruturais acirradas pela atuação combinada do Estado e do grande capital (nacional e internacional), o bispo prelado Dom Aristides Piróvano fundou oficialmente a Juventude Operária Católica (JOC) no Amapá em 1957. Conforme abordamos ao longo da monografia, a atuação do movimento foi pautada na orientação, conscientização e valorização dos jovens trabalhadores que passavam por formação espiritual, política e social. Assim, os jocistas se engajavam nas lides da Igreja, que acreditava na capacidade da juventude levar a doutrina social católica a todas as esferas da vida pública.

Destacamos as convergências entre aspectos da formação reflexiva/humanizadora jocista com os pressupostos de Paulo Freire, maior teórico de uma pedagogia libertadora. Assim como a Educação libertadora em Freire, a JOC buscava por meio da educação humanizar seus membros, não apenas fornecendo conhecimentos teóricos, mas estimulando a leitura crítica e a

ação transformadora sobre a realidade. O método Ver-Julgar-Agir era aplicado pelo movimento de maneira prática e vivencial. Ver consistia em levantar problemas concretos da vida cotidiana da juventude trabalhadora, julgar se tratava de refletir criticamente sobre eles à luz do evangelho e da doutrina social eclesial e agir era estabelecer um plano de ação para solucionar seus problemas visando a justiça social. Essa abordagem contribuiu para a construção da consciência social e cidadã da juventude católica amapaense, levando esta a se comprometer com uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, a principal linha de luta consistiu na autopromoção humana, a fim de conquistar o desenvolvimento integral das capacidades e potencialidades dos jocistas. Tal linha teve ainda mais relevância num contexto de *boom* populacional não acompanhado por políticas públicas e de ausência ou supressão de direitos básicos, como a educação, a saúde, o trabalho e o lazer.

Os modos de atuação da JOC se dividiam em três eixos: formação, serviço social e representação. As principais atividades da JOC amapaense no período estudado foram: reuniões de bairros, peregrinações, assembleias, congressos e promoções sociais. Estas atividades ensejavam debates sobre a doutrina católica, o papel da família, os valores éticos e morais, a cidadania, a política e os direitos trabalhistas e humanos. Buscava-se, então, ampliar a visão de mundo de seus membros, com o intuito de estimular a formação de líderes cristãos que pudessem atuar na sociedade e representar os interesses dos trabalhadores em entidades como associações e sindicatos. Nos encontros periódicos, os jocistas recebiam números do *Construir* (vertente masculina) e do *Unidas* (vertente feminina), folhetos informativos e formativos que eram enviados pela diretoria da JOC do Rio de Janeiro, e que, posteriormente, passaram a ser produzidos no Amapá. Esses jornais expressavam, tanto no título quanto no conteúdo, as aspirações da entidade, bem como temas relacionados à vida juvenil.

A variedade de temas discutidos pela Igreja junto aos movimentos laicos pode ser pensada segundo o perfil multifacetado do jornal *A Voz Católica*. Além disso, é importante destacar que dois dos assistentes eclesialistas da JOC amapaense trabalhavam na redação deste semanário: Jorge Basile e Caetano Maiello. Além destes, outros membros assinaram colunas, textos e ajudavam a distribuir o jornal à comunidade. Por meios de artigos do *A Voz Católica* foi possível inferir que principalmente o padre Maiello buscava sintonizar a Igreja local com as renovações advindas do Vaticano II e dos papados de João XXIII e Paulo VI, chegando a defender a convivência pacífica entre capitalistas, comunistas e cristãos, divergindo da posição

do bispo, que era ferrenho anticomunista.²⁶⁶ Por conta disso, Caetano sofreu diversas perseguições dos golpistas, até ser obrigado a deixar o TFA.

Apesar de demonstrar preocupação com a realidade social da classe operária e de incentivar a luta por direitos, a JOC não se tornou um agente coletivo combativo conforme o padrão revolucionário ligado ao anarquismo e ao comunismo. Não houve participação direta da entidade em greves e manifestações, pois estas eram vistas como recursos característicos da militância anarquista e comunista. Enquanto entidade representativa, a JOC lançava manifestos ao povo e às autoridades, agindo de maneira compatível com o reformismo de esquerda que ganhou força no governo de João Goulart (1961-1964) e sendo combativa segundo os princípios da doutrina social da Igreja iniciada na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Esta instigava ao mesmo tempo a harmonia e a colaboração entre classes e a luta por justiça social. Isoladamente, alguns jocistas ingressaram em sindicatos e partidos por incentivo e preparo do movimento. Assim, mesmo sendo parte de uma instituição fortemente hierarquizada e com tradição conservadora, a JOC amapaense se abriu para a militância e ganhou contornos progressistas como nenhum outro movimento leigo na região a partir dos anos finais de 1950, fortalecendo uma tradição de luta que também tem seu lugar na Igreja e que precede o Vaticano II. Por esse motivo, nos anos iniciais da ditadura, a JOC foi profundamente enfraquecida pela repressão, sob acusações de o movimento ser uma ameaça à ordem vigente. Nesse contexto, o bispo e padres assistentes da JOC assumiram um papel de protetores dos jovens católicos. O princípio do respeito para com a Igreja e seus representantes fez com que alguns jovens fossem poupados das prisões nos momentos seguintes ao Golpe de 1964. Contudo, isso não garantiu a total liberdade de ação, nem os livrou de todas as práticas repressivas nos primeiros anos do regime ditatorial. Por exemplo, assistentes eclesiais e membros do movimento foram monitorados pelo SNI, pilar da repressão realizada pelos ditadores. Além disso, confirmamos a prisão de um jocista em 1968, ano de recrudescimento ainda maior da Ditadura empresarial-militar.

A federação local, a equipe regional e a equipe nacional eram ligadas e mantinham interlocuções, o que significava que a repressão contra um nível da organização impactava os demais. De acordo com Estevez, a divisão da organização em seção local, federações, confederação e comitê nacional apontava “uma forma de organização mais horizontalizada, isto é, em que existia uma grande preocupação com que o movimento fosse construído e

²⁶⁶ A HORA dos rumos novos – Pe. Caetano Maiello. *A Voz Católica*, n. 380, ano VIII, de 4 de fevereiro de 1967, p. 1.

desenvolvido de baixo para cima, do micro para o macro, da base para as lideranças, uma vez que sua dinâmica encontrava-se nas seções locais”²⁶⁷. Iniciada pela base, a repressão chegou ao alto escalão da hierarquia católica no final da década de 1960 e início de 1970, dificultando cada vez mais o ingresso de novos membros e a formação de novas lideranças. A falta de lideranças, com a saída das antigas por conta da repressão e da passagem para a vida adulta com o casamento, foi apontada por alguns jocistas como um dos motivos para a JOC amapaense descontinuar suas atividades.

A equipe regional situada no Pará foi vítima da repressão liderada por políticos como o governador Jarbas Passarinho (1964-1966), que somada à falta de apoio do arcebispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos (de orientação mais conservadora), culminou na expulsão de assistentes da JOC do Pará. No final da década de 1970, o movimento havia se tornado um dos principais alvos da repressão no Brasil, devido à sua crítica ao regime e à liderança de militantes formados na JOC em movimentos populares comprometidos com o socialismo. A passagem de jocistas adultos para movimentos como ACO e Ação Popular, apontada por autoras como Alejandra Estevez²⁶⁸ e Maria Blassioli Moraes²⁶⁹, não ocorreu no Amapá. Carta de Dom Aristides para o padre Sidney (diretor do palácio arquiepiscopal de São Luís do Maranhão), reproduzida em livro de tombo, mostra que um grupo de jovens amapaenses participou do Congresso da ACO em São Luís. Após participarem, voltaram ao Amapá com o interesse de iniciar esse movimento na região.²⁷⁰ No entanto, não há evidências de que isso tenha se concretizado. Também não há indícios da fundação da Ação Popular (AP) no território. Desse modo, não houve uma guinada clara dos jovens para a opção socialista. No geral, estes se mantiveram alinhados à opção reformista. Constatamos que parte das antigas lideranças da JOC amapaense passaram a integrar o Movimento Familiar Cristão (MFC), que utiliza até o presente momento o mesmo método que a JOC, com a finalidade de promover os valores cristãos na vida cotidiana.

Entre 1964 e 1968, o movimento conseguiu sobreviver sendo relativamente tolerado devido ao apoio do bispo e de padres, mas sofreu pressões para se afastar de suas atividades no campo social e se restringir ao campo espiritual. Ainda assim, seguiu lançando suas críticas aos problemas sociais que afetavam a classe operária como um todo, sem defender uma agenda de lutas contra o Capitalismo, mas uma reforma deste. Por conta da repressão, a retirada de apoio

²⁶⁷ ESTEVEZ, Alejandra. A Igreja e os trabalhadores católicos... *Op. Cit.*

²⁶⁸ *Ibidem.*

²⁶⁹ MORAES, Maria Blassioli. *Op. Cit.*

²⁷⁰ CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965. p. 423.

por parte dos bispos em outras regiões foi determinante para a destruição quase total da JOC. Mas, como aponta Kenneth Serbin, a despeito deste recuo, os bispos não se mantiveram inertes em relação aos ataques sofridos pelo movimento, como aparentam os silêncios produzidos em parte das fontes do período. Estes estiveram entre as principais razões para a criação da Comissão Bipartite, exemplo da opção da hierarquia eclesiástica no sentido de tentar aplacar os conflitos primeiramente pela via do diálogo. A experiência da JOC e a repressão também colaboraram para que os bispos ampliassem seu rol de estratégias de defesa dos direitos humanos e assumissem posições mais abertas contra a violência arbitrária, favorecendo o fortalecimento das bases da Igreja Popular dos anos de 1970.²⁷¹ A partir do final da década de 1960, seria a vez das CEBs de oferecer sua contribuição às lutas sociais do povo amapaense.

Sem condições de promover um grande levante de resistência, a entidade caminhou para o seu declínio e desapareceu das páginas do jornal *A Voz Católica* em 1968. Ainda assim, a JOC deixou importante marca na história da Igreja e dos trabalhadores amapaenses, pois vários leigos começaram sua vida política nesse movimento e depois seguiram militando em outras organizações, como nas partidárias e sindicais. Portanto, são inegáveis os frutos que se originaram das experiências do movimento. Atualmente, o movimento segue vivo em algumas partes do Brasil, da Europa e da América Latina, ainda que em outro contexto político e com força consideravelmente inferior à daqueles anos.²⁷² Além disso, vale ressaltar que grande parte dos movimentos populares são produto do trabalho de militantes cristãos.²⁷³ Por certo, ainda existem lacunas nos estudos históricos sobre a longa atuação da Igreja junto aos movimentos sociais no mundo do trabalho da Amazônia, a exemplo da JOC amapaense, o que demanda novas pesquisas.

²⁷¹ SERBIN, K. P. *Op. Cit.*

²⁷² MATTOS, R. C. O. *Op. Cit.*, p. 296.

²⁷³ LÖWY, M. *Op. Cit.*, p. 51.

FONTES

- **Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá:**

Jornal

22 DE FEVEREIRO! *A Voz Católica*, n. 17, ano I, de 21 de fevereiro de 1960.

A BEM da verdade. *A Voz Católica*, n. 193, ano IV, de 7 de julho de 1963, p. 1.

A IGREJA e a evolução social. *A Voz Católica*, n. 360, ano VII, de 17 de setembro de 1966, p. 2

A IMPORTÂNCIA do apostolado leigo. *A Voz Católica*, n. 175, ano IV, de 3 de março de 1963, p. 1.

A JOC... *A Voz Católica*, n. 33, ano I, de 12 de junho de 1960, p. 3.

A RESPEITO de uma censura. *A Voz Católica*, n. 235, ano V, de 26 de abril de 1964, p. 3.

AMAPÁ, terra dos jovens. *A Voz Católica*, n. 358, ano VII, de 3 de setembro de 1966, p. 1.

ATA de fundação e eleição da primeira Diretoria do CCE de Macapá. *A Voz Católica*, n. 333, ano VII, de 13 de março de 1966, p. 4.

BISPOS sobre o movimento revolucionário. *A Voz Católica*, n. 243, ano V, de 21 de junho de 1964, p. 1.

COLUNA sindical. *A Voz Católica*, n. 185, ano IV, de 12 de maio de 1963, p. 4

COLUNA sindical. *A Voz Católica*, n. 188, ano IV, de 2 de junho de 1963, p. 4.

CONCÍLIO Ecumênico. *A Voz Católica*, n. 13, ano I, de 24 de janeiro de 1960, p. 1.

CRONQUETA de Macapá. *A Voz Católica*, n. 231, ano V, de 29 de março de 1964, p. 1.

DEIXOU A TERRA João XXIII, o Papa da União e da Paz. *A Voz Católica*, n. 189, ano IV, de 9 de junho de 1963, p. 1.

ECOS do Concílio. Mensagens aos jovens. *A Voz Católica*, n. 332, ano VII, de 6 de março de 1966, p. 1.

EDUCAÇÃO: objetivo da Rádio Educadora. *A Voz Católica*, n. 211, ano V, de 10 de novembro de 1963, p. 3.

ESPEZINHADA a religião em Cuba. *A Voz Católica*, n. 211, ano V, de 10 de novembro de 1963, p. 4.

ESQUEMA da “Igreja no mundo moderno”. *A Voz Católica*, n. 311, de 10 de outubro de 1965, p. 1.

ESTATUTOS do Centro Cultural Estudantil – CCE – Macapá – Território Federal do Amapá. *A Voz Católica*, n. 333, ano VII, de 13 de março de 1966, p. 3-4.

HOJE aniversaria nosso jornal. *A Voz Católica*, n. 210, ano V, de 3 de novembro de 1963, p. 1.

- INCONFORMISMO e maturidade dos nossos jovens – Pe. Caetano Maiello. *A Voz Católica*, n. 474, ano IX, de 23 de novembro de 1968, p. 6.
- INICIANDO o sétimo ano de vida. *A Voz Católica*, n. 315, ano VII, de 7 de novembro de 1965, p. 1.
- J. O. C. e renovação. *A Voz Católica*, n. 414, ano VIII, de 30 de setembro de 1967, p. 6.
- J.O.C em Marcha. *A Voz Católica*, n. 394, ano VIII, de 13 de maio de 1967, p. 3.
- JOÃO XXIII e Paulo VI: um coração e uma inteligência para a realização de um só programa. *A Voz Católica*, n. 197, ano VI, de 4 de agosto de 1963, p. 3.
- JOC JOCF MFC. *A Voz Católica*, n. 627, ano XIV, de 15 de julho de 1973, p. 8.
- JOC lança manifesto em Macapá. *A Voz Católica*, n. 431, ano IX, de 27 de janeiro de 1968, p. 6.
- JUVENTUDE Operária Católica renova sua diretoria. *A Voz Católica*, n. 385, ano VIII, de 11 de março de 1967, p. 1.
- JUVENTUDE. *A Voz Católica*, n. 247, ano V, de 19 de julho de 1964, p. 2.
- LISBOA: Juventude Católica Portuguesa estuda “Mater et Magistra”. *A Voz Católica*, n. 186, ano IV, de 19 de maio de 1963, p. 3.
- LUZ & sombras. *A Voz Católica*, n. 234, ano V, de 19 de abril de 1964, p. 3.
- LUZ e sombras. *A Voz Católica*, n. 203, ano IV, de 15 de setembro de 1963, p. 2.
- MOVIMENTO POPULAR pro Estado do Amapá. Manifesto. *A Voz Católica*, n. 191, ano IV, de 23 de junho de 1963, p. 4.
- MOVIMENTOS juvenis. *A Voz Católica*, n. 388, ano VIII, 1 de abril de 1967, p. 1.
- MULHERES na III Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II. *A Voz Católica*, n. 257, ano V, de 27 de setembro de 1964.
- NÓS SOMOS AMIGOS do estudante amapaense. *A Voz Católica*, n. 191, ano IV, de 23 de junho de 1963.
- NOTAS sobre o Ato nº. 2. *A Voz Católica*, n. 314, ano VI, de 31 de outubro de 1965, p. 1.
- O CONCÍLIO pertence à humanidade: carta do papa aos bispos. *A Voz Católica*, n. 177, ano IV, de 17 de março de 1963, p. 1.
- O GOVERNO é responsável. *A Voz Católica*, n. 182, ano IV, de 21 de abril de 1963, p. 3.
- OCORRE no Brasil. *A Voz Católica*, n. 205, ano IV, de 29 de setembro de 1963, p. 1.
- OCORRE no Brasil. *A Voz Católica*, n. 262, ano VI, de 1 de novembro de 1964, p. 4.
- OS FRUTOS do ateísmo comunista. *A Voz Católica*, n. 287, ano VI, de 25 de abril de 1965, p. 2.

PAPA Paulo VI recebe solenemente delegação jocista. *A Voz Católica*, n. 281, ano VI, de 14 de março de 1965, p. 2.

PARABÉNS... Ad multos annos. *A Voz Católica*, n. 2, ano I, de 08 de novembro de 1959, p. 3.

PELO FUTURO ESTADO do Amapá. *A Voz Católica*, n. 200, ano IV, de 25 de agosto de 1963, p. 2.

PERFIS!... Haroldo Franco. *A Voz Católica*, n. 174, ano IV, de 24 de fevereiro de 1963, p. 2

PERSPECTIVAS brasileiras. *A Voz Católica*, n. 188, ano IV, de 2 de junho de 1963, p. 3.

PRELAZIA em foco. *A Voz Católica*, n. 307, ano VI, de 12 de setembro de 1965, p. 1.

PRISÕES em Macapá. *A Voz Católica*, n. 233, ano V, de 12 de abril de 1964, p. 1.

QUANDO não falta cooperação e compreensão. *A Voz Católica*, n. 204, ano IV, de 22 de setembro de 1963, p. 2.

QUEM ESCREVE no nosso jornal. *A Voz Católica*, n. 315, ano VII, de 7 de novembro de 1965, p. 2

REAÇÃO. *A Voz Católica*, n. 201, ano IV, de 1 de setembro de 1963, p. 3.

REPÓRTER curioso. *A Voz Católica*, n. 191, ano IV, de 23 de junho de 1963, p. 3.

RESPOSTA ao bilhete protestante. *A Voz Católica*, n. 1, ano I, de 1 de novembro de 1959.

REÚNEM-SE os jovens do Amapá. *A Voz Católica*, n. 284, ano VI, de 04 de abril de 1965, p. 2.

SANTO padre Paulo VI aos jovens dirigentes da Juventude Estudantil Católica (JEC). *A Voz Católica*, n. 332, ano VII, de 6 de março de 1966, p. 1.

SERVIÇO social do CCE. *A Voz Católica*, n. 294, ano VI, de 13 de junho de 1965, p. 1.

SUBDESENVOLVIMENTO e Igreja (Mensagem do Celam). *A Voz Católica*, n. 466, ano IX, de 28 de setembro de 1968, p. 2.

URGÊNCIA de ação para os católicos. *A Voz Católica*, n. 368, ano VIII, de 12 de novembro de 1966, p. 1.

Livros de tombo

CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de Tombo*. Macapá: Mimeo, 1959-1965.

CÚRIA DIOCESANA DE MACAPÁ. *Livro de tombo*. Macapá: Mimeo, 1966-1973.

- **Entrevistas**

Entrevista concedida por Adamor Oliveira a Jackeline Duarte, em 27 de abril de 2018, na residência do entrevistado.

Entrevista concedida por Bernardo Rodrigues de Souza a Jackeline Duarte, em 9 de fevereiro de 2020, na residência do entrevistado.

Entrevista concedida por Edite Guedes a Jackeline Duarte, em 15 de junho de 2019, na residência do irmão da entrevistada.

Entrevista concedida por Manoel Ferreira dos Santos a Jackeline Duarte, em 14 de janeiro de 2018, no Macapá Shopping.

Entrevista concedida por Nazaré Pacheco a Jackeline Duarte, em 9 de fevereiro de 2020, na residência da entrevistada.

Entrevista concedida por Raquel Capiberibe, em 4 de junho de 2019, na residência da entrevistada.

- **Constituição:**

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2022.

- **Depoimento:**

CARDOSO, Josias Nogueira Hagen. *[Depoimento]* concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 19 set. 2014.

- **Relatório:**

CEV – COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA “CHAGUINHA”. *Relatório*. Macapá: CEV-AP, 2017.

- **Serviço de informações do Arquivo nacional (Sian):**

Fundo: Serviço Nacional de Informações (SNI)

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Informação N. 155/D9/CISA-BR/77. Brasília-DF, 3 ago. 1977. Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80004164_d0001de0001.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Informação N. 22/607-A/72*. Brasília-DF: Divisão de Segurança e Informações, 15 mar. 1972. Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72046316_d0001de0001.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação N. 0015/116/AMA/79. Manaus-AM, 20 mar. 79. Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_79000068_d0001de0001.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação N. 0466/700/ABE/78. Belém-PA, 28 Mar. 1978. Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002594_d0001de0001.pdf.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Antoine. “O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em arena política global. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n. 68, p. 13-33, 2014.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AMARAL, Deivison. Catolicismo e Trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.
- AMARAL, Deivison; BILHÃO, Isabel. Igreja católica e Mundos do Trabalho no Brasil: breve análise historiográfica. In: SPERANZA, Clarice Gontarski (org.). *História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas*. 1. Ed. Jundiaí [SP]: Paco editorial, 2019.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.
- BARBOSA, Imerson Alves. *A esquerda católica na formação do PT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Marília-AP: Universidade Estadual Paulista, 2007.
- BASSANEZI, Maria Sílvia. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- BASTOS, C. M. C. B.; MARINO, T. M. F. B. Patrimônio eclesiástico: memórias do acervo da Cúria Diocesana de Macapá. *Revista Tempo Amazônico*. Vol. 3, n. 1, 2015. p. 106-127.
- BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, Vol. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 173-193.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano: economia e cultura 1930-1964), vol. 4, 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BIGO, Pierre. *A doutrina social da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1969.

BLANCO, Jessica Estela. Ser jocista en la Argentina de mediados del siglo XX. La construcción de identidades etarias, confesionales y laborales en la Juventud Obrera Católica. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, p. 207-223.

BOAS, Alex Villas; SIENNA, Ernesto Lazaro. Catolicismo social europeu, *Rerum Novarum* e primazia do reino de Deus nas origens do catolicismo de esquerda na América Latina. *Revista Brasileira de Histórias das Religiões*. Anpuh, ano XI, n. 32, Set./Dez. de 2018.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BRUNEAU, Thomas C.. *Religião e politização no Brasil: a Igreja e o Regime autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Barra do Garças-MT: Prelazia de São Félix do Araguaia, 1971.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

COMITÊ NACIONAL DA JOC. *Como iniciar a JOC*. Manual de orientação aos jocistas pioneiros, [1957].

COSTA, Emília Viotti da. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, 1990.

CUBAS, Caroline Jaques. Hábitos de luta: freiras, contestação e ditadura no Brasil. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 435-453, mai./ago. 2020.

CUNHA, Rodrigo do Espírito Santo da; FREIRE, Milena Carvalho Bezerra. Rádio Educadora São José: o recurso radiofônico na comunicação católica durante os anos de chumbo no Amapá. In: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, n. 5, 2007, São Paulo. *Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo: Facasper e Cíee, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. *A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e Ação Católica Operária (1940-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 160f.

FERREIRA, Idelson Maciel. *Do altar à escola: a atuação da Igreja Católica no campo educacional amapaense (1903-1956)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2022.

FIGUEIREDO, João Marcus. Formação de lideranças leigas na Igreja Católica e constituição de quadros de inserção social e política no Brasil. In: Américo Freire; Deivison Amaral e Evanize Sydow (orgs.). *Religião e democracia: desafios contemporâneos*. 1. ed. São Paulo: Alameda: FAPERJ, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOULART, Márcio Coutinho. *A Juventude Operária Católica e os Grupos Revolucionários de Volta Redonda (1962-1971)*. Dissertação (Mestrado em História). Volta Redonda: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

GREISING, María Bidegain. Nuevos movimientos sociales, Iglesia y participación política en Brasil. Las Comunidades Eclesiales de Base (CEBs) en la formación del Partido dos trabalhadores (P. T.). *Historia Crítica*, 1 (7), 92-109.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec-Fapesp, 1996.

JESUS, Paulo Sérgio de. *Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 2007. 121f.

KRISCHKE, Paulo José. *A igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LABBÉ, Marcos Fernández. Sacerdocio y política: fragmentos del debate político-intelectual en torno a Cristianos por el Socialismo. *Rev. Hist.*, n. 23, vol. 2, julio-diciembre 2016.

LOBATO, Sidney (org.). *Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional*. Rio Branco: Nepan Editora, 2018. E-book. Disponível em: https://www.academia.edu/37361423/Igreja_e_trabalhadores_na_Amaz%C3%B4nia_setentrional. Acesso em: 26 ago. 2022.

LOBATO, Sidney. A cidade dos migrantes: migração e urbanização na foz do Amazonas (1944-1964). In: SILVA, Francisco Bento da; AGUIAR, Verônica Aparecida Silveira (orgs.). *Fronteiras amazônicas: vivências, representações e conhecimentos*. Porto Velho: Edufro, 2016.

LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 1. ed. Belém [PA]: Paka-Tatu, 2019.

LOBATO, Sidney. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

LOBATO, Sidney. Jeitos de ser Igreja: debates sobre a renovação da vida eclesial na Amazônia setentrional (1966-1983). In: LOBATO, Sidney (org). *Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional*. 1. ed. Rio Branco: Nepan Editora, 2018.

LOBATO, Sidney. Movimentos sociais contra autoritarismos locais e inseguranças estruturais: as lutas de partidos, associações e sindicatos amapaenses, entre 1944 e 1964. *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 7, n. 13, jan./jun. 2015.

LOBATO, Sidney. *Os empresários e a Amazônia: planejamento regional e protagonismo empresarial no início da ditadura militar (1964-1966)*. In: REIS, Tiago Siqueira [et al.] Organizadores. *Coleção História do tempo presente: Volume 3*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

LOBATO, Sidney. Santos e sacramentos no cotidiano dos trabalhadores de Macapá. *Revista Tempo*. Vol. 21, n. 38, 2014.

LONDOÑO, Fernando Torres. Cotidiano paroquial e Livros de tombo. *Revista de Cultura Teológica*, vol. 7, p. 95-103, 1994.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Tradução de Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1991.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916/1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. A Juventude Operária Católica em Valença: uma utopia desconstruída. *Revista de História Regional*. 13 (2): 283-298, Inverno, 2008.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam. *Operação Amazônia (discursos)*. Serviço de Documentação e Divulgação: Belém, PA, 1968.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*, vol. 13, n. 25/26, 1992.

MORAES, Maria Blassioli. *A Ação Social Católica e a luta operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP, 2003. 207f.

NETO, Vitale Joanoni; NETO, Regina Beatriz Guimarães. Amazônia: políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-1985). *Anuário IEHS*, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019.

OLIVEIRA, Adamor de Sousa. *Tesouros de memórias*. Fortaleza: Premius, 2013.

Oliveira, Adriano Moura de. *A Operação Amazônia: desenvolvimento e segurança na consolidação de um projeto geopolítico de Estado (1953-1967)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2020.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja. A “colaboração desejada”: aspectos da dominação masculina no Território Federal do Amapá. In: LOBATO, Sidney (org.). *Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional*. 1. ed. Rio Branco: Nepan Editora, 2018.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja; FERREIRA, Norma Iracema de Barros. Onde se reza também se estuda: Estado, Igreja Católica e escolarização no Território Federal do Amapá (1948-1964). *Tempo Amazônico*, v. 2, n. 2, p. 74-93, jan./jun. 2015.

PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PIMENTEL, Walbi Silva. *A igreja dos pobres: resistências eclesiais no norte do Brasil (1966-1983)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

Py, Fábio; SILVEIRA, Diego Omar. Cristianismos de esquerda na América Latina. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Anpuh, ano XI, n. 32, Set./Dez. 2018.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. A dimensão política da Teologia Protestante da Libertação. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Anpuh, Ano XI, n. 32, 2018.

RIDENTI, Marcelo. 1969: rebeliões e utopias. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX (Vol. 3) – O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RODRIGUES, Randolfe. A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da Uecea ao golpe de 64. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (org.). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém: Paka-tatu, 2009.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTOS, Dorival da Costa. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação (1964/1974)*. Dissertação (mestrado em História Social). Campinas: Unicamp, 2001. p. 49-53.

SANTOS, Marcos Roberto Brito. Os militares contra padre José Comblin: cristianismo de esquerda e direita no Brasil da ditadura. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Anpuh, Ano XI, n. 32, 2018.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; TEIXEIRA, Fernando; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOUSA, Jessie Jane Vieira. O discurso centrado na harmonia como estratégia política de negociação. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 10, n. 19, Edição Especial 2018, p. 103-106.

SOUZA, Claudia Moraes. Vida e Trabalho no Mundo Rural: Trabalhadores do movimento de Educação de Base (1961-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 2, N. 3, janeiro-julho de 2010, p. 281-306.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, (1): A árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, 2: a maldição de Adão. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 327-328.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

WOITOWICZ, Karina Janz. *Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.